

# O trabalho infantil em cinco estados brasileiros



Legado em Transformação



Organização Internacional do Trabalho  
Programa Internacional para Eliminação  
do Trabalho Infantil - IPEC



*O trabalho infantil em  
cinco estados brasileiros*



Legado em Transformação

*O trabalho infantil em  
cinco estados brasileiros*

Secretaria Internacional do Trabalho

Brasil

Copyright © Organização Internacional do Trabalho 2004  
1ª edição 2004

As publicações da Secretaria Internacional do Trabalho gozam da proteção dos direitos autorais sob o Protocolo 2 da Convenção Universal do Direito do Autor. Breves extratos dessas publicações podem, entretanto, ser reproduzidos sem autorização, desde que mencionada a fonte. Para obter os direitos de reprodução ou de tradução, as solicitações devem ser dirigidas ao Serviço de Publicações (Direitos do Autor e Licenças), International Labour Office, CH-1211 Geneva 22, Suíça. Os pedidos serão bem-vindos.

O trabalho infantil em cinco estados brasileiros/Ana Lúcia Kassouf  
(coordenadora). – Brasília : OIT, 2004.  
144 p. : il., mapas color., tab.

ISBN 92-2-815872-7

1. Trabalho infantil. 2. Educação. 3. Segurança no trabalho. 4.  
Renda. 5. PNAD. I. Kassouf, Ana Lúcia. II. Ferro, Andrea R. III. Pontili,  
Rosangela Maria. IV. Bezerra, Márcio Eduardo G. V. Título : São Paulo,  
Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão e Paraíba. VI. Título :  
relatório de pesquisa.

As designações empregadas nas publicações da OIT, segundo a praxe adotada pelas Nações Unidas, e a apresentação de material nelas incluídas não significam, da parte da Secretaria Internacional do Trabalho, qualquer juízo com referência à situação legal de qualquer país, ao território citado, às suas autoridades ou à delimitação de suas fronteiras.

A responsabilidade por opiniões expressas em artigos assinados, estudos e outras contribuições recai exclusivamente sobre seus autores, e sua publicação não significa endosso da Secretaria Internacional do Trabalho às opiniões ali constantes.

Referências a firmas, produtos comerciais e a processos não implicam qualquer aprovação pela Secretaria Internacional do Trabalho. O fato de não se mencionar uma firma em particular, produto comercial ou processo não significa qualquer desaprovação.

Recursos para essa publicação da OIT foram fornecidos pelo Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. Essa publicação não reflete, necessariamente, as políticas do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos. De igual maneira, a menção de marcas, produtos comerciais ou organizações não implica em qualquer forma de endosso do Governo dos Estados Unidos.

As publicações da OIT podem ser obtidas nas principais livrarias ou no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, Lote 35, Brasília - DF, 70800-400, tel.: (61) 2106-4600, ou no International Labour Office, CH-1211. Geneva 22, Suíça. Catálogos ou listas de novas publicações estão disponíveis gratuitamente nos endereços acima, ou por e-mail: [bravendas@oitbrasil.org.br](mailto:bravendas@oitbrasil.org.br)

Visite nossa página na Internet: [www.oit.org/brasilia](http://www.oit.org/brasilia)

Catálogo na Fonte: Marcos Bizerra Costa (5561) 301-1744

---

Impresso no Brasil

## Edição

Organização Internacional do Trabalho (OIT)  
Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC)  
Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC)

### Diretor do Escritório da OIT no Brasil

Armand F. Pereira

### Diretor Adjunto do Escritório da OIT no Brasil

José Carlos Ferreira

### Coordenador Nacional do IPEC

Pedro Américo Furtado de Oliveira

### Coordenação e Supervisão Geral - SIMPOC/IPEC/OIT

Angela Martins Oliveira

### Coordenadora do Estudo

Ana Lúcia Kassouf

### Equipe de Trabalho

Andrea R. Ferro, Rosangela Maria Pontili e Márcio Eduardo G. Bezerra

### Equipe Técnica do IPEC no Brasil

Nadir Magalhães, assistente administrativa

Paula Fonseca, assistente administrativa

### Revisão Técnica do Estudo

Angela Martins Oliveira, especialista sênior em estatística

Andréa Bolzon, consultora externa

### Projeto Gráfico

PHD Design Gráfico

### Assistente de Arte

Luciana Oliveira

### Revisão de Textos

Susana Souto

### Fotografias

Nicolau El-Moor



## A Organização Internacional do Trabalho (OIT)

A **Organização Internacional do Trabalho** foi fundada em 1919, com o objetivo de promover a justiça social e, assim, contribuir para a paz universal e permanente. A OIT tem uma estrutura tripartite única entre as Agências do Sistema Nações Unidas, na qual os representantes de empregadores e de trabalhadores têm a mesma voz que os representantes de governos.

Ao longo dos anos, a OIT tem lançado, para adoção de seus Estados-Membros, convenções e recomendações internacionais do trabalho. Essas normas versam sobre liberdade de associação, emprego, política social, condições de trabalho, previdência social, relações industriais e administração do trabalho, entre outras. A OIT desenvolve projetos de cooperação técnica e presta serviços de assessoria, capacitação e assistência técnica aos seus Estados-membros.

A estrutura da OIT compreende: **Conferência Internacional do Trabalho**, **Conselho de Administração** e **Secretaria Internacional do Trabalho**. A Conferência é um fórum mundial que se reúne anualmente para discutir questões sociais e trabalhistas, adotar e rever normas internacionais do trabalho e estabelecer as políticas gerais da Organização. É composta por representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores dos 177 Estados-Membros da OIT. Esses três constituintes estão também representados no Conselho de Administração, órgão executivo da OIT, que decide sobre as políticas da OIT. A Secretaria Internacional do Trabalho é o órgão permanente que, sob o comando do Diretor-Geral, é constituída por diversos departamentos, setores e por extensa rede de escritórios instalados em mais de 40 países. Mantém contato com governos e representações de empregadores e de trabalhadores e marca a presença da OIT em todo o mundo do trabalho.

## Publicações da OIT

A **Secretaria Internacional do Trabalho** é também instância de pesquisa e editora da OIT. Seu **Departamento de Publicações** produz e distribui material sobre as principais tendências sociais e econômicas. Publica estudos sobre políticas e questões que afetam o trabalho no mundo, obras de referência, guias técnicos, livros de pesquisa e monografias, repertórios de recomendações práticas sobre diversos temas (por exemplo, segurança e saúde no trabalho), e manuais de treinamento para trabalhadores. É também editora da *Revista Internacional do Trabalho* em inglês, francês e espanhol, que publica resultados de pesquisas originais, perspectivas sobre novos temas e resenhas de livros. O Escritório da OIT no Brasil edita seus próprios livros e outras publicações, bem como traduz para o português algumas publicações da Secretaria Internacional do Trabalho.

As publicações da OIT podem ser obtidas no Escritório da OIT no Brasil: Setor de Embaixadas Norte, lote 35, Brasília (DF), 70800-400, tel (61) 2106-4600, ou na sede da Secretaria Internacional do Trabalho: CH-1211, Genebra 22, Suíça. Catálogos e listas de novas publicações estão disponíveis nos endereços acima ou por e-mail: [bravendas@oitbrasil.org.br](mailto:bravendas@oitbrasil.org.br).

Visite nossa página na Internet: [www.oit.org/brasil](http://www.oit.org/brasil)



# Sumário

Resumo Executivo.....	20
Introdução.....	23
1. O trabalho infantil nos estados brasileiros.....	25
2. Organização do trabalho.....	28
Abordagem metodológica.....	31
1. Dados sobre o trabalho infantil.....	31
2. O método utilizado.....	32
Análise situacional dos estados do Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.....	33
1. Divisão político-administrativa.....	34
2. Indicadores sócio-econômicos.....	36
Análise estatística dos dados sobre o trabalho infantil, com base na PNAD de 2001, nos cinco estados selecionados.....	43
1. Maranhão.....	43
2. Paraíba.....	55
3. Rio de Janeiro.....	67
4. Rio Grande do Sul.....	79
5. São Paulo.....	92
Análise estatística dos dados sobre o trabalho infantil, com base no Censo de 2000, nos cinco estados selecionados.....	105
1. Maranhão.....	105
2. Paraíba.....	111
3. Rio de Janeiro.....	116
4. Rio Grande do Sul.....	123
5. São Paulo.....	129
Conclusão.....	135
Referências bibliográficas.....	138

## Mapa e gráficos

Mapa 1 - Localização geográfica dos estados do Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo.....	34
--	----

Gráfico 1 - PIB a preços de mercado, em R\$ milhões - 2000.....	36
Gráfico 2 - Investimento estadual, em R\$ milhões - 0000.....	37
Gráfico 3 - Despesas estaduais com saúde e saneamento, em R\$ milhões - 0000.....	37
Gráfico 4 - Média de renda domiciliar per capita, em R\$ - 2001.....	38
Gráfico 5 - Renda média de todos os trabalhos, em R\$ - 2001.....	38
Gráfico 6 - Número de ocupados, em milhões de pessoas - 0000.....	39
Gráfico 7 - Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M.....	40
Gráfico 8 - Esperança de vida ao nascer.....	40
Gráfico 9 - Taxa de alfabetização.....	41

## Tabelas

Tabela 1 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por estado e região - 2001.....	26
Tabela 2 - Número e porcentagem de crianças de 16 e 17 anos e de 5 a 17 anos trabalhando, por estado e região - 2001.....	28
Tabela 3 - Total de crianças de 5 a 15 anos, número de crianças trabalhando, número de crianças recebendo pagamento, por situação do domicílio e sexo - Maranhão - 2001.....	43
Tabela 4 - Porcentagem e total de meninos e meninas trabalhando, por idade - Maranhão - 2001.....	44
Tabela 5 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, estratificada pela posição na ocupação, por situação do domicílio e sexo - Maranhão - 2001.....	45
Tabela 6 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por ramo de atividade - Maranhão - 2001.....	45
Tabela 7 - Porcentagem de crianças na escola, estratificada por idade e se trabalham ou não - Maranhão - 2001.....	46
Tabela 8 - Porcentagem de crianças trabalhando ou não que estão em séries inferiores, em relação à idade - Maranhão - 2001.....	46
Tabela 9 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de horas por dia que permanecem na escola - Maranhão - 2001.....	47
Tabela 10 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia, em um período de dois meses - Maranhão - 2001.....	47
Tabela 11 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de dias que deixaram de comparecer à escola, em um período de dois meses - Maranhão - 2001.....	48
Tabela 12 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, em um período de dois meses - Maranhão - 2001.....	48
Tabela 13 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos, em diferentes categorias - Maranhão 2001.....	49

Tabela 14 - Porcentagem de crianças que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificada pelo salário mínimo mensal, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Maranhão - 2001.....	49
Tabela 15 - Porcentagem de crianças trabalhando, estratificada pelo número de horas de trabalho semanais, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Maranhão - 2001.....	50
Tabela 16 - Porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por situação dos domicílios - Maranhão - 2001.....	50
Tabela 17 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a satisfação no emprego, nos meios urbano e rural - Maranhão - 2001.....	51
Tabela 18 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal da insatisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Maranhão - 2001.....	51
Tabela 19 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal para trabalhar, nos meios urbano e rural - Maranhão - 2001.....	52
Tabela 20 - Porcentagem de domicílios com crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não, com renda mensal de R\$ 400,00 ou menos, de acordo com o tamanho da família - Maranhão - 2001.....	52
Tabela 21 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não trabalhando, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por situação do domicílio - Maranhão - 2001.....	53
Tabela 22 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco, por ocupação - Maranhão - 2001.....	53
Tabela 23 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco que declararam ter se machucado na atividade que exerciam e número de casos na amostra - Maranhão - 2001.....	54
Tabela 24 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos com determinados machucados, no período de um ano anterior à pesquisa, por ocupação - Maranhão - 2001.....	54
Tabela 25 - Total de crianças de 5 a 15 anos, número de crianças trabalhando e número de crianças recebendo pagamento, por situação do domicílio e sexo - Paraíba - 2001.....	55
Tabela 26 - Porcentagem e total de meninos e meninas trabalhando, por idade - Paraíba - 2001.....	56
Tabela 27 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, estratificada pela posição na ocupação, por situação do domicílio e sexo - Paraíba - 0000.....	57
Tabela 28 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por ramo de atividade - Paraíba - 2001.....	57
Tabela 29 - Porcentagem de crianças na escola, estratificada por idade e se trabalham ou não - Paraíba - 2001.....	58
Tabela 30 - Porcentagem de crianças trabalhando ou não que estão em séries inferiores, em relação à idade - Paraíba - 2001.....	58
Tabela 31 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de horas por dia que permanecem na escola - Paraíba - 2001.....	59
Tabela 32 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia, em um período de dois meses - Paraíba - 2001.....	59

Tabela 33 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de dias que deixaram de comparecer à escola, em um período de dois meses - Paraíba - 2001.....	59
Tabela 34 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, em um período de dois meses - Paraíba - 2001.....	60
Tabela 35 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos em diferentes categorias - Paraíba - 2001.....	61
Tabela 36 - Porcentagem de crianças que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificada pelo salário mínimo mensal, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Paraíba - 2001.....	61
Tabela 37 - Porcentagem de crianças trabalhando, estratificada pelo número de horas semanais de trabalho, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Paraíba - 2001.....	62
Tabela 38 - Porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por situação dos domicílios - Paraíba - 2001.....	63
Tabela 39 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a satisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Paraíba - 2001.....	63
Tabela 40 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal da insatisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Paraíba - 2001.....	64
Tabela 41 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal para trabalhar, nos meio urbanos e rural - Paraíba - 2001.....	64
Tabela 42 - Porcentagem de domicílios com crianças trabalhando ou não, com renda mensal de R\$ 400,00 ou menos, de acordo com o tamanho da família - Paraíba - 2001.....	65
Tabela 43 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não trabalhando, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por situação do domicílio - Paraíba - 2001.....	65
Tabela 44 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco, por ocupação - Paraíba - 2001.....	66
Tabela 45 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco, que declararam ter se machucado na atividade que exerciam e número de casos na amostra - Paraíba - 2001.....	66
Tabela 46 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos com determinados machucados, no período de um ano anterior à pesquisa, por ocupação - Paraíba - 2001.....	67
Tabela 47 - Total de crianças de 5 a 15 anos, número de crianças trabalhando e número de crianças recebendo pagamento, por situação do domicílio e sexo - Rio de Janeiro - 2001.....	67
Tabela 48 - Porcentagem e total de meninos e meninas trabalhando, por idade - Rio de Janeiro - 2001.....	68
Tabela 49 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, estratificada pela posição na ocupação, por situação do domicílio e sexo - Rio de Janeiro - 2001.....	68
Tabela 50 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por ramo de atividade - Rio de Janeiro - 2001.....	69
Tabela 51 - Porcentagem de crianças na escola, estratificada por idade e se trabalham ou não - Rio de Janeiro - 2001.....	69

à idade - Rio de Janeiro - 2001.....	70
Tabela 53 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de horas por dia que permanecem na escola - Rio de Janeiro - 2001.....	71
Tabela 54 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia, em um período de dois meses - Rio de Janeiro - 2001.....	71
Tabela 55 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de dias que deixaram de comparecer à escola, em um período de dois meses - Rio de Janeiro - 2001.....	72
Tabela 56 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, em um período de dois meses - Rio de Janeiro - 2001.....	72
Tabela 57 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos, em diferentes categorias - Rio de Janeiro - 2001.....	73
Tabela 58 - Porcentagem de crianças que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificada pelo salário mínimo mensal, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Rio de Janeiro - 2001.....	74
Tabela 59 - Porcentagem de crianças trabalhando, estratificada pelo número de horas semanais de trabalho, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Rio de Janeiro - 2001.....	74
Tabela 60 - Porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por situação dos domicílios - Rio de Janeiro - 2001.....	75
Tabela 61 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a satisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Rio de Janeiro - 2001.....	75
Tabela 62 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando de acordo com o motivo principal da insatisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Rio de Janeiro - 2001.....	75
Tabela 63 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal para trabalhar, nos meios urbano e rural - Rio de Janeiro - 2001.....	76
Tabela 64 - Porcentagem de domicílios com crianças trabalhando ou não, com renda mensal de R\$ 400,00 ou menos, de acordo com o tamanho da família - Rio de Janeiro - 2001.....	76
Tabela 65 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não trabalhando, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por situação do domicílio - Rio de Janeiro - 2001.....	77
Tabela 66 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco, por ocupação - Rio de Janeiro - 2001.....	78
Tabela 67 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco no Brasil que declararam ter se machucado na atividade que exerciam e número de casos na amostra - Rio de Janeiro - 2001.....	79
Tabela 68 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos com determinados machucados, no período de um ano anterior à pesquisa, por ocupação - Rio de Janeiro - 2001.....	79
Tabela 69 - Total de crianças de 5 a 15 anos, número de crianças trabalhando e número de crianças recebendo pagamento, por situação do domicílio e sexo - Rio Grande do Sul- 2001.....	80
Tabela 70 - Porcentagem e total de meninos e meninas trabalhando, por idade - Rio Grande do Sul - 2001.....	80
Tabela 71 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, estratificada pela posição na	

ocupação, por situação do domicílio e sexo - Rio Grande do Sul - 2001.....	81
Tabela 72 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por ramo de atividade - Rio Grande do Sul - 2001.....	81
Tabela 73 - Porcentagem de crianças na escola, estratificada por idade e se trabalham ou não - Rio Grande do Sul - 2001.....	82
Tabela 74 - Porcentagem de crianças trabalhando ou não que estão em séries inferiores, em relação à idade - Rio Grande do Sul - 2001.....	82
Tabela 75 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de horas por dia que permanecem na escola - Rio Grande do Sul - 2001.....	83
Tabela 76 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia, em um período de dois meses - Rio Grande do Sul - 2001.....	83
Tabela 77 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de dias que deixaram de comparecer à escola, em um período de dois meses - Rio Grande do Sul - 2001.....	84
Tabela 78 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, em um período de dois meses - Rio Grande do Sul - 2001.....	84
Tabela 79 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos em diferentes categorias - Rio Grande do Sul - 2001.....	85
Tabela 80 - Porcentagem de crianças que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificada pelo salário mínimo mensal, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Rio Grande do Sul - 2001.....	85
Tabela 81 - Porcentagem de crianças trabalhando, estratificada pelo número de horas de trabalho semanais, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Rio Grande do Sul - 2001.....	86
Tabela 82 - Porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por situação dos domicílios - Rio Grande do Sul - 2001.....	86
Tabela 83 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a satisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Rio Grande do Sul - 2001.....	87
Tabela 84 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal da insatisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Rio Grande do Sul - 2001.....	87
Tabela 85 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal para trabalhar, nos meios urbano e rural - Rio Grande do Sul - 2001.....	88
Tabela 86 - Porcentagem de domicílios com crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não, com renda mensal familiar de R\$ 400,00 ou menos, de acordo com o tamanho da família - Rio Grande do Sul - 2001.....	88
Tabela 87 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não trabalhando, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por situação do domicílio - Rio Grande do Sul - 2001.....	88
Tabela 88 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco, por ocupação - Rio Grande do Sul - 2001.....	90
Tabela 89 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco, que declararam ter se machucado	

na atividade que exerciam e número de casos na amostra - Rio Grande do Sul - 2001.....	91
Tabela 90 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos com determinados machucados, no período de um ano anterior à pesquisa, por ocupação - Rio Grande do Sul - 2001.....	92
Tabela 91 - Total de crianças de 5 a 15 anos, número de crianças trabalhando e número de crianças recebendo pagamento, por situação do domicílio e sexo - São Paulo - 2001.....	92
Tabela 92 - Porcentagem e total de meninos e meninas trabalhando, por idade - São Paulo - 2001.....	93
Tabela 93 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, estratificada pela posição na ocupação, por situação do domicílio e sexo - São Paulo - 2001.....	94
Tabela 94 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por ramo de atividade - São Paulo - 2001.....	94
Tabela 95 - Porcentagem de crianças na escola, estratificada por idade e se trabalham ou não - São Paulo - 2001.....	95
Tabela 96 - Porcentagem de crianças trabalhando ou não que estão em séries inferiores, em relação à idade - São Paulo - 2001.....	95
Tabela 97 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de horas por dia que permanecem na escola - São Paulo - 2001.....	96
Tabela 98 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia, em um período de dois meses - São Paulo - 2001.....	96
Tabela 99 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de dias que deixaram de comparecer à escola, em um período de dois meses - São Paulo - 2001.....	97
Tabela 100 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, em um período de dois meses - São Paulo - 2001.....	97
Tabela 101 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos, em diferentes categorias - São Paulo - 2001.....	98
Tabela 102 - Porcentagem de crianças que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificada pelo salário mínimo mensal, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - São Paulo - 2001.....	99
Tabela 103 - Porcentagem de crianças trabalhando, estratificada pelo número de horas de trabalho semanais, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - São Paulo - 2001.....	99
Tabela 104 - Porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por situação dos domicílios - São Paulo - 2001.....	100
Tabela 105 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a satisfação no emprego, nos meios urbano e rural - São Paulo - 2001.....	100
Tabela 106 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal da insatisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - São Paulo - 2001.....	101
Tabela 107 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal para trabalhar, nos meios urbano e rural - São Paulo - 0000.....	101
Tabela 108 - Porcentagem de domicílios com crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não, com renda mensal familiar de R\$ 400,00 ou menos, de acordo com o tamanho da família - São Paulo - 2001.....	102

Tabela 109 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não trabalhando, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por situação do domicílio - São Paulo - 2001.....	102
Tabela 110 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco, por ocupação, selecionando algumas atividades agrícolas - São Paulo 2001.....	103
Tabela 111 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos em atividades perigosas que declararam ter se machucado na atividade que exerciam e número de casos na amostra - São Paulo - 2001.....	104
Tabela 112 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos com determinados machucados, no período de um ano anterior à pesquisa, por ocupação - São Paulo - 2001.....	104
Tabela 113 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - São Luis, Maranhão - 2000.....	105
Tabela 114 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - São Luis, Maranhão - 2000.....	107
Tabela 115 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Imperatriz, Maranhão - 2000.....	108
Tabela 116 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades- Imperatriz, Maranhão - 2000.....	109
Tabela 117 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Acailândia, Maranhão - 2000.....	110
Tabela 118 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Acailândia, Maranhão - 2000.....	111
Tabela 119 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - João Pessoa, Paraíba - 2000.....	112
Tabela 120 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco segundo situação de domicílio e idades - Campina Grande, Paraíba - 2000.....	113
Tabela 121 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Campina Grande, Paraíba - 2000.....	114
Tabela 122 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Patos, Paraíba - 2000.....	115
Tabela 123 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Patos, Paraíba - 2000.....	116
Tabela 124 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - 2000.....	118
Tabela 125 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Duque de Caxias, Rio de Janeiro - 2000.....	119
Tabela 126 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Duque de Caxias, Rio de Janeiro - 2000.....	120
Tabela 127 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo	

ocupação e idades - Nova Iguaçu, Rio de Janeiro - 2000.....	122
Tabela 128 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Porto Alegre, Rio Grande de Sul - 2000.....	123
Tabela 129 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Porto Alegre, Rio Grande de Sul - 2000.....	124
Tabela 130 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Caxias do Sul, Rio Grande de Sul - 2000.....	125
Tabela 131 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Caxias do Sul, Rio Grande de Sul - 2000.....	126
Tabela 132 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Novo Hamburgo, Rio Grande de Sul - 2000.....	127
Tabela 133 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Novo Hamburgo, Rio Grande de Sul - 2000.....	128
Tabela 134 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - São Paulo, São Paulo - 2000.....	129
Tabela 135 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - São Paulo, São Paulo - 2000.....	130
Tabela 136 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Franca, São Paulo - 2000.....	131
Tabela 137 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Franca, São Paulo - 2000.....	132
Tabela 138 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Guarulhos, São Paulo - 2000.....	133
Tabela 139 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Guarulhos, São Paulo - 2000.....	134





## Resumo executivo

Um dos grandes impedimentos, apontado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), para se detectar e medir a intensidade do trabalho infantil em diversos países do mundo é a falta de dados. No Brasil, foi possível avaliar a problemática do trabalho infantil, utilizando-se o Censo Demográfico de 2000 e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2001, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No primeiro caso, foram pesquisadas informações sobre trabalho, educação e migração, dentre outros temas, de cerca de 11% da população recenseada; no segundo, trata-se de uma amostra com mais de 370 mil indivíduos que inclui informações sobre o trabalho de crianças a partir dos 5 anos de idade. Essas informações sobre o trabalho infantil fizeram parte de um Suplemento Especial sobre Trabalho Infantil da PNAD de 2001, que foi financiado pela OIT, por meio do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), no âmbito de seu Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC). Além dos microdados do IBGE, também foi consultado o Mapa de Indicativos sobre o Trabalho Infantil, produzido pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio de denúncias de trabalho infantil recebidas pela Fiscalização do Trabalho, em todo o país.

Os dados da PNAD mostram que havia mais de três milhões de crianças entre 5 e 15 anos trabalhando em 2001, de um total de 36 milhões no Brasil, o que representa 8,5% da população nessa faixa etária. Quase 300 mil crianças entre 5 e 9 anos de idade estavam trabalhando, por ocasião da pesquisa. Esses números, já elevados, estão subestimados, uma vez que não há dados do Norte rural (exceto Tocantins), onde se sabe que há um alto percentual de trabalho infantil. Quando considerados os indivíduos com 16 e 17 anos, ou seja, os menores de idade que a lei brasileira permite que trabalhem desde que não exerçam atividades perigosas, 35% estão trabalhando. De um modo geral, aproximadamente, 5,5 milhões de brasileiros que têm entre 5 e 17 anos de idade estão trabalhando, o que representa 12,7% das pessoas nessa faixa etária.

Pela Constituição Brasileira de 1988, a idade mínima para admissão no trabalho era de 14 anos. Em dezembro de 1998, foi aprovada uma emenda que estabelece como sendo 16 anos a idade mínima para trabalhar, exceto a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz.

A maioria das crianças que trabalham tem residência rural e é constituída por meninos. Há uma grande porcentagem que não é paga. Muitas crianças são trabalhadoras rurais, mas existe, também, um número significativo de meninos na área urbana que são vendedores de rua ou balconistas. As meninas exercem principalmente as profissões de empregada doméstica, babá e balconista. Classificando-as por segmento de atividade, a maior porcentagem está no setor agrícola, seguido por serviços, comércio, manufaturados e construção.

Os rendimentos ganhos pela maioria das crianças são baixos, com a grande maioria recebendo 0,5

salário mínimo ou menos por mês. Entretanto, como a renda familiar em domicílios com crianças trabalhando é em geral muita baixa, a contribuição do rendimento das crianças para a renda da família mostrou-se relativamente importante. A renda gerada pelo trabalho infantil, em alguns casos, é importante para a sobrevivência das famílias, o que reforça a pertinência da implementação de programas sociais de transferência de renda para as famílias pobres.

Certas atividades impedem as crianças de estudar ou interferem negativamente na escolaridade, impossibilitando-as de obter um melhor trabalho e, conseqüentemente, um aumento de renda, mesmo na fase adulta. A porcentagem de crianças nas escolas é elevada, mesmo para as que trabalham, com mais de 88%, em média. Há indicações de que o trabalho não é o principal fator que impede as crianças de estudarem, pois existe uma porcentagem elevada delas que estuda e trabalha, mas também existe uma alta porcentagem que não estuda nem trabalha.

Quando algumas atividades agrícolas são selecionadas como sendo de risco, encontram-se quase dois milhões de pessoas de 5 a 17 anos envolvidas em ocupações desse tipo. A grande maioria trabalha em plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores (atividades agrícolas). Em seguida, estão o emprego doméstico, a construção civil e o comércio ambulante, considerados de extremo risco para crianças e adolescentes. Também é elevado o número de mecânicos, cozinheiros e garçons.

A maioria das crianças de 5 a 13 anos trabalha em atividades agrícolas, comércio ambulante e emprego doméstico, nessa ordem. Já a maioria dos jovens de 14 a 17 anos está em emprego doméstico, atividades agrícolas e construção civil.

O extrativismo vegetal e mineral, o trabalho em olarias e cerâmicas, na fabricação de calçados, como mecânico, costureiro/bordadeira, atividades agrícolas e construção civil mostraram elevada proporção de indivíduos machucados. Na grande maioria das ocupações, a maior proporção de pessoas feridas foi com a ocorrência de cortes. Também ocorreram, em quase todas as ocupações, fratura, problemas respiratórios, dor muscular, queimadura e irritação nos olhos. Aconteceram casos de perda de membros nas profissões de mecânico e marceneiro.



# Introdução

Há uma preocupação mundial com relação às crianças que trabalham, e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), entre outras instituições públicas, privadas e da sociedade civil organizada, tem tomado a frente em chamar a atenção para essa problemática.

Estima-se em 211 milhões o número de crianças trabalhando, no mundo, com idade entre 5 e 14 anos, em 2000, e em 352 milhões, quando se considera a população de 5 a 17 anos (OIT, 2002). No Brasil, dados de 2001 mostram que existem mais de três milhões de crianças entre 5 e 15 anos trabalhando, o que representa 8,5% da população nessa faixa etária (PNAD, 2001).

É bastante discutida na literatura a relação entre o trabalho infantil e seus efeitos adversos na escolaridade. Certas atividades podem impedir a freqüência à escola, criando um cenário negro para o futuro das crianças, uma vez que continuarão analfabetas ou lhes faltarão habilidades e conhecimentos para obter melhor trabalho e, conseqüentemente, aumento de renda, o que poderia mantê-las em empregos ruins pelo resto da vida, colocando-as dentro de um ciclo de pobreza.

Além do impacto imediato que a educação pode ter na redução do trabalho infantil, estudos da OIT também têm apontado para o fato de pessoas mais educadas serem mais cientes dos seus direitos e criarem filhos mais educados e mais saudáveis, diminuindo o trabalho infantil, a longo prazo.

Nos últimos anos, a OIT vem colocando como prioridade entre seus Estados-Membros a eliminação completa dos trabalhos perigosos, penosos, insalubres e degradantes entre crianças, uma vez que podem trazer riscos ao seu desenvolvimento físico e mental (Bequele e Myers, 1995).

Publicação da OIT sobre aspectos de saúde e segurança do trabalho infantil aponta para a escassez de pesquisa nessa área. Enfatiza a importância dos estudos empíricos sobre a ameaça e o perigo impostos às crianças em determinados trabalhos para a formulação de políticas que promovam sua eliminação (Forastieri, 1997).

Locais de trabalho, equipamentos, móveis, utensílios e métodos não são projetados para utilização por crianças, mas, sim, por adultos. Portanto, podem provocar problemas ergonômicos, fadiga e maior risco de acidentes. As crianças não estão cientes do perigo envolvido em algumas atividades e, em caso de acidentes, geralmente não sabem como agir. Por causa das diferenças físicas, biológicas e anatômicas das crianças, quando comparadas aos adultos, elas são menos tolerantes ao calor, barulho, aos produtos químicos, às radiações etc., isto é, menos tolerantes a ocupações perigosas, que podem trazer problemas de saúde e danos irreversíveis.

A maioria das regulamentações sobre o trabalho infantil inclui restrições específicas a atividades realizadas em ambientes perigosos. Como indicado nas Convenções nº 138 e 182 da OIT, trabalho que pode causar danos à saúde, à segurança ou à moral das crianças deve ser proibido<sup>2</sup>. Essas

---

<sup>2</sup> “Convenção nº 138 é uma consolidação de princípios que têm sido gradualmente estabelecidos em vários instrumentos recentes e se aplica a todos os setores de atividade econômica, estando ou não a criança sendo empregada por salário” [ILO (1996)].

restrições a trabalhos de alto risco diferem entre países com relação à idade mínima de admissão e à designação do trabalho considerado de risco. O Brasil estabeleceu, em sua legislação, a idade mínima de 18 anos para o acesso a trabalhos que possam causar danos à saúde e, especificamente, proíbe qualquer produção ou trabalho de manipulação de material pornográfico, divertimento (clubes noturnos, bares, cassinos, circo, apostas) e comércio nas ruas. Ademais, proíbe trabalhos em minas, estivagem ou qualquer trabalho subterrâneo para aqueles abaixo de 21 anos. Pela Constituição Brasileira de 1988, a idade mínima para admissão no trabalho era de 14 anos. Em dezembro de 1998, foi aprovada uma emenda que estabelece como sendo 16 anos a idade mínima para trabalhar, exceto a partir dos 14 anos, na condição de aprendiz.

Este estudo utiliza os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2001 e do Censo Demográfico 2000, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para analisar o trabalho infantil, com destaque para ocupações perigosas, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Maranhão e Paraíba. Além desses dados, também foram utilizadas as informações do Ministério do Trabalho e Emprego geradas pelos Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (GECTIPA).<sup>3</sup>

A PNAD de 2001 contém um Suplemento Especial com dados sobre o trabalho infantil, com informações sobre a participação de crianças no mercado de trabalho, a partir dos 5 anos de idade, além de dados sobre as características do domicílio, escolaridade dos indivíduos, sexo, idade, salários, número de horas trabalhadas, renda não salarial, características do trabalho perigoso etc. Esse Suplemento Especial foi financiado pela OIT, por meio do Programa de Informações Estatísticas e de Monitoramento sobre o Trabalho Infantil (SIMPOC). Já o Censo permite a desagregação das informações para os municípios e possui informações sobre o trabalho de indivíduos a partir dos 10 anos de idade. O Mapa de Indicativos do GECTIPA é um banco de dados criado por meio de denúncias e fiscalização sobre o trabalho de crianças e jovens no Brasil.

Vale acrescentar que a definição de criança difere de um país para outro. Enquanto, em algumas áreas, a infância é relacionada à idade cronológica, em outras, fatores sociais e culturais também são considerados. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei de proteção dos direitos das crianças e adolescentes no Brasil, define a criança como uma pessoa que ainda não completou 12 anos de idade, enquanto o adolescente tem entre 12 e 18 anos de idade. Já a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças de 1990 considera como criança aquele que tem idade inferior a 18 anos. Nesta pesquisa, o termo criança é utilizado, muitas vezes, para apontar pessoas na faixa etária de 5 a 15 anos, mas, às vezes, utiliza-se o termo crianças e jovens, aproximando-se mais da definição estabelecida pela ECA.

---

<sup>3</sup> O destaque para esses estados foi dado porque as análises para todo o Brasil mostraram que a situação do trabalho infantil é particularmente grave na zona rural nordestina e na zona urbana da região Sudeste. O estado do Rio Grande do Sul também foi incluído, uma vez que apresenta um alto índice de trabalhadores infantis na zona rural, ainda que em condições muito diferentes daquelas encontradas no Nordeste do país.

## 1. O trabalho infantil nos estados brasileiros

A Tabela 1 mostra o número e a porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando em cada região e estado do Brasil, nos meios rural e urbano. A região relativamente pobre do Nordeste tem a maior porcentagem (13%), em seguida, vem a região Sul (10%), onde a agricultura familiar existe com alta frequência. A menor porcentagem (5%) foi observada na região Sudeste, a mais rica do Brasil. Os dados não incluem as áreas rurais de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá na região Norte, e, portanto, a porcentagem de crianças trabalhando está subestimada. A ordem altera-se, ao se analisar as áreas urbana e rural separadamente. A região Sul tem a maior porcentagem de crianças trabalhando no meio rural. Os estados do Maranhão, Piauí, Bahia, Ceará, Alagoas, Pernambuco e Tocantins têm as maiores porcentagens no Brasil.



Tabela 1 - Número e porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por estado e região - 2001

Região	Rural		Urbano		% Rural + urbano
	Número	%	Número	%	
<b>NORTE</b>			<b>138.380</b>	<b>6,1</b>	
Rondônia			9.398	4,1	
Acre			6.219	5,9	
Amazonas			20.306	3,6	
Roraima			2.059	3,4	
Pará			81.194	7,5	
Amapá			1.705	3,0	
Tocantins	18.127	20,6	17.499	8,7	12,4
<b>NORDESTE</b>	<b>969.848</b>	<b>24,7</b>	<b>563.080</b>	<b>7,1</b>	<b>12,9</b>
Maranhão	192.654	32,0	94.420	9,6	18,1
Piauí	67.463	22,7	31.380	7,8	14,1
Ceará	119.781	22,5	121.271	9,1	12,9
Rio Grande do Norte	30.373	15,8	23.512	5,3	8,5
Paraíba	41.035	17,6	41.038	6,8	9,8
Pernambuco	156.419	28,0	74.402	5,7	12,3
Alagoas	59.938	23,7	30.444	6,7	12,7
Sergipe	24.908	25,4	13.128	3,7	8,5
Bahia	277.277	23,9	133.485	6,6	12,9
<b>SUDESTE</b>	<b>232.711</b>	<b>16,1</b>	<b>477.897</b>	<b>3,7</b>	<b>5,0</b>
Minas Gerais	148.381	21,0	167.598	5,5	8,4
Espírito Santo	36.147	26,0	28.471	5,1	9,2
Rio de Janeiro	10.112	9,1	52.471	2,1	2,4
São Paulo	38.071	7,8	229.357	3,4	3,7
<b>SUL</b>	<b>290.839</b>	<b>28,4</b>	<b>216.785</b>	<b>5,3</b>	<b>9,9</b>
Paraná	104.983	25,9	84.594	5,1	9,2
Santa Catarina	67.248	29,0	42.172	4,8	9,9
Rio Grande do Sul	118.608	30,5	90.019	5,6	10,5
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>62.321</b>	<b>17,6</b>	<b>124.261</b>	<b>5,5</b>	<b>7,1</b>
Mato Grosso do Sul	10.217	13,4	23.310	5,8	7,1
Mato Grosso	31.987	25,4	27.859	6,0	10,2
Goiás	19.920	14,9	65.216	6,6	7,6
Distrito Federal	197	1,0	7.876	1,9	1,9

Exclui a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.

Fonte: PNAD 2001.

Por meio da Tabela 2, é possível notar que na região Sul a proporção de adolescentes trabalhadores é a mais elevada (43%) devido, principalmente, à ocorrência de agricultura familiar observada na região, que faz com que 70% dos indivíduos com 16 e 17 anos estejam trabalhando. Além disso, o trabalho é permitido no Brasil a partir dos 16 anos de idade, desde que não seja perigoso. Novamente, os dados da região Norte incluem a área rural apenas no Tocantins e o número de adolescentes trabalhadores está subestimado. Mesmo assim, nota-se que Tocantins é o estado com maior incidência de indivíduos com 16 e 17 anos trabalhando (48%), seguido de Santa Catarina (45%), Maranhão (45%) e Rio Grande do Sul (43%).

Na última coluna da Tabela 2, encontram-se as proporções de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos trabalhando nos estados. Os estados com maior proporção de pessoas trabalhando nessa faixa etária são Maranhão (22%); Tocantins (18%); Alagoas, Ceará e Piauí, (17%); Bahia e Pernambuco (16%). A Tabela 1 e a Tabela 2 também ilustram a posição dos estados contemplados neste estudo, quanto à incidência de trabalho infantil. Quando é considerada a faixa etária de 5 a 15 anos, o Maranhão ocupa a primeira posição no Brasil, tendo 18% de trabalhadores nesse grupo de idade; o Rio Grande do Sul (11%) ocupa a oitava posição; a Paraíba (10%), a décima primeira; na vigésima segunda, está São Paulo (4%) e, finalmente, o Rio de Janeiro ocupa o penúltimo lugar do Brasil, com menos de 2% de pessoas entre 5 e 15 anos trabalhando.

Analisando-se os adolescentes que têm 16 e 17 anos de idade, os cinco estados ocupam as seguintes posições: Maranhão (45%) e Rio Grande do Sul (43%) ocupam o terceiro e quarto lugares, respectivamente; São Paulo está na décima sétima posição (33%) e a Paraíba na décima nona (30%); novamente, o Rio de Janeiro (18%) ocupa a penúltima posição. Nessa faixa etária, em que é permitido trabalhar no Brasil, desde que não seja em ocupação perigosa, os percentuais elevados de adolescentes trabalhando podem refletir não só a necessidade, mas também as condições do mercado de trabalho e a satisfação de consumo próprio (roupas de marca, objetos da moda etc.).

Finalmente, quando são considerados os dois grupos de idade conjuntamente (5 a 17 anos), o Maranhão volta a ocupar a primeira posição no país, com 22% de pessoas nessa faixa etária trabalhando. Em seguida, vem o Rio Grande do Sul (16%), na nona posição; a Paraíba (13%) ocupa o décimo terceiro lugar; São Paulo (9%), o vigésimo primeiro e, novamente na penúltima posição no país (26<sup>a</sup>.) vem o Rio de Janeiro, com menos de 5% dos indivíduos entre 5 e 17 anos trabalhando, segundo os dados da PNAD 2001.

Tabela 2 - Número e porcentagem de pessoas de 16 e 17 anos e de 5 a 17 anos trabalhando, por estado e região - 2001

Estado / Região	16 e 17				5 a 17	
	rural		urbano		% urbano + rural	% urbano + rural
	número	%	número	%		
<b>NORTE</b>			<b>117.377</b>	<b>27,0</b>		
Rondônia			11.445	28,1		
Acre			5.643	33,1		
Amazonas			23.504	21,4		
Roraima			2.404	17,7		
Pará			53.703	26,8		
Amapá			1.706	14,6		
Tocantins	8.643	57,0	18.972	45,2	48,3	18,3
<b>NORDESTE</b>	<b>382.596</b>	<b>57,8</b>	<b>416.497</b>	<b>27,6</b>	<b>36,8</b>	<b>16,6</b>
Maranhão	69.296	70,5	60.921	31,9	45,0	22,2
Piauí	27.718	58,2	18.305	22,0	35,2	17,4
Ceará	49.889	63,6	77.993	33,0	40,6	16,9
Rio Grande do Norte	13.712	36,4	20.570	22,9	26,9	11,5
Paraíba	19.828	44,8	27.670	25,0	30,7	13,1
Pernambuco	57.620	59,3	72.564	26,8	35,4	16,1
Alagoas	29.967	63,0	21.883	28,8	41,9	17,1
Sergipe	10.773	61,5	14.137	24,6	33,2	12,0
Bahia	103.793	53,5	102.454	25,9	35,0	16,4
<b>SUDESTE</b>	<b>129.397</b>	<b>49,9</b>	<b>743.349</b>	<b>29,7</b>	<b>31,6</b>	<b>9,3</b>
Minas Gerais	66.710	53,2	196.039	33,8	37,2	12,9
Espírito Santo	19.428	69,4	24.398	27,8	37,9	13,3
Rio de Janeiro	5.172	41,0	80.542	16,9	17,5	4,8
São Paulo	38.087	40,9	442.370	32,6	33,1	8,6
<b>SUL</b>	<b>132.135</b>	<b>70,3</b>	<b>281.505</b>	<b>37,0</b>	<b>43,6</b>	<b>15,1</b>
Paraná	49.682	62,9	108.990	37,6	43,0	14,4
Santa Catarina	34.194	75,9	63.265	37,0	45,1	15,6
Rio Grande do Sul	48.259	75,3	109.250	36,4	43,2	15,6
<b>CENTRO-OESTE</b>	<b>36.017</b>	<b>56,4</b>	<b>140.750</b>	<b>34,1</b>	<b>37,1</b>	<b>11,8</b>
Mato Grosso do Sul	7.661	60,0	22.991	34,5	38,6	11,6
Mato Grosso	13.756	59,7	31.299	37,3	42,1	15,1
Goiás	13.812	55,1	72.281	39,4	41,3	12,9
Distrito Federal	788	26,7	14.179	18,0	18,3	4,5

Exclui a área rural de todos os estados, exceto Tocantins.  
Fonte: PNAD 2001.

## 2. Organização do trabalho

Este trabalho está organizado em seis partes, incluindo a Introdução. No próximo capítulo, a metodologia utilizada é apresentada; a terceira parte dá um panorama geral dos estados estudados, bem como sua localização geográfica e uma breve análise comparativa de alguns indicadores sócio-econômicos. Nos capítulos seguintes, discutem-se as informações obtidas por meio dos microdados da PNAD e do Censo, sendo que, no primeiro caso, é realizado um levantamento geral do trabalho infantil nos

estados do Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo, destacando as questões sobre saúde e segurança no trabalho que fazem parte do suplemento especial da PNAD 2001, e, no segundo caso, destacam-se os três municípios em que há maior concentração de trabalho infantil que pode causar danos à saúde, no total de cada um dos estados.

Finalmente, a Conclusão traz um resumo com as principais informações analisadas, bem como aborda as dificuldades na localização do público-alvo pelas políticas públicas voltadas à erradicação do trabalho infantil e ao combate à pobreza, apontando algumas estratégias de solução possíveis que podem ser utilizadas por gestores de políticas públicas sociais, a fim de conhecer melhor o perfil de seus potenciais beneficiários, fazendo com que um maior número de crianças e suas famílias seja atendido pelos programas existentes ou que tais programas sejam adequados à realidade social dessas famílias e crianças.





# Abordagem metodológica

## 1. Dados sobre o trabalho infantil

Este projeto utiliza dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2001, do Censo Demográfico de 2000 e do Ministério do Trabalho e Emprego gerados pelos Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente Trabalhador (GECTIPAs).

A PNAD, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), inclui mais de 370 mil indivíduos do Nordeste, Sudeste, Sul, Centro-Oeste e área urbana do Norte do Brasil. Em 2001, a essa pesquisa foi integrado um Suplemento Especial, com dados sobre o trabalho infantil, com informações sobre a participação de crianças no mercado de trabalho a partir dos 5 anos de idade, além de dados sobre as características do domicílio, escolaridade dos indivíduos, sexo, idade, salários, número de horas trabalhadas, renda não salarial etc.

A PNAD é realizada por meio de uma amostra probabilística de domicílios obtida em três estágios de seleção: unidades primárias (municípios), unidades secundárias (setores censitários) e unidades terciárias (domicílios). A expansão da amostra utiliza estimadores de razão cuja variável independente é a projeção da população residente em cada unidade da federação, levando-se em consideração o tipo de área, isto é, metropolitana e não metropolitana. Tais projeções consideram o aumento populacional ocorrido entre o censo demográfico de 1991 e o de 2000, levando-se em consideração a taxa de fertilidade, mortalidade e migração. O desenho amostral estabelecido na pesquisa permite a expansão dos resultados para todo o país, assim como suas regiões, estados e áreas metropolitanas.

O Censo Demográfico é realizado com o objetivo de fazer uma coleta sistemática de informações sobre a população brasileira e tem periodicidade mínima de 10 anos. No ano 2000, esse levantamento de informações foi feito entre 1º de agosto e 30 de novembro, tendo sido utilizados dois modelos de questionários, sendo que o primeiro deles investigou características referentes a 100% da população. O segundo questionário foi aplicado em uma amostra de 11,7% da população e continha, além das perguntas inseridas no questionário básico, questões mais detalhadas sobre as características do domicílio e de seus moradores, além de temas referentes à religião, à cor ou à raça, à deficiência, à migração, à escolaridade, à fecundidade, à nupcialidade, ao trabalho e ao rendimento. Para expandir os dados coletados nos questionários da amostra, fez-se o cálculo de pesos para os domicílios pesquisados, os quais tinham como limite mínimo 1, de maneira que um domicílio representasse pelo menos o próprio, e limites máximos 25 ou 50, de acordo com a fração amostral correspondente à área de ponderação em questão.

Dentre as estratégias adotadas pelo IBGE para disseminação dos resultados referentes ao Censo Demográfico 2000, estão incluídos os arquivos de microdados para cada unidade da federação.

As informações contidas nesses arquivos permitem a desagregação para mesorregiões, microrregiões, municípios, distritos, subdistritos e regiões metropolitanas.

Para os propósitos deste trabalho, os dados serão desagregados até o nível de municípios, lembrando que o município é a unidade de menor hierarquia dentro da organização político-administrativa do Brasil. As microrregiões, por sua vez, correspondem a um conjunto de municípios agrupados com base em características do quadro natural, da organização da produção e de sua integração. As macrorregiões referem-se a um conjunto de microrregiões, contíguas e contidas na mesma unidade da federação, agrupadas com base no quadro natural, no processo social e na rede de comunicações e de lugares.

## **2. O método utilizado**

Para atingir o objetivo deste trabalho – que é analisar o trabalho infantil nos estados do Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo – foram utilizadas estatísticas descritivas com base nos microdados da PNAD 2001 e do Censo 2000, ambos coletados pelo IBGE. A partir da PNAD, foram analisadas estatísticas descritivas para os estados, privilegiando-se as informações sobre escolaridade e trabalho do Suplemento Especial da pesquisa, enquanto os dados do Censo permitiram desagregar informações básicas de trabalho infantil em nível municipal. As informações contidas no Mapa de Indicativos do Ministério do Trabalho, produzido com subsídios gerados pelos GECTIPAs, no entanto, não se mostraram compatíveis com os demais bancos de dados utilizados, sendo utilizadas apenas como referência, ou seja, foi verificado em tal publicação se os municípios apontados pelo Censo como concentradores de trabalho infantil em determinado estado constavam do cadastro de denúncias do Ministério do Trabalho.

A escolha dos municípios analisados em cada estado foi feita com base na proporção de crianças em trabalho considerado de risco da localidade no total de crianças e jovens trabalhadores do estado. Assim, os municípios mais populosos estão, necessariamente, entre os que mais possuem crianças trabalhadoras e serão geralmente os escolhidos para análise.

Além das análises de estatísticas descritivas sobre as atividades de trabalho e educação de menores, foi elaborada uma análise situacional dos estados do Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo, com o propósito de comparar a situação geral desses estados em termos de indicadores sócio-econômicos, como renda, saúde e habitação, dentre outros.

As informações analisadas, bem como uma breve revisão de literatura a respeito de práticas e políticas sociais, permitiram que, na última seção, algumas indicações/orientações fossem apontadas para que gestores públicos possam aprimorar seu sistema de localização/engajamento da população-alvo de programas que visam erradicar o trabalho infantil.

# *Análise situacional dos estados do Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo*

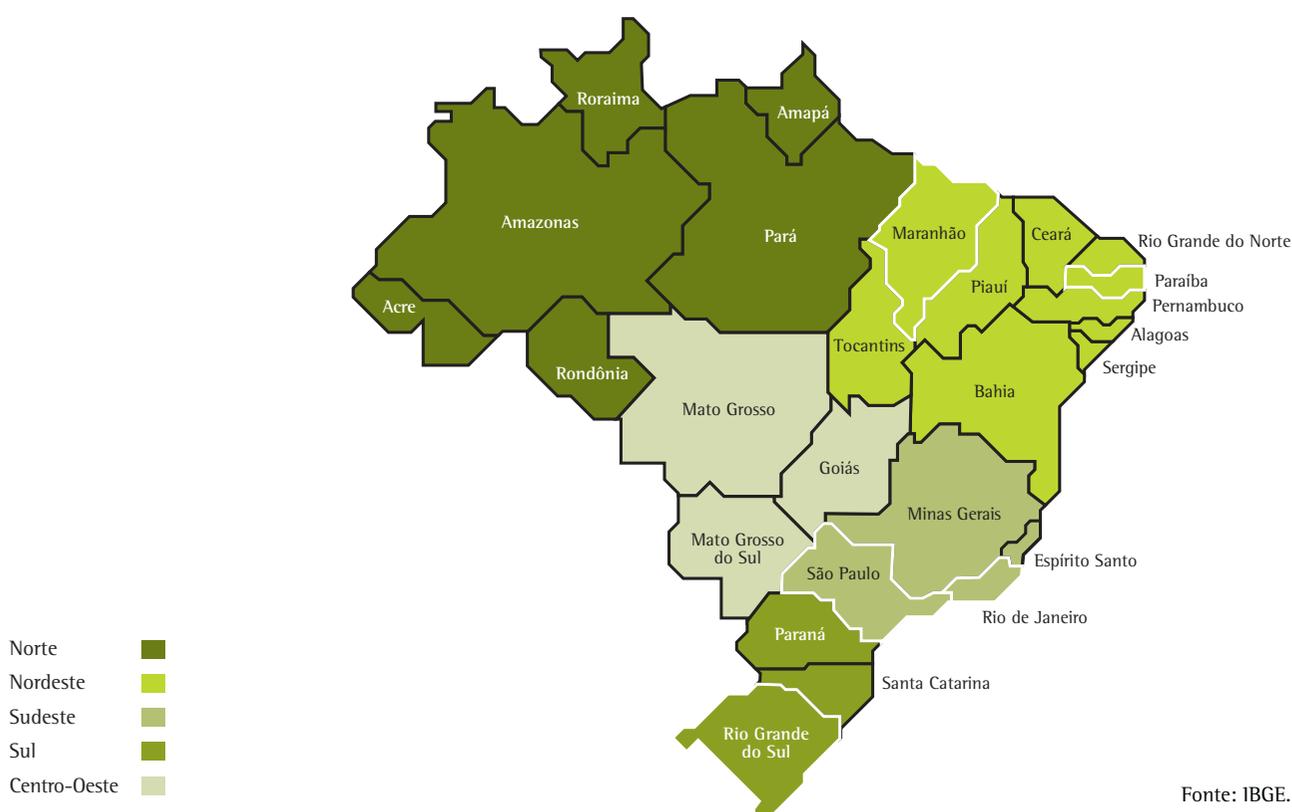
Neste capítulo, é apresentada uma análise situacional comparativa dos estados do Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo. Primeiramente, é dado um panorama geral dos estados e sua divisão político-administrativa, bem como algumas informações preliminares da população. Em seguida, são comparados indicadores sócio-econômicos, a fim de entender o contexto em que se dá o trabalho de crianças e adolescentes em cada uma das unidades da federação estudadas.



## 1. Divisão político-administrativa

O Brasil possui mais de 8 milhões de km<sup>2</sup>, divididos entre 26 estados e o Distrito Federal que, por sua vez, são agregados em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Essa divisão político-administrativa brasileira pode ser visualizada no Mapa 1, que destaca os estados nordestinos do Maranhão e da Paraíba; Rio Grande do Sul, no Sul; e Rio de Janeiro e São Paulo, na região Sudeste. Os estados brasileiros são, por sua vez, subdivididos administrativamente em mesorregiões e microrregiões, que agregam seus municípios

Mapa 1 - Localização geográfica dos estados do Maranhão, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo



O estado do Maranhão possui 331.918 km<sup>2</sup> e 217 municípios, agregados em 21 microrregiões e 5 mesorregiões. Segundo o Censo 2000, tem 5.651.475 habitantes, o que resulta numa densidade demográfica de 17 hab/ km<sup>2</sup>. A taxa de crescimento demográfico é de 1,5% ao ano, 60% da população é urbana. Além disso, a população está distribuída em 1,3 milhão de domicílios, dos quais 53% têm acesso à água encanada e 25% à rede de esgoto. O Maranhão responde por 1% do PIB nacional e é representado por 3 senadores e 18 deputados federais, sendo que cerca de 3% dos eleitores brasileiros residem no estado. A capital é São Luís, que tem 870 mil habitantes e está situada na mesorregião do Norte Maranhense, microrregião da Aglomeração Urbana de São Luís.

O estado da Paraíba possui 56.340,9 km<sup>2</sup> e 225 municípios, agregados em 23 microrregiões e 5 mesorregiões. Segundo o Censo 2000, a população é de 3.443.825 habitantes, o que resulta numa densidade demográfica de aproximadamente 61 hab/ km<sup>2</sup>. A taxa de crescimento demográfico é de 0,8% ao ano, e 71% da população é urbana. Além disso, a população está distribuída em cerca de 849 mil domicílios, dos quais 69% têm acesso à água encanada e 39% à rede de esgoto. O estado da Paraíba responde por menos de 1% do PIB nacional e é representado por 3 senadores e 12 deputados federais, sendo que possui 2% dos eleitores brasileiros. A capital, João Pessoa, tem pouco mais de 597 mil habitantes e situa-se na mesorregião da Mata Paraibana, microrregião de João Pessoa.

O estado do Rio de Janeiro, situado no sudeste brasileiro, possui 43.797,4 km<sup>2</sup> e 91 municípios, agregados em 18 microrregiões e 6 mesorregiões. Segundo o Censo 2000, a população é de 14.391.282 habitantes, o que resulta numa densidade demográfica de aproximadamente 329 hab/ km<sup>2</sup>. A taxa de crescimento demográfico é de 1,3% ao ano, e 96% da população é urbana. Além disso, a população está distribuída em cerca de 4,2 milhões de domicílios, dos quais 83% têm acesso à água encanada e 84% à rede de esgoto. O estado é responsável por cerca de 11% do PIB nacional e tem 8,9% do eleitorado brasileiro, sendo representado por 3 senadores e 46 deputados federais. A capital, Rio de Janeiro, possui 5,8 milhões de habitantes e faz parte da mesorregião Metropolitana do Rio de Janeiro. Situado no extremo sul do país, o estado do Rio Grande do Sul, possui 281.734 km<sup>2</sup> e está dividido em 7 mesorregiões e 35 microrregiões, que agregam 466 municípios. A população, de acordo com o Censo 2000, é de 10.187.798 habitantes, o que resulta numa densidade demográfica de 36,2 hab/km<sup>2</sup>. A taxa de crescimento demográfico é de 1,2% ao ano, e cerca de 80% da população é urbana. Além disso, a população está distribuída em mais de 3 milhões de domicílios, dos quais 80% têm acesso à água encanada e 68% à rede de esgoto. O Rio Grande do Sul é responsável por 7,2% do PIB nacional e 6,4% do eleitorado brasileiro, sendo representado por 3 senadores e 31 deputados federais. A capital, Porto Alegre, situa-se na mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, microrregião de Porto Alegre, e conta com mais de 1,36 milhão de habitantes.

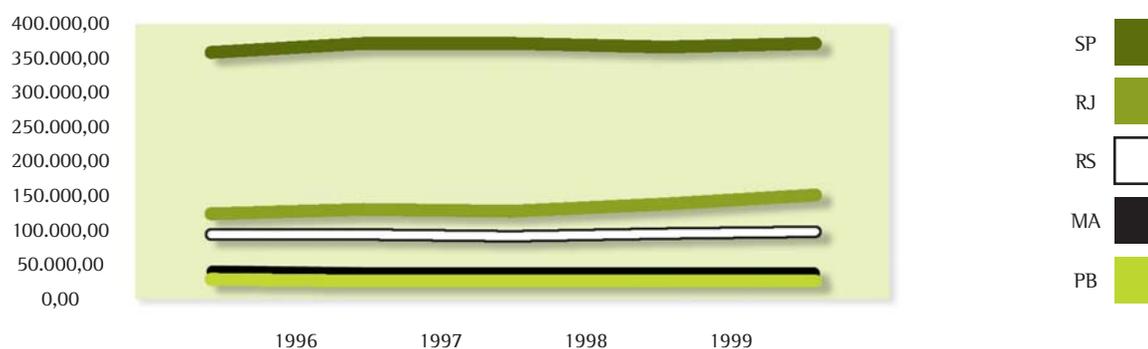
O estado de São Paulo é responsável por cerca de 37% do PIB nacional e tem 8,9% do eleitorado brasileiro, sendo representado por 3 senadores e 70 deputados federais. São Paulo possui 248.176,7 km<sup>2</sup> e 647 municípios, agregados em 61 microrregiões e 15 mesorregiões. Segundo o Censo 2000, a população é de 37,032 milhões de habitantes, o que resulta numa densidade demográfica de aproximadamente 149 hab/km<sup>2</sup>. A taxa de crescimento demográfico é de 1,8% ao ano, e 93% da população é urbana. Além disso, a população está distribuída em cerca de 10,3 milhões de domicílios, dos quais 93% têm acesso à água encanada e 88% à rede de esgoto. A capital é a cidade de São Paulo, que possui 10,4 milhões de habitantes e faz parte da mesorregião Metropolitana de São Paulo, microrregião de São Paulo. A breve descrição dos estados feita até agora já aponta as diferenças entre eles. É sabido que o Brasil apresenta diferenças regionais marcantes no que diz respeito à renda, à saúde, à educação, ao mercado de trabalho etc., e que os estados do Sul/Sudeste estão em melhor posição que os do Norte/Nordeste. A própria participação no PIB nacional e a densidade populacional já fornecem

indicações das diferenças no desenvolvimento econômico e social de cada estado. Na seção seguinte, portanto, será realizada uma análise dos principais indicadores sócio-econômicos, comparando os estados do Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e São Paulo.

## 2. Indicadores sócio-econômicos

Um dos principais indicadores econômicos, o Produto Interno Bruto – PIB, mostra o quanto os estados estudados diferem entre si. Mais notadamente o estado de São Paulo, que é responsável por mais de um terço do PIB nacional, cerca de 370 bilhões de reais em 2000, como mostra o Gráfico 1. Por meio do Gráfico 1, também é possível observar que os estados nordestinos da Paraíba e do Maranhão têm tendência e valores de PIB muito semelhantes, enquanto o crescimento observado no Rio de Janeiro é maior que o dos demais estados, embora em valores absolutos seja bem inferior ao de São Paulo, ficando com a segunda posição entre os estados analisados.

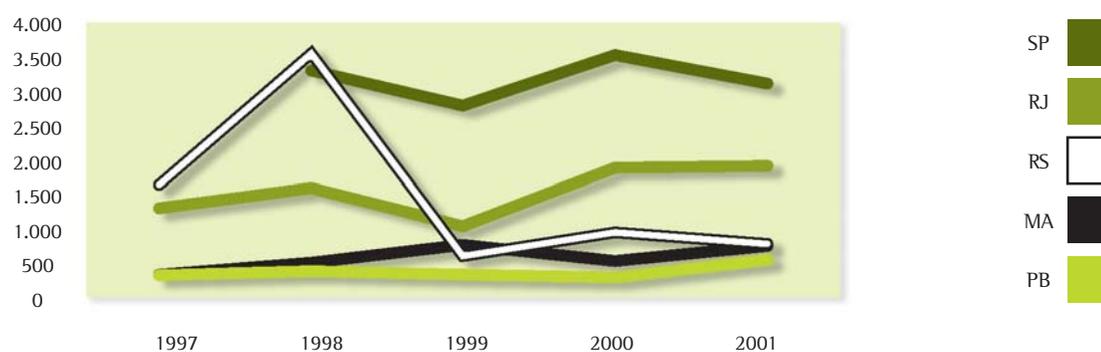
Gráfico 1 - PIB a preços de mercado, em R\$ milhões - 2000



Fonte: IPEADATA.

O Gráfico 2 mostra a evolução do investimento estadual, entre 1997 e 2001. O investimento no estado de São Paulo em 1997 foi extraordinariamente alto, aproximadamente 13 bilhões de reais, portanto, esse dado não foi incluído no gráfico, para que se possa observar e comparar melhor o comportamento das demais informações.

Gráfico 2 - Investimento estadual, em R\$ milhões

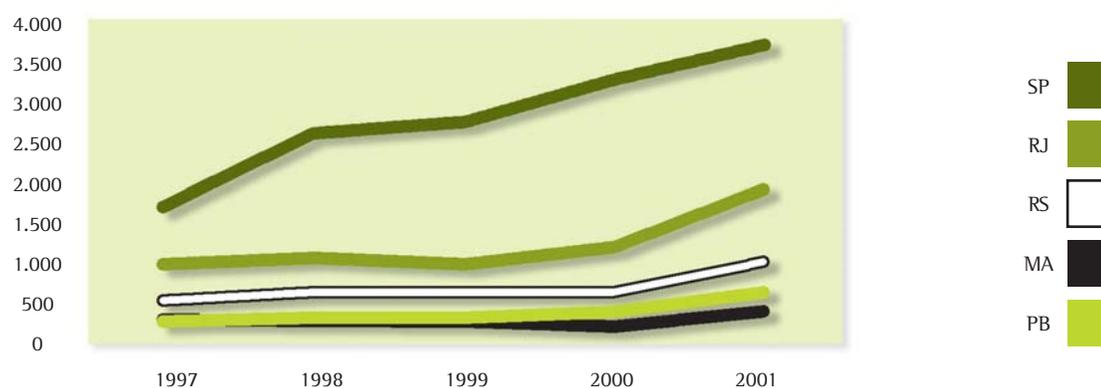


Nota: De acordo com a Lei nº 4.320/64, o investimento engloba "as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para os programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente, e constituição ou aumento do capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro". Enquadram-se nessa conta as despesas com equipamentos e instalações, dentre outras.

Fonte: IPEADATA.

Nota-se que, em 1998, o investimento estadual no Rio Grande do Sul foi superior aos demais, inclusive ao observado para São Paulo. Além disso, à exceção do Maranhão, houve uma queda no investimento estadual em 1999, sendo retomada a partir daí a tendência geral de crescimento no indicador. Analisando-se separadamente as despesas estaduais com saúde e saneamento, observa-se, a partir do Gráfico 3, que, à exceção do estado de São Paulo, em que se nota crescimento em todo o período, até 1999, os gastos foram praticamente constantes, crescendo a partir daí. O maior crescimento dos gastos em saúde e saneamento é observado no estado do Rio de Janeiro e, novamente, o comportamento dos estados nordestinos analisados é semelhante.

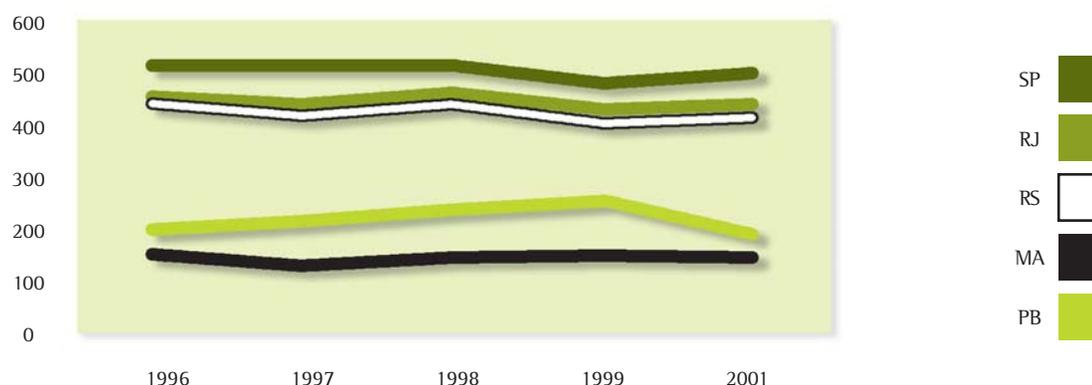
Gráfico 3 - Despesas estaduais com saúde e saneamento, em R\$ milhões



Fonte: IPEADATA.

Uma forma de avaliar a qualidade de vida da população é observar a renda per capita domiciliar. Nota-se, por meio do Gráfico 4, a diferença gritante existente entre o Sul/Sudeste e o Nordeste do país: enquanto a renda per capita média, em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, estaria próxima dos R\$ 450, em 2001, no mesmo ano, o valor é de cerca de R\$ 170, no Maranhão e na Paraíba. É possível observar, ainda no Gráfico 4, que em São Paulo houve uma queda na renda per capita domiciliar após 1998; no Maranhão, após queda em 1997, o indicador cresce moderadamente até 2001, recuperando o valor de 1996; na Paraíba, após uma fase de crescimento até 1999 houve queda na renda das famílias e, finalmente, no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, observa-se o mesmo comportamento da renda per capita, que oscila ano a ano, mantendo-se praticamente no mesmo patamar, no final e no início do período.

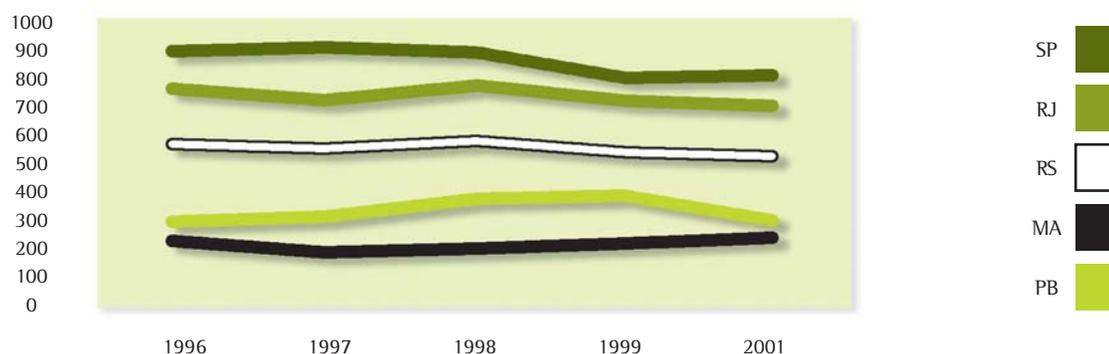
Gráfico 4 - Média da renda domiciliar per capita, em R\$ - 2001



Nota: Razão entre o somatório da renda per capita de todos os indivíduos e o número total desses indivíduos.

Fonte: IPEADATA.

Gráfico 5 - Renda média de todos os trabalhos, em R\$ - 2001



Nota: Média da soma das rendas de todos os trabalhos. Esta renda foi calculada no universo das pessoas que declararam estar ocupadas na semana de referência.

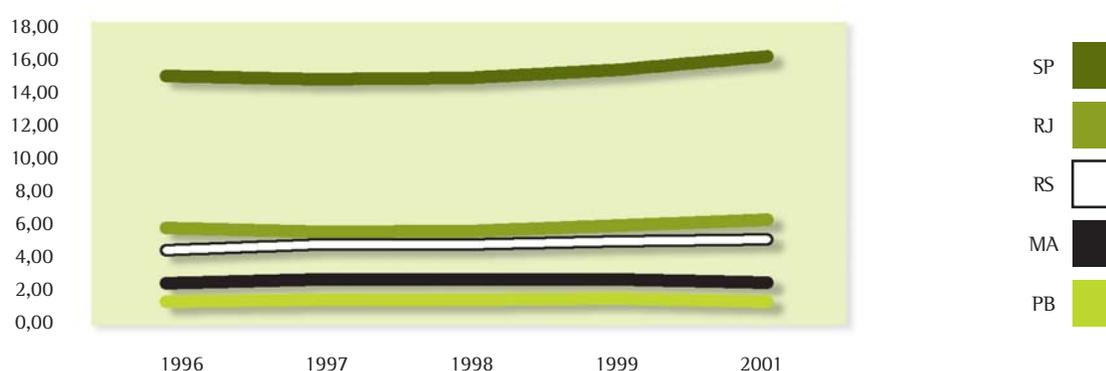
Fonte: IPEADATA.

Outro indicador interessante da qualidade de vida das pessoas é a renda média do trabalho. O Gráfico 5 mostra que o comportamento desse indicador é semelhante ao observado para a renda per capita

média, mostrada no Gráfico 4. A diferença entre os dois indicadores, no que se refere à tendência, é observada nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul que, embora apresentem o mesmo comportamento, estão em escalas diferentes, sendo que no Rio de Janeiro paga-se mais pelo trabalho que no Rio Grande do Sul. Assim, dentre os estados analisados neste estudo, em 2001, pagava-se mais pelo trabalho em São Paulo, cuja renda média estava em torno de R\$ 800, seguido do Rio de Janeiro (R\$ 705), Rio Grande do Sul (R\$ 522), Paraíba (R\$ 287) e Maranhão (R\$ 245).

Além de pagar mais pelo trabalho, o estado de São Paulo é o que mais emprega. O Gráfico 6 mostra que, apesar de a renda média do trabalho ter declinado, o número de empregados aumentou em São Paulo, entre 1996 e 2001, passando de cerca de 15 para 16 milhões de trabalhadores. Nos demais estados, o número de ocupados manteve-se praticamente estável, sendo que, em 2001, estavam empregados, aproximadamente, 5,8 milhões de pessoas, no Rio de Janeiro; 5,2 milhões, no Rio Grande do Sul; 2,5 milhões, no Maranhão; e 1,3 milhão, na Paraíba. Nota-se que, apesar de o valor médio do trabalho ser menor no Maranhão do que na Paraíba, este estado emprega mais pessoas do que aquele.

Gráfico 6 - Número de ocupados, em milhões de pessoas

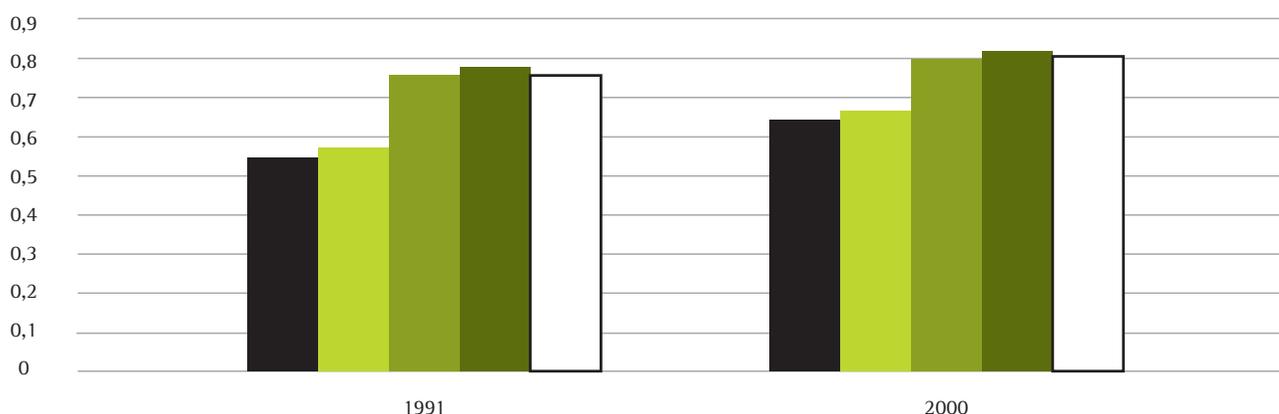


Fonte: IPEADATA.

A renda é um importante indicador da qualidade de vida, mas não é o único. Com o objetivo de medir o progresso humano do Brasil, a partir de fatores que identifiquem as oportunidades de escolha das pessoas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), juntamente com o Instituto de Pesquisa em Economia Aplicada (IPEA) e a Fundação João Pinheiro (MG) reuniram-se para produzir o Atlas do Desenvolvimento Humano. A orientação desta pesquisa seguiu metodologia semelhante à do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado para os países, sendo que um dos resultados obtidos com esse trabalho foi o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). O IDH-M foi calculado usando dados do Censo Demográfico 2000, tendo incorporado as análises de três dimensões básicas, quais sejam: a longevidade, a educação e a renda. Na dimensão educação, leva-se em consideração os índices de alfabetização da população. O Gráfico 7 mostra a evolução do IDH-M, entre 1991 e 2000. Os piores desempenhos são dos estados do Nordeste, que, no entanto, tiveram o maior crescimento no período: o IDH-M do Maranhão

passou de 0,543 para 0,636 e o da Paraíba foi de 0,561 para 0,661. O indicador para o estado de São Paulo, que é o maior entre os estados estudados, foi de 0,778 para 0,820 e teve o menor aumento, no período. Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul estavam no mesmo patamar em 1991 (0,753), mas o crescimento do indicador foi maior no Rio Grande do Sul, que passou para 0,814, enquanto no Rio de Janeiro passou para 0,802.

Gráfico 7 - Índice de Desenvolvimento Humano - IDH-M

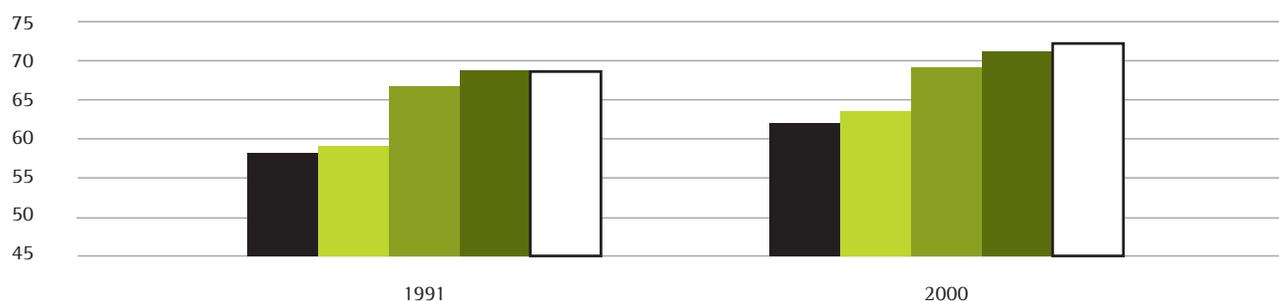


Nota: Nova metodologia. É obtido pela média aritmética simples de três sub-índices, referentes às dimensões Longevidade (IDH-Longevidade), Educação (IDH-Educação) e Renda (IDH-Renda).  
Fonte: IPEADATA.



O Gráfico 8 compara a dimensão longevidade, que compõe o IDH-M, entre os estados focalizados neste trabalho. Nota-se, novamente, aumento no indicador em todos os estados, sendo que esse aumento é maior entre os estados do Nordeste do que entre os do Sul/Sudeste. Assim, a esperança de vida ao nascer em São Paulo passa de 69 para 71 anos; no Rio de Janeiro, vai de 66 para 69 anos; no Rio Grande do Sul, de 69 para 72; no Maranhão, de 58 para 61; e na Paraíba, de 59 para 63 anos de idade.

Gráfico 8 - Esperança de vida ao nascer

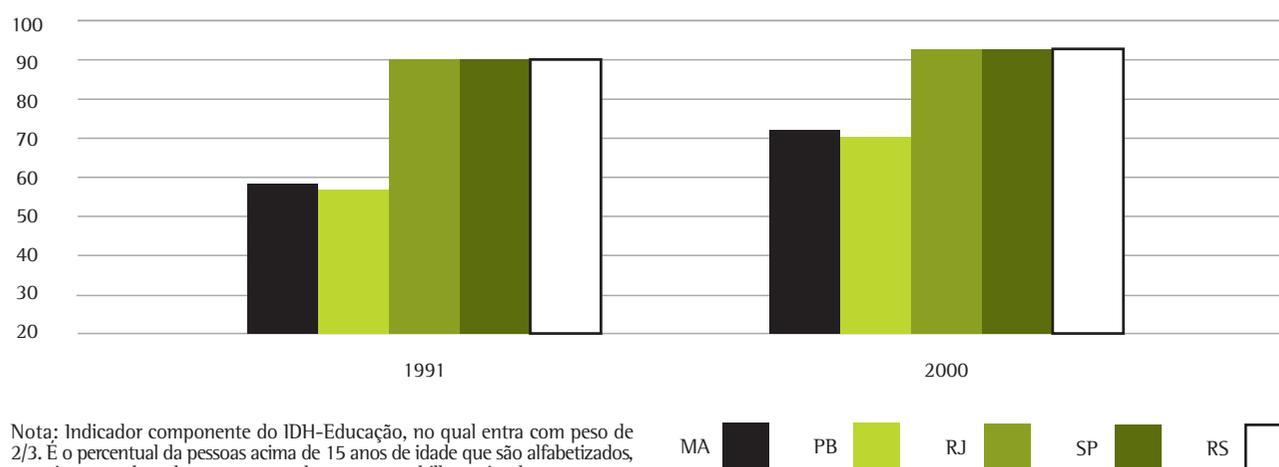


Nota: Número de anos de vida que uma pessoa nascida hoje esperaria viver, se todas as taxas de mortalidade por idade se mantivessem idênticas ao que são hoje.  
Fonte: IPEADATA.



O mesmo comportamento ocorre com a taxa de alfabetização, mostrada no Gráfico 9: embora nos estados do Nordeste os indicadores sejam bem menores do que no Sudeste, o aumento neles ocorrido é maior que o dos estados do Sul/Sudeste. Assim, em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, a taxa de alfabetização, que era de cerca de 90%, em 1991, passou para aproximadamente 93%, em 2001.

Gráfico 9 - Taxa de alfabetização





# Análise estatística dos dados sobre o trabalho infantil, com base na PNAD de 2001, nos cinco estados selecionados

Antes de iniciar as análises dos dados para cada estado, vale a ressalva de que os microdados do IBGE são, de certa forma, capazes de captar o trabalho doméstico, o trabalho informal urbano e a exploração sexual comercial, por meio das questões que abordam o tipo de atividade realizada pelos indivíduos. No entanto, é difícil supor que a criança ou o adolescente envolvido em atividades de exploração sexual comercial ou em atividades ilícitas declarem sua ocupação; da mesma forma, a atividade doméstica realizada no próprio domicílio, muitas vezes, não é considerada trabalho, e a informação é subestimada; por último, a atividade agrícola familiar nem sempre é considerada trabalho pela família, dependendo das tarefas delegadas à criança, ocorrendo subestimação dos dados semelhante à observada para o emprego doméstico.

## 1. Maranhão

A Tabela 3 mostra que aproximadamente trezentas mil crianças entre 5 e 15 anos estão trabalhando, num total de um milhão e meio no estado do Maranhão, o que representa 18,1%. Entretanto, somente 21% das crianças que trabalham recebem pagamentos pelas suas atividades.

Tabela 3 - Total de crianças de 5 a 15 anos, número de crianças trabalhando e número de crianças recebendo pagamento, por situação do domicílio e sexo - Maranhão - 2001

Número de crianças	Total	Meninos		Meninas	
		Urbano	Rural	Urbano	Rural
Total	1.587.706	486.598	325.912	499.536	275.660
Trabalhando	287.074	60.154	145.441	34.266	47.213
	18,1%	12,4%	44,6%	6,9%	17,1%
Recebendo pagamento	60.155	25.129	9.137	22.844	3.045
	21,0%	41,8%	6,3%	66,7%	6,4%

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 4 mostra o número e a porcentagem de meninos e meninas que trabalham, de acordo com a idade. Há um aumento de crianças empregadas, conforme a idade avança. Cerca de 25% dos meninos de 10 anos trabalham, sendo que esse percentual aumenta para mais de 56%, entre os trabalhadores de 15 anos. O número de meninos que trabalham supera o de meninas, em todas as faixas etárias consideradas.

Tabela 4 - Porcentagem e total de meninos e meninas trabalhando, por idade - Maranhão - 2001

Idade	Meninos trabalhando	Meninas trabalhando
5	1.524	-
	2,0%	
6	2.284	-
	3,1%	
7	3.047	761
	3,7%	1,1%
8	6.094	2.285
	9,4%	3,8%
9	14.465	3.045
	19,6%	5,6%
10	15.229	6.091
	25,0%	10,1%
11	22.842	5.329
	34,5%	7,4%
12	35.787	10.660
	39,2%	14,9%
13	29.700	12.949
	39,4%	17,5%
14	36.547	19.036
	46,6%	25,2%
15	38.076	21.323
	56,8%	25,0%

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 5 apresenta as atividades mais desenvolvidas pelas crianças. A maior porcentagem de meninos e meninas está no trabalho não remunerado, principalmente no meio rural. Já na área urbana, além do trabalho não remunerado, boa parte dos meninos é empregada sem carteira, enquanto, entre as meninas, a maioria é trabalhadora doméstica sem carteira.

Tabela 5 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, estratificada pela posição na ocupação, por situação do domicílio e sexo - Maranhão - 2001

Atividade	Meninos		Meninas	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Outros empregados sem carteira	25,32	1,05	4,45	1,61
Trabalhador doméstico sem carteira	3,80	2,09	46,67	3,23
Conta própria	12,66	3,14	15,55	1,61
Trabalho não remunerado	50,63	89,53	28,89	67,74
Trabalha na produção para próprio consumo ou construção p/ próprio uso	7,59	4,19	4,44	25,81

Fonte: PNAD 2001.

Com relação ao ramo de atividade, a maior porcentagem de crianças no estado do Maranhão trabalha no setor agrícola, seguido do setor comércio e serviços, como pode ser observado na Tabela 6.

Tabela 6 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por ramo de atividade - Maranhão - 2001

Ramo de Atividade	% crianças de 5 a 15 anos
Agricultura	70,67
Serviços	11,47
Comércio	12,53
Indústria	3,47
Construção Civil	1,33
Outros	0,53

Fonte: PNAD 2001.

Há grande preocupação com relação ao trabalho infantil e seus efeitos adversos na escolaridade. Certas atividades podem impedir a frequência à escola, criando um cenário negro para o futuro das crianças, uma vez que continuarão analfabetas ou lhes faltarão habilidades e conhecimentos para obter melhor trabalho e, conseqüentemente, aumento de renda.

De acordo com a Tabela 7, a diferença entre a proporção de crianças na escola que trabalham ou não aumenta conforme a idade aumenta. Quase 92% das crianças de 14 e 15 anos que não trabalham estão na escola. Já as que trabalham estão abaixo dessa porcentagem, com 84% e 81% de frequência escolar, respectivamente.

Tabela 7 - Porcentagem de crianças na escola, estratificada por idade e se trabalham ou não – Maranhão - 2001

Idade	Crianças que trabalham	Crianças que não trabalham
9	87,0	97,2
10	96,4	99,2
11	97,3	95,8
12	96,7	95,4
13	92,9	95,7
14	83,6	91,5
15	80,8	91,8

Fonte: PNAD 2001.

Para observar se o trabalho infantil reduz o aproveitamento nos estudos, a defasagem escolar entre as crianças que trabalham e as que não trabalham está apresentada na Tabela 8. Os dados da tabela indicam a proporção de crianças que estão em séries inferiores à série que seria correta a sua idade. Uma criança de 14 anos, por exemplo, se iniciasse os estudos aos 7 anos e não fosse reprovada em nenhuma série, deveria estar na oitava série. Entretanto, os dados mostram que 90,5% das que trabalham e 68,2% das que não trabalham estão em séries inferiores à oitava. A diferença na porcentagem de crianças em série inferior à correta é grande entre crianças que trabalham e as que não trabalham. Entretanto, essas diferenças não podem ser atribuídas somente ao fato de as crianças trabalharem ou não, uma vez que muitos outros fatores estão envolvidos, tais como: renda familiar, nível educacional dos pais, tamanho da família, local de residência etc.

Tabela 8 - Porcentagem de crianças trabalhando ou não que estão em séries inferiores, em relação à idade - Maranhão - 2001

Idade	Defasagem Escolar*	
	Crianças que trabalham	Crianças que não trabalham
8	50,0	26,9
9	87,5	42,3
10	79,4	53,9
11	87,2	56,8
12	89,1	58,0
13	83,0	66,1
14	90,5	68,2
15	87,5	69,2

\* Foi considerada na idade correta para a série toda criança que tinha idade adequada enquanto cursando a série ou que tinha idade inferior. Por exemplo, toda criança que durante a 2ª série tinha 8 anos ou mais em um dos meses do ano letivo foi considerada com idade adequada.

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 9 mostra que crianças que trabalham permanecem menos tempo na escola do que as que não trabalham. Enquanto 94,6% das crianças trabalhadoras permanecem no máximo 4 horas na escola e 5,4% de 4 a 6 horas, entre as que não trabalham, 75,1% ficam até 4 horas na escola e 24,1% de 4 a 6 horas. Entretanto, nenhum dos grupos de crianças despense muito tempo na escola. Praticamente todas as crianças que estudam ficam no máximo 6 horas na escola, já que o sistema escolar no Brasil é de meio período.

Tabela 9 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de horas por dia que permanecem na escola - Maranhão - 2001

Nº de horas/dia na escola	Crianças que não trabalham	Crianças trabalhando
Até 4 horas	75,1	94,6
De 4 a 6 horas	24,1	5,4
Mais de 6 horas	0,8	-

Fonte: PNAD 2001.

A porcentagem de crianças trabalhadoras ou não que deixaram de comparecer às aulas, em um período de dois meses anterior à pesquisa, é maior entre aquelas que trabalham. Os dados mostram que 44,3% das crianças que trabalham faltaram pelo menos um dia, enquanto a porcentagem para crianças que não trabalham foi de 31,1% (ver Tabela 10).

Tabela 10 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia, em um período de dois meses - Maranhão - 2001

Pelo menos 1 dia ausente da escola, de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001	Crianças que não trabalham	Crianças trabalhando
Sim	31,1	44,3
Não	68,9	55,7

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 11 é semelhante à anterior, porém especifica o número de dias em que a criança se ausentou da escola. Pode-se observar que as crianças trabalhadoras ausentam-se por um período mais longo do que as não trabalhadoras. A porcentagem de crianças que trabalham que não comparecem às aulas por um período de 1 a 5 dias é de 78,4% e por um período de 6 a 10 dias é de 14,9%. No caso de crianças que não trabalham, as porcentagens são 83,1% e 11,3%, respectivamente.

Tabela 11 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de dias que deixaram de comparecer à escola, em um período de dois meses – Maranhão - 2001

Nº de dias que deixaram de comparecer à escola, de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001	Crianças que não trabalham	Crianças trabalhando
1 a 5 dias	83,1	78,4
6 a 10 dias	11,3	14,9
11 a 20 dias	4,4	3,4
Mais de 20 dias	1,3	3,4

Fonte: PNAD 2001.

Quando perguntado o motivo por que não freqüentam a escola, a maioria das crianças trabalhadoras respondeu que simplesmente não quis comparecer (28,9%), conforme Tabela 12<sup>4</sup>. Outros motivos apontados pelas crianças trabalhadoras foram: não haver escola por perto (13,2%), a falta de dinheiro (10,5%) e trabalharem (7,9%). Isso mostra que o trabalho das crianças influencia na freqüência à escola. No grupo de crianças que não trabalham, uma alta porcentagem respondeu que doenças ou incapacidade as impediam de ir à escola (32,3%), o que parece uma desculpa, uma vez que as proporções são bem diferentes em relação às crianças que trabalham, seguida da falta de vontade em ir ao estabelecimento escolar (21%). Falta de documentação foi também um motivo importante apontado pelas crianças. É interessante observar que crianças que não freqüentam a escola não responderam ou um número pequeno afirmou que a causa principal é ajudar nos afazeres domésticos, algo sempre apontado na literatura.

Tabela 12 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, em um período de dois meses - Maranhão - 2001

Motivo para não freqüentarem a escola	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
Ajuda nos afazeres domésticos	0	1,6
Trabalhar ou procurar trabalho	7,9	1,6
Falta de transporte escolar	2,6	0
Falta de dinheiro	10,5	8,1
Falta de documentação	5,3	11,3
Não existe escola perto de casa	13,2	1,6
Falta vaga na escola	2,6	3,2
Concluiu a série ou curso desejado	2,6	0
Não tem quem a leve	2,6	0
Doença ou incapacidade	5,3	32,3
Os pais não querem que freqüentem	2,6	0
Não quis freqüentar a escola	28,9	21,0

Fonte: PNAD 2001.

Nota: "Outro motivo" foi omitido da tabela.

<sup>4</sup> Esta pergunta foi feita às crianças que não freqüentam a escola; não para as que freqüentam, mas faltaram.

Para o estado do Maranhão, se dividida a amostra entre cinco categorias, para as crianças de sete a 15 anos que: (i) só estudam, (ii) só trabalham, (iii) estudam e trabalham, (iv) não trabalham, não estudam, nem cuidam de afazeres domésticos e (v) só cuidam de afazeres domésticos, observa-se que há uma porcentagem elevada de crianças que só estudam (74,3%) e não tão baixa das que estudam e trabalham (19,8%). A menor proporção é a da categoria que não trabalha, não estuda e nem cuida de afazeres domésticos (1,7%), as crianças que só trabalham ou só cuidam dos afazeres domésticos englobam o restante (4,2%). A Tabela 13 também estratifica os dados por sexo e situação do domicílio. No meio rural, a proporção de crianças que estudam e trabalham é bem elevada (meninos 47,9% e meninas 19,2%) e a proporção de meninos que só trabalham é alta (5,1%), assim como a dos que não estudam, não trabalham e nem cuidam dos afazeres domésticos (3,1%).

Tabela 13 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos, em diferentes categorias - Maranhão - 2001

Atividade	Total	Meninos		Meninas	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano
Só estudam	74,3	43,0	82,0	72,2	88,3
Só trabalham	2,2	5,1	0,6	2,8	1,7
Estudam e trabalham	19,8	47,9	14,7	19,2	6,7
Não trabalham, não estudam nem cuidam de afazeres domésticos	1,7	3,1	1,7	1,4	0,7
Só cuidam de afazeres domésticos	2,0	0,85	1,0	4,3	2,6

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 14 apresenta as porcentagens de crianças que trabalham, de acordo com o salário mensal recebido. Apesar de haver um salário mínimo legal no Brasil, praticamente todas as crianças recebem metade ou menos. Os melhores remunerados são os meninos e meninas que têm residência na área urbana e os com idades mais avançadas, mas mesmo esses têm remunerações muito baixas.

Tabela 14 - Porcentagem de crianças que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificada pelo salário mínimo mensal, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Maranhão - 2001

Salário mínimo mensal*	Crianças 5-11				Crianças 12-15			
	Meninos		Meninas		Meninos		Meninas	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
(0,0 - 0,5]	100	100	83,3	100	84,2	97,6	84,6	97,8
(0,5 - 1,0]	-	-	16,7	-	15,8	1,6	15,4	2,2
(1,0 - 2,0]	-	-	-	-	-	-	-	-
(2,0 - 3,0]	-	-	-	-	-	0,8	-	-

\* Foi considerado o salário mínimo de R\$200,00 por mês, em setembro de 2001.

Fonte: PNAD 2001.

Algumas crianças brasileiras trabalham muito, apesar de ser proibida por lei uma carga de mais de 44 horas semanais. Os dados do estado do Maranhão mostram que nenhuma das crianças de 5 a 11 anos trabalha mais de 40 horas semanais, a grande maioria trabalha de 10 a 20 horas por semana. Já para as de 12 a 15 anos, é maior o número entre aquelas que trabalham entre 10 e 20 horas, mas aumenta a porcentagem de crianças com mais de 20 horas por semana e também com mais de 40 horas. A última linha da Tabela 15 reporta o número médio de horas semanais de trabalho das crianças. Tanto as meninas de 5 a 11 anos, como as de 12 a 15 da área urbana trabalham, em média, mais horas por semana do que os meninos da mesma faixa etária, além disso, crianças da área urbana trabalham maior número de horas do que as da área rural. Ademais, os dados mostram que, à medida que a criança cresce, maior é o número de horas trabalhadas.

Tabela 15 - Porcentagem de crianças trabalhando, estratificada pelo número de horas semanais de trabalho, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Maranhão - 2001

Horas/semana	Crianças 5 a 11 anos				Crianças 12 a 15 anos			
	Menino		Menina		Menino		Menina	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
(1 - 5]	21,4	-	33,3	16,7	3,9	-	4,8	-
(5 - 10]	21,4	33,3	-	66,7	15,7	8,2	14,3	50,0
(10 - 20]	50,0	58,3	33,3	-	33,3	55,7	33,3	40,0
(20 - 40]	7,1	8,3	33,4	16,7	33,3	21,3	28,6	-
(40 - mais]	-	-	-	-	13,7	14,8	19,0	10,0
Média	14,8	16,2	15,0	11,5	25,5	24,6	26,5	16,6

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 16 mostra a freqüência de famílias brasileiras com crianças trabalhando e recebendo salários cujos rendimentos contribuem para certa porcentagem da renda familiar. Em 63% das famílias urbanas e em 69% das rurais, a contribuição das crianças para a renda familiar é de mais de 20%, e, em 26% das famílias urbanas e 31% das rurais, a contribuição ultrapassa os 40%.

Tabela 16 - Porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças de 5 a 15 anos contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por situação dos domicílios - Maranhão - 2001\*

Contribuição (%) dos rendimentos das crianças de 5 a 15 anos na renda familiar	Porcentagem de domicílios	
	Urbano	Rural
(0 - 10]	19,6	7,7
(10 - 20]	17,6	23,1
(20 - 30]	19,6	30,8
(30 - 40]	17,6	7,7
(40 - 100]	25,5	30,8

\* Inclui somente crianças com rendimento positivo.  
Fonte: PNAD, 2001

A Tabela 17 mostra que a grande maioria das crianças empregadas estava satisfeita com o trabalho. Mais de 70% das crianças responderam que gostavam do emprego que tinham, tanto na área rural, quanto urbana. Entretanto, a maioria das respostas foi dada por outras pessoas moradoras do domicílio e não pela própria pessoa, o que exige uma conclusão cuidadosa sobre o assunto.

Tabela 17 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a satisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Maranhão - 2001

Satisfeita com o emprego?	Crianças trabalhando	
	Rural	Urbano
Sim	70,3	83,9
Não	29,7	16,1

Fonte: PNAD 2001.

Às crianças que não estavam satisfeitas com o emprego foi perguntado o motivo para tal e os resultados encontram-se na Tabela 18. Tanto no meio rural, quanto no urbano, o motivo principal foi que o trabalho era cansativo (77% e 40%, respectivamente). Trabalho cansativo significa esforço extra para os menores e pode trazer danos à saúde e problemas ergonômicos. No meio urbano, outra razão para descontentamento relaciona-se aos baixos rendimentos com o trabalho.

Tabela 18 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal da insatisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Maranhão - 2001

Motivo principal da insatisfação com o emprego	Crianças trabalhando	
	Rural	Urbano
Ganhava pouco	1,3	30,0
Não tinha tempo para estudar	9,3	15,0
Trabalho cansativo	77,3	40,0
Não gostava de trabalhar	9,3	5,0
Outros	2,7	10,0

Fonte: PNAD 2001.

A maioria das crianças trabalha porque quer (55%, no meio rural, e 74%, no urbano). Entretanto, é grande a porcentagem que trabalha porque os pais ou responsáveis impõem que trabalhem, conforme pode ser visto na Tabela 19.

Tabela 19 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando de acordo com o motivo principal para trabalhar, nos meios urbano e rural - Maranhão - 2001

Motivo principal para trabalhar	Rural	Urbano
Querer trabalhar	55,3	74,2
Pais querem que trabalhem	44,7	25,8

Fonte: PNAD 2001.

Analisando-se domicílios de baixa renda, observa-se que 26% daqueles que contêm crianças que não trabalham têm, em média, sete ou mais membros, enquanto essa porcentagem, em domicílios com crianças trabalhando, chega a 43% (Tabela 20). Portanto, existe uma indicação de que famílias pobres e de tamanho grande requerem mais trabalho infantil, provavelmente como forma de ter um pouco mais de renda para a sobrevivência de seus membros.

Tabela 20 - Porcentagem de domicílios com crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não, com renda mensal familiar de R\$ 400,00 ou menos, de acordo com o tamanho da família - Maranhão - 2001

Número de pessoas	Domicílios com crianças que trabalham	Domicílios com crianças que não trabalham
2	4,3	3,9
3	7,4	10,8
4	9,3	21,7
5	19,4	17,5
6	15,2	20,2
7 ou mais	43,2	25,9

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 21 mostra a porcentagem de crianças, de acordo com o nível educacional da mãe. A porcentagem de crianças trabalhadoras cujas mães têm baixo nível de escolaridade (máximo de quatro anos) é maior do que a de crianças que não trabalham. No meio rural, há maior porcentagem de crianças cujas mães têm menor escolaridade (zero a quatro anos), em comparação ao urbano. Ademais, quando as mães têm nove ou mais anos de escolaridade, é observado maior número de crianças que não trabalham, em relação às que trabalham.

Tabela 21 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não trabalhando, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por situação do domicílio - Maranhão - 2001

Anos de escolaridade da mãe	Crianças que trabalham		Crianças que não trabalham	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
0 - 4	72,2	84,5	51,5	78,7
5 - 8	17,5	12,2	25,6	12,7
9 - mais	10,3	3,3	22,8	8,7

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 22 apresenta o número de crianças e jovens de 5 a 17 anos envolvidos em ocupações de risco. Essas ocupações foram escolhidas com base nas pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (“Guidelines for classifying forms of child labour”) e onde há atuação do PETI para a retirada de crianças do trabalho. De acordo com a Tabela 21, a grande maioria trabalha no emprego doméstico, seguido do comércio ambulante, extrativismo vegetal e mineral e atividades agrícolas. Também é relevante o número de trabalhadores na construção civil. No estado do Maranhão, há quase cento e quarenta mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos envolvidos em ocupações de risco.

Tabela 22 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco, por ocupação - Maranhão - 2001

Ocupações	No. indivíduos	%
Acondicionador	761	0,55
Atividades agrícolas*	19.798	14,3
Comércio ambulante	30.455	22,0
Costureira/bordadeira	1.522	1,1
Cozinheiro/garçom	3.046	2,2
Doceiro/padeiro	1.523	1,1
Emprego doméstico	35.031	25,3
Estivador	762	0,55
Extrativismo vegetal e mineral	26.651	19,2
Marcenaria	762	0,55
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	3.807	2,75
Produção de cerâmica/olaria	5.330	3,85
Construção civil	9.141	6,60

\*Inclui somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores.

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 23 mostra a proporção de indivíduos que se machucaram, no período de um ano anterior à pesquisa, em cada uma das ocupações selecionadas. Está apresentado também na tabela o número

de observações na amostra para cada ocupação. A análise deve ser feita com cuidado, nos casos em que o número de observações é muito pequeno, pois pode não refletir a realidade, devido à falta de representatividade dos dados. Ocorreram casos de acidente de trabalho, na produção de cerâmica/olaria (43%), extrativismo animal e vegetal (17,1%) e atividades agrícolas (11,5%). Há outras ocupações com altas porcentagens de pessoas feridas na Tabela 23, mas não foram mencionadas porque o tamanho da amostra é muito pequeno (1 ou 2).

Tabela 23 – Proporção de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco que declararam ter se machucado na atividade que exerciam e número de casos na amostra - Maranhão - 2001

Ocupações	Machucou no trabalho (%)	Total de casos na amostra
Atividades agrícolas*	11,5	3
Comércio ambulante	5,0	2
Doceiro/padeiro	50,0	1
Emprego doméstico	4,4	2
Extrativismo vegetal e mineral	17,1	6
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	20,0	1
Produção de cerâmica/ olaria	42,8	3
Construção civil	8,3	1

\* Inclui somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, fumo, na criação e no corte de árvores.  
Fonte: PNAD 2001.

Para aqueles que declararam ter se machucado, foi perguntado o tipo de ferimento que tiveram devido ao trabalho. Na grande maioria das ocupações, a maior proporção de pessoas feridas foi com a ocorrência de cortes, como pode ser visualizado na Tabela 24. Também ocorreram fratura, dor muscular e outro machucado. As porcentagens somam 100, dentro de cada ocupação.

Tabela 24 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos com determinados machucados, no período de um ano anterior à pesquisa, por ocupação - Maranhão - 2001

Ocupações	Dor muscular	Fratura ou entorse	Corte	Outro machucado
Atividades agrícolas	-	-	100	-
Comércio ambulante	-	50	-	50
Doceiro/padeiro	-	-	100	-
Emprego doméstico	50	-	-	50
Extrativismo vegetal e mineral	-	-	100	-
Montagem e manutenção equipamentos (mecânico)	-	100	-	-
Produção de cerâmica/trabalho em olaria	-	-	-	100

\* Inclui somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores.  
Fonte: PNAD 2001.

## 2. Paraíba

A Tabela 25 mostra que há mais de cem mil crianças entre 5 e 15 anos trabalhando, em um total de 1,5 milhões, no estado da Paraíba, o que representa 6,9%. Entretanto, somente 20% das crianças que trabalham recebem pagamentos pelas suas atividades. O maior percentual de crianças trabalhadoras está entre os meninos da área rural, o que corresponde a 27,3%. Chama a atenção o fato de haver menos de 10% dessas crianças recebendo pagamento na área rural, enquanto na área urbana 41,5% dos meninos e 54,2% das meninas são remunerados.

Tabela 25 - Total de crianças de 5 a 15 anos, número de crianças trabalhando e número de crianças recebendo pagamento, por situação do domicílio e sexo - Paraíba - 2001

Número de crianças	Total	Meninos		Meninas	
		Urbano	Rural	Urbano	Rural
Total	1.587.706	486.598	325.912	499.536	275.660
Trabalhando	108.963	29.973	33.659	11.065	7.376
	6,9%	10,1%	27,3%	6,9%	3,6%
Recebendo pagamento	21.670	12.450	2.766	5.993	461
	19,9%	41,5%	8,2%	54,2%	6,2%

Fonte: PNAD 2001.



Na Tabela 26, é possível verificar o número e a porcentagem de meninos e meninas que trabalham, de acordo com a idade. Nota-se que não há incidências de crianças trabalhando entre os meninos de 5 e 6 anos, bem como entre as meninas de 9 e 11 anos. Dentre os trabalhadores, percebe-se um aumento de crianças empregadas, conforme a idade avança. Enquanto 9,4% dos meninos de 11 anos trabalham, 44,2% dos de 15 anos estão empregados. Entre as meninas, há um percentual de 4,8% de trabalhadoras, na faixa etária de 12 anos e 13,7%, na idade de 15 anos.

Tabela 26 - Porcentagem e total de meninos e meninas trabalhando, por idade - Paraíba- 2001

Idade	Meninos trabalhando	Meninas trabalhando
5	0	461
		1,3%
6	0	461
		1,5%
7	922	461
	2,6%	1,0%
8	1.383	922
	4,2%	2,4%
9	3.227	0
	8,3%	
10	2.766	1.845
	7,9%	4,8%
11	3.688	0
	9,4%	
12	7.840	1.844
	18,7%	4,8%
13	8.762	2.766
	22,3%	7,1%
14	13.834	4.610
	34,1%	12,2%
15	21.210	5.071
	44,2%	13,7%

Fonte: PNAD 2001.

Na Tabela 27, pode-se visualizar as atividades mais desenvolvidas pelas crianças. Para ambos os sexos, a maior porcentagem de crianças exerce trabalho não remunerado, tanto na área urbana, quanto na área rural. Entre os meninos da área urbana, 32,3% trabalha em outros empregos sem carteira, enquanto 9,6% dos meninos da área rural produzem para próprio consumo ou constroem para próprio uso. Ademais, 29,2% das meninas da área urbana e 12,5% das meninas da área rural são trabalhadoras domésticas.

Tabela 27 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, estratificada pela posição na ocupação, por situação do domicílio e sexo - Paraíba - 2001

Atividades	Meninos		Meninas	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Outros empregados sem carteira	32,3	8,2	12,5	-
Trabalhador doméstico sem carteira	1,5	-	29,2	12,5
Conta própria	7,7	-	12,5	-
Trabalho não remunerado	47,7	82,2	41,7	75,0
Trabalha na produção para próprio consumo ou construção p/ próprio uso	10,8	9,6	4,2	12,5

Fonte: PNAD 2001.

Ao classificar as crianças trabalhadoras de 5 a 15 anos por ramo de atividade, nota-se um percentual de quase 60% trabalhando no setor agrícola, seguido pelos trabalhadores no comércio (15,8%) e serviços (15,8%), como pode ser visto na Tabela 28.

Tabela 28 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por ramo de atividade - Paraíba - 2001

Ramo de Atividade	% crianças de 5 a 15 anos
Agricultura	58,8
Serviços	15,8
Comércio	15,8
Indústria	5,1
Construção civil	0,6
Outros	4,0

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 29 mostra que, na Paraíba, há um alto percentual de crianças na escola, sendo que, nos estratos de idades mais elevados, esse percentual se reduz, ficando em 86%, entre as crianças de 15 anos que trabalham, e 85%, entre as que não trabalham. Outra questão a ser observada diz respeito ao fato de a frequência escolar entre as crianças que trabalham ser maior do que entre aquelas que não trabalham, na maioria das faixas de idade, provavelmente pelo fato de o tamanho da amostra ser pequeno para as crianças trabalhadoras, havendo uma variação somente nas idades de 13 anos (quando 88% das crianças que trabalham estão na escola, contra 93,1% das que não trabalham) e 14 anos (90% e 94,6%).

Tabela 29 - Porcentagem de crianças na escola, estratificada por idade e se trabalham ou não - Paraíba - 2001

Idade	Crianças que trabalham	Crianças que não trabalham
9	100,0	96,2
10	100,0	100,0
11	100,0	99,4
12	100,0	96,8
13	88,0	93,1
14	90,0	94,6
15	86,0	85,0

Fonte: PNAD 2001.

Os dados da Tabela 30 indicam a proporção de crianças que estão em séries inferiores à série que seria correta para sua idade. Uma criança de 14 anos, por exemplo, se iniciasse os estudos com 7 anos e não fosse reprovada em nenhuma série, deveria estar na oitava série. Entretanto, as informações mostram que, em todas as faixas de idade, existe um elevado número de crianças cursando séries inferiores à adequada para a idade, chegando a uma porcentagem superior a 90%, entre as crianças de 12 a 14 anos que trabalham. Nota-se que a defasagem escolar das crianças que trabalham é bem superior a das crianças que não trabalham, porém tal situação deve ser analisada com cuidado, levando-se em consideração outros fatores, tais como: renda familiar, nível educacional dos pais, tamanho da família, local de residência etc.

Tabela 30 - Porcentagem de crianças trabalhando ou não que estão em séries inferiores, em relação à idade - Paraíba - 2001

Idade	Defasagem Escolar*	
	Crianças que trabalham	Crianças que não trabalham
8	28,6	24,8
9	60,0	40,0
10	58,3	43,9
11	64,3	61,2
12	96,1	68,5
13	92,3	70,2
14	94,0	75,4
15	87,5	74,4

\* Foi considerada na idade correta para a série toda criança que tinha idade adequada enquanto cursando a série ou que tinha idade inferior. Por exemplo, toda criança que durante a 2ª série tinha 8 anos ou mais em um dos meses do ano letivo foi considerada com idade adequada.

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 31 mostra o número de horas despendido pelas crianças na escola, chamando a atenção para o fato de a grande maioria permanecer no máximo 6 horas nesse ambiente, dado que o sistema escolar no Brasil é de meio período. Verifica-se, também, que é maior o número de crianças não trabalhadoras (12,6%) que ficam de 4 a 6 horas na escola, quando comparado com as crianças trabalhadoras (6,2%). Além disso, um percentual superior a 90% das crianças trabalhadoras permanece no máximo 4 horas na escola.

Tabela 31 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de horas por dia que permanecem na escola - Paraíba - 2001

Nº de horas/dia na escola	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
Até 4 horas	93,2	86,9
De 4 a 6 horas	6,2	12,6
Mais de 6 horas	0,6	0,5

Fonte: PNAD 2001.

Os dados da Tabela 32 mostram a diferença percentual entre as crianças trabalhadoras que faltaram pelo menos um dia às aulas, em um período de dois meses, e as crianças não trabalhadoras. Por esses dados, vê-se uma porcentagem de 42,2%, para o primeiro grupo, e de 30,2%, para o segundo grupo.

Tabela 32 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia, em um período de dois meses - Paraíba - 2001

Pelo menos 1 dia ausente da escola, de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
Sim	42,2	30,2
Não	57,8	69,8

Fonte: PNAD 2001.

Tabela 33 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de dias que deixaram de comparecer à escola, em um período de dois meses - Paraíba - 2001

Nº de dias que deixaram de comparecer à escola, de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
1 a 5 dias	75,0	81,2
6 a 10 dias	17,6	12,9
11 a 20 dias	5,9	4,4
Mais de 20 dias	1,5	1,5

Fonte: PNAD 2001.

A especificação do número de dias em que a criança se ausentou da escola aparece na Tabela 33. Nota-se que, nos períodos mais longos, é maior a porcentagem de crianças trabalhadoras que faltam às aulas, pois 17,6% dessas crianças faltaram de 6 a 10 dias, e 5,9% ausentaram-se de 11 a 20 dias. Entre as crianças que não trabalham, essas freqüências reduzem-se para 12,9%, nas ausências de 6 a 10 dias, e 4,4%, entre as que faltaram de 11 a 20 dias.

Quando perguntado o motivo por que as crianças não freqüentam a escola, a Tabela 34 mostra que a maioria simplesmente não quis comparecer (40%, entre as que trabalham, e 33,9%, entre as que não trabalham)<sup>5</sup>. Porém, entre as crianças trabalhadoras, há um alto percentual que deixou de ir às aulas para trabalhar ou procurar emprego (33,3%), evidenciando que o trabalho pode estar influenciando, ou até impedindo a freqüência da criança à escola. Dentre as crianças não trabalhadoras, 21% responderam que doenças ou incapacidade as impediram de ir à escola, enquanto 6,4% afirmaram que suas ausências ocorreram em função da ajuda nos afazeres domésticos.

Tabela 34 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, em um período de dois meses - Paraíba - 2001

Motivo para não freqüentarem a escola	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
Ajuda nos afazeres domésticos	0	6,4
Trabalhar ou procurar trabalho	33,3	1,6
Falta de transporte escolar	0	3,2
Falta de dinheiro	0	3,2
Falta de documentação	0	4,8
Não existe escola perto de casa	0	4,8
Falta vaga na escola	0	0
Doença ou incapacidade	13,3	21,0
Não quis freqüentar a escola	40,0	33,9
Os pais não querem que freqüentem	0	4,8

Fonte: PNAD 2001.

Nota: "Outro motivo" foi omitido da tabela.

Apesar de uma das críticas com relação ao trabalho infantil ser a de que ele impede as crianças de estudar, existe uma grande porcentagem de crianças que podem conciliar o trabalho e o estudo. Se dividida a amostra entre cinco categorias, para as crianças de 7 a 15 anos que: (i) só estudam, (ii) só trabalham, (iii) estudam e trabalham, (iv) não trabalham, não estudam, nem cuidam de afazeres domésticos e (v) só cuidam de afazeres domésticos, a Tabela 35 mostra que há uma porcentagem elevada de crianças que só estudam (84,4%), sendo, também, expressivo o percentual daquelas que estudam e trabalham (10,6%). Nas outras categorias, as proporções são baixas, sendo menor entre as crianças que só trabalham (1,0%). O percentual de crianças que não trabalham, não estudam,

<sup>5</sup> Esta pergunta foi feita às crianças que não freqüentam a escola; não para as que freqüentam, mas faltaram.

nem cuidam de afazeres domésticos, ou só cuidam de afazeres domésticos é próximo a 2,0%. Nessa tabela, as informações também foram estratificadas por sexo e situação do domicílio, podendo-se notar uma maior concentração de crianças que estudam e trabalham entre os meninos da zona rural (19,8%) e da zona urbana (11,7%). Nota-se também que 2,2% dos meninos da zona rural só trabalham e 3,2% de meninos da zona urbana não trabalham, não estudam, nem cuidam de afazeres domésticos. Há um expressivo percentual de meninas que só cuidam de afazeres domésticos, correspondendo a 3,5%, na zona rural, e a 2,9%, na zona urbana.

Tabela 35 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos em diferentes categorias - Paraíba - 2001

Atividade	Total	Meninos		Meninas	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano
Só estudam	84,4	74,3	83,8	87,1	92,2
Só trabalham	1,0	2,2	0,6	0	0,7
Estudam e trabalham	10,6	19,8	11,7	7,4	3,4
Não trabalham, não estudam nem cuidam de afazeres domésticos	2,1	1,7	3,2	2,0	0,9
Só cuidam de afazeres domésticos	2,0	2,0	0,8	3,5	2,9

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 36 apresenta porcentagens de crianças que trabalham, de acordo com o salário mensal recebido. Apesar de haver um salário mínimo legal no Brasil, a grande maioria das crianças recebe metade ou menos. Nota-se que o total de meninos e meninas com idade entre 5 e 11 anos recebe de zero a meio salário mínimo mensal. Entre as crianças com idade entre 12 e 15 anos, a situação é um pouco melhor, com 3,9% dos meninos moradores da área urbana recebendo de 1 a 2 salários mínimos e 4,8% das meninas na mesma situação recebendo de 0,5 a 1 salário mínimo. Ainda assim, essas remunerações podem ser consideradas muito baixas.

Tabela 36 - Porcentagem de crianças que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificada pelo salário mínimo mensal, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Paraíba - 2001

Salário mínimo mensal*	Crianças 5-11				Crianças 12-15			
	Meninos		Meninas		Meninos		Meninas	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
(0,0 - 0,5]	100	100	100	100	92,2	96,7	95,2	100
(0,5 - 1,0]	-	-	-	-	3,9	3,3	4,8	-
(1,0 - 2,0]	-	-	-	-	3,9	-	-	-
(2,0 - 3,0]	-	-	-	-	-	-	-	-

\* Foi considerado o salário mínimo de R\$200,00 por mês, em setembro de 2001.

Fonte: PNAD 2001.

Algumas crianças brasileiras trabalham muito, apesar de ser proibida por lei uma carga de mais de 44 horas semanais. Os dados da Tabela 37 mostram que, à medida que a criança cresce, maior é o número de horas trabalhadas, tanto que, nas faixas etárias de 5 a 11 anos, apenas entre os meninos moradores da área urbana, há incidência de crianças trabalhando 40 horas semanais ou mais (4,5%). Já entre as crianças com idade entre 12 e 15 anos moradores da área urbana, 15,8% de meninos e 33,3% de meninas dedicam mais de 40 horas semanais ao trabalho. Além disso, a maioria das crianças nas faixas etárias de 5 a 11 anos trabalha de 10 a 20 horas semanais, havendo uma mudança entre as meninas da área urbana, cujo maior percentual (50%) trabalha de 1 a 5 horas por semana. Nas faixas etárias de 12 a 15 anos, a grande maioria trabalha de 20 a 40 horas semanais, com percentuais que variam entre 30% e 50% dessas crianças.

A última linha da Tabela 37 reporta o número médio de horas semanais de trabalho das crianças. Meninos geralmente trabalham maior número de horas do que meninas (exceto na área urbana, onde meninas de 12 a 15 anos trabalharam, em média, um período mais longo). Ademais, entre as crianças de 5 a 11 anos, os meninos da área urbana e as meninas da área rural trabalham, em média, um maior número de horas. Entre trabalhadores de 12 a 15 anos, ao contrário, a média de horas trabalhadas é maior para meninos da área rural e meninas da área urbana.

Tabela 37 - Porcentagem de crianças trabalhando, estratificada pelo número de horas de trabalho semanais, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Paraíba - 2001

Horas/semana	Crianças 5 a 11 anos				Crianças 12 a 15 anos			
	Menino		Menina		Menino		Menina	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
(1 - 5]	-	3,1	50,0	5,9	5,3	-	-	6,7
(5 - 10]	22,7	20,3	16,7	11,8	19,3	1,6	20,5	8,9
(10 - 20]	40,9	64,1	-	64,7	22,8	41,7	15,4	40,0
(20 - 40]	31,8	12,5	33,3	17,7	36,8	49,6	30,8	44,4
(40 - mais]	4,5	-	-	-	15,8	7,1	33,3	-
Média	21,6	17,3	12,7	15,2	23,5	26,2	30,7	21,2

Fonte: PNAD 2001.

Tabela 38 - Porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por situação dos domicílios - Paraíba\* - 2001

Contribuição (%) dos rendimentos das crianças de 5 a 15 anos na renda familiar	Porcentagem de domicílios	
	Urbano	Rural
(0 - 10]	33,3	19,6
(10 - 20]	25,0	17,6
(20 - 30]	13,9	19,6
(30 - 40]	13,9	17,6
(40 - 100]	13,9	25,5

\*Inclui somente crianças com rendimento positivo.  
Fonte: PNAD 2001

A Tabela 38 mostra a frequência de famílias brasileiras com crianças trabalhando cujos rendimentos contribuem para certa porcentagem da renda familiar. Em 33% das famílias da área urbana, a contribuição das crianças para a renda familiar é de até 10%, enquanto, em 25% dessas famílias, a criança contribui com até 20%, chegando a 41,7% o percentual de famílias cuja contribuição da criança supera 20% da renda familiar. Nota-se uma elevada contribuição da renda da criança para a renda familiar de domicílios da área rural, pois, em 25,5% desses domicílios, tal contribuição é de 40 a 100%. Além disso,

em 62,7% dos domicílios rurais, a contribuição da criança é superior a 20% da renda familiar.

Analisando-se os dados da Tabela 39 verifica-se que, no meio rural, em torno de 86% das crianças trabalhadoras estavam satisfeitas com seu trabalho. No setor urbano, por sua vez, esse percentual corresponde a 79% desses indivíduos. Entretanto, essa pergunta não foi respondida pelas crianças na maioria das vezes. 90% das respostas, aproximadamente, foram dadas por outras pessoas moradoras

Tabela 39 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a satisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Paraíba - 2001

Satisfeita com o emprego?	Crianças trabalhando	
	Rural	Urbano
Sim	86,5	79,8
Não	13,5	20,2

Fonte: PNAD 2001.

Na Tabela 40, são apresentadas as respostas das crianças que não estavam satisfeitas com o emprego, de acordo com o motivo para tal insatisfação. As principais respostas de crianças moradoras da área urbana foram que ganhavam pouco (55,6%) e que o trabalho era cansativo (22,2%). Dentre os moradores

do setor rural, respondeu-se que o trabalho era cansativo (58,3%) e que a criança não gosta de trabalhar (33,3%). Trabalho cansativo significa esforço extra que pode trazer danos à saúde e problemas ergonômicos para os menores.

Tabela 40 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal da insatisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Paraíba - 2001

Motivo principal da insatisfação com o emprego	Crianças trabalhando	
	Rural	Urbano
Ganhava pouco	8,3	55,6
Trabalho cansativo	58,3	22,2
Não gostava de trabalhar	33,3	16,7
Outros	-	5,6

Fonte: PNAD 2001.

Conforme pode ser visto na Tabela 41, a maioria das crianças trabalha porque quer, tanto no meio rural (73%), quanto no urbano (82%). Apesar disso, ainda é expressiva a porcentagem que trabalha porque essa condição lhe é imposta pelos pais ou responsáveis.

Tabela 41 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal para trabalhar, nos meios urbano e rural - Paraíba - 2001

Motivo principal para trabalhar	Rural	Urbano
Querer trabalhar	73,0	82,0
Pais querem que trabalhem	27,0	18,0

Fonte: PNAD 2001.

Outro determinante importante do trabalho infantil discutido na literatura é o número de membros dos domicílios. Analisando-se domicílios de baixa renda no estado da Paraíba, observa-se que o percentual de domicílios com até seis moradores é maior nos casos em que as crianças não trabalham, quando comparado ao percentual de domicílios com crianças que trabalham. Ao analisar-se domicílios com 7 moradores ou mais, a situação inverte-se, pois 42,4% correspondem a locais contendo crianças que trabalham, enquanto 23,7% dizem respeito a domicílios de crianças que não trabalham. Portanto, existe uma indicação de que famílias pobres e de tamanho grande requerem mais trabalho infantil, provavelmente como forma de ter um pouco mais de renda para a sobrevivência de seus membros (Tabela 42).

Tabela 42 - Porcentagem de domicílios com crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não, com renda mensal familiar de R\$ 400,00 ou menos, de acordo com o tamanho da família - Paraíba - 2001

Número de pessoas	Domicílios com crianças que trabalham	Domicílios com crianças que não trabalham
2	2,4	3,2
3	6,4	9,4
4	14,4	25,9
5	21,6	23,7
6	12,8	14,0
7 ou mais	42,4	23,7

Fonte: PNAD 2001.

Tabela 43 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não trabalhando, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por situação do domicílio - Paraíba - 2001

Anos de escolaridade da mãe	Crianças que trabalham		Crianças que não trabalham	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
0 - 4	76,7	93,2	51,5	88,7
5 - 8	16,4	4,1	24,4	8,6
9 - mais	6,8	2,7	24,1	2,7

Fonte: PNAD 2001.

A porcentagem de crianças, trabalhando ou não, de acordo com o nível educacional da mãe pode ser vista na Tabela 43. Vê-se que, nos casos em que a mãe tem maior nível de escolaridade (5 anos ou mais), a porcentagem de crianças que não trabalham é superior a de crianças que trabalham. No caso de mães com baixo nível de escolaridade (máximo de quatro anos), ao contrário, percebe-se que, no meio rural, existem 93,2% de crianças trabalhadoras com mães nessas condições, contra 88,7% de crianças não trabalhadoras. No meio urbano, por sua vez, 76,7% de crianças trabalhadoras e 51,5% de crianças não trabalhadoras possuem mães com, no máximo, 4 anos de escolaridade.

Usando-se como base as pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (“Guidelines for classifying forms of child labour”) e os locais onde há atuação do PETI para a retirada de crianças do trabalho, foi selecionado um grupo de ocupações consideradas de risco, bem como o número de crianças e jovens de 5 a 17 anos envolvidos em tais atividades.

No estado da Paraíba, há quase quarenta e três mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos envolvidas em ocupações de risco. De acordo com a Tabela 44, 27,2% trabalham em atividades agrícolas, 25% estão no emprego doméstico, 13% estão no comércio ambulante e 12% são cozinheiros ou garçons.

Tabela 44 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco, por ocupação - Paraíba - 2001

Ocupações	No. indivíduos	%
Acondicionador	922	2,2
Atividades agrícolas*	11.527	27,2
Comércio ambulante	5.533	13,0
Fabricação de calçados	461	1,1
Costureira/bordadeira	461	1,1
Cozinheiro/garçom	5.072	12,0
Doceiro/padeiro	1.845	4,4
Emprego doméstico	10.604	25,0
Indústrias diversas	462	1,1
Marcenaria	1.383	3,3
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	1.844	4,4
Produção de cerâmica/olaria	1.383	3,3
Construção civil	922	2,2

\*Inclui somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores.

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 45 mostra a proporção de indivíduos que se machucaram, no período de um ano anterior à pesquisa, em cada uma das ocupações selecionadas. Está apresentado também na tabela o número de observações na amostra para cada ocupação. Foram declaradas ocorrências de acidentes de trabalho somente em 4 das ocupações selecionadas, sendo elas: o emprego doméstico, a função de costureira/bordadeira, o comércio ambulante e as atividades agrícolas (plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, criação de animais e corte de árvores). A análise dessas respostas, no entanto, deve ser feita com cuidado, pois, em todos os casos, o número de observações é muito pequeno, podendo não refletir a realidade, devido à falta de representatividade dos dados.

Tabela 45 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco, que declararam ter se machucado na atividade que exerciam e número de casos na amostra - Paraíba - 2001

Ocupações	Machucou-se no trabalho (%)	Total de casos na amostra
Atividades agrícolas*	4,0	1
Comércio ambulante	8,3	1
Costureira/bordadeira	100	1
Emprego doméstico	4,4	1

\*Inclui somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores.

Fonte: PNAD 2001.

Para aqueles que declararam ter se machucado, foi perguntado o tipo de ferimento que tiveram devido ao trabalho. A Tabela 46 mostra que, nas quatro ocupações com registros de acidentes, os motivos para tais ocorrências foram distintos. Na ocupação de costureira/bordadeira, ocorreu irritação nos olhos, enquanto o comércio ambulante registrou problema de pele, no emprego doméstico, ocorreu queimadura e, nas atividades agrícolas, foram registrados outros tipos de ferimentos. As porcentagens somam 100, dentro de cada ocupação.

Tabela 46 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos com determinados machucados, no período de um ano anterior à pesquisa, por ocupação – Paraíba - 2001

Ocupações	Irritação nos olhos	Problemas de pele	Queimadura	Outro machucado
Atividades agrícolas*	-	-	-	100
Comércio ambulante	-	100	-	-
Costureira/bordadeira	100	-	-	-
Emprego doméstico	-	-	100	-

\* Inclui somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores.  
Fonte: PNAD 2001.

### 3. Rio de Janeiro

A Tabela 47 mostra que há mais de 60 mil crianças entre 5 e 15 anos trabalhando, em um total de 2,6 milhões, no estado do Rio de Janeiro, o que representa 2,4%. Das crianças que trabalham, cerca de 62% recebem pagamentos pelas suas atividades.

Tabela 47 - Total de crianças de 5 a 15 anos, número de crianças trabalhando e número de crianças recebendo pagamento, por situação do domicílio e sexo – Rio de Janeiro - 2001

Número de crianças	Total	Meninos		Meninas	
		Urbano	Rural	Urbano	Rural
Total	2.629.645	1.269.681	61.545	1.248.458	49.961
Trabalhando	62.583	34.747	8.450	17.724	1.662
	2,4%	2,7%	13,7%	1,4%	3,3%
Recebendo pagamento	38.905	23.764	4.293	10.017	831
	62,2%	68,4%	50,8%	56,5%	50,0%

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 48 mostra o número e a porcentagem de meninos e meninas que trabalham, de acordo com a idade. Há um aumento de crianças empregadas, conforme a idade avança. Enquanto menos de 2% dos meninos de 10 anos trabalham, 12% dos que têm 15 anos de idade estão empregados. Além disso, o número de meninos trabalhando é maior do que o de meninas nessa mesma condição.

Tabela 48 - Porcentagem e total de meninos e meninas trabalhando, por idade - Rio de Janeiro - 2001

Idade	Meninos trabalhando	Meninas trabalhando
5	0	415
		0,33%
6	0	0
7	415	416
	0,3%	0,3%
8	1.246	0
	1,1%	
9	1.431	0
	1,4%	
10	2.262	1.015
	1,7%	0,9%
11	2.678	2.216
	2,4%	2,0%
12	4.061	1.431
	3,4%	1,2%
13	3.695	2.260
	3,0%	2,0%
14	13.981	4.062
	11,0%	3,6%
15	13.428	7.571
	12,0%	5,8%

Fonte: PNAD 2001.

Tabela 49 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, estratificada pela posição na ocupação, por situação do domicílio e sexo - Rio de Janeiro - 2001

Atividades	Meninos		Meninas	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Empregado com carteira	4,65	-	3,38	-
Outros empregados sem carteira	48,47	45,88	18,50	24,97
Trabalhador doméstico sem carteira	3,59	4,92	24,50	25,03
Conta própria	14,08	-	14,83	-
Trabalho não remunerado	19,25	34,44	38,79	25,03
Trabalha na produção para próprio consumo ou construção p/ próprio uso	9,96	14,76	-	24,97

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 49 apresenta as atividades mais desenvolvidas pelas crianças. Há grande porcentagem de crianças que não são pagas trabalhando para outros membros da família, ou produzindo para o próprio consumo, ou na construção para o próprio uso, principalmente no meio rural. Na área urbana, enquanto a maioria dos meninos está empregada, uma grande porcentagem de meninas é trabalhadora doméstica. Classificando-se por ramo de atividade, no estado do Rio de Janeiro, a maior porcentagem de crianças trabalha no setor de serviços, seguido por comércio, agricultura e indústria, como pode ser observado na Tabela 50.

Tabela 50 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por ramo de atividade - Rio de Janeiro - 2001

Ramo de Atividade	% crianças de 5 a 15 anos
Agricultura	15,79
Serviços	34,81
Comércio	26,99
Indústria	9,07
Construção civil	3,61
Social	4,57
Outros	3,54

Fonte: PNAD 2001.

De acordo com a Tabela 51, a diferença entre a proporção de crianças na escola que trabalham ou não é menos acentuada entre os que têm menos de 10 anos, e a maior diferença é observada entre os que têm 14 anos de idade, em que 91% das crianças não trabalhadoras freqüentam à escola, contra 75,6% das trabalhadoras. As porcentagens elevadas no caso de crianças trabalhando devem-se ao fato de a amostra nesses casos ser pequena e, por isso, devem ser analisadas com cuidado.

Tabela 51 - Porcentagem de crianças na escola, estratificada por idade e se trabalham ou não - Rio de Janeiro - 2001

Idade	Crianças que trabalham	Crianças que não trabalham
9	100,0	97,0
10	100,0	98,0
11	79,3	97,5
12	81,5	99,4
13	89,9	98,6
14	70,8	95,5
15	75,6	91,0

Fonte: PNAD 2001.

Para observar se o trabalho infantil reduz o aproveitamento nos estudos, a defasagem escolar entre crianças que trabalham e entre as que não trabalham está apresentada na Tabela 52. Os dados da tabela indicam a proporção de crianças que estão em séries inferiores à série que seria correta para a idade. Uma criança de 14 anos, por exemplo, se iniciasse os estudos com 7 anos e não fosse reprovada em nenhuma série, deveria estar na oitava série. Entretanto, os dados mostram que 39,5% das que trabalham e 44,9% das que não trabalham estão em séries inferiores à oitava.

Tabela 52 - Porcentagem de crianças trabalhando ou não que estão em séries inferiores, em relação à idade - Rio de Janeiro - 2001

Idade	Defasagem Escolar*	
	Crianças que trabalham	Crianças que não trabalham
8	36,7	12,7
9	17,0	18,8
10	31,0	29,2
11	24,6	33,2
12	26,2	40,0
13	63,4	43,7
14	39,5	44,9
15	62,7	46,8

\* Foi considerada na idade correta para a série toda criança que tinha idade adequada enquanto cursando a série ou que tinha idade inferior. Por exemplo, toda criança que durante a 2ª série tinha 8 anos ou mais em um dos meses do ano letivo foi considerada com idade adequada.

Fonte: PNAD 2001.

A diferença na porcentagem de crianças em série inferior à correta é grande, entre crianças que trabalham e entre as que não trabalham. Entretanto, essas diferenças não podem ser atribuídas somente ao fato de as crianças trabalharem ou não, uma vez que muitos outros fatores estão envolvidos, tais como: renda familiar, nível educacional dos pais, tamanho da família, local de residência etc. Ademais, uma amostra pequena de crianças trabalhando pode não refletir a realidade quanto ao atraso escolar. Um exemplo disso é mostrado na Tabela 52, na qual entre as crianças de 11, 12 e 14 anos a proporção dos que estão em série inferior à correta é bem maior entre as que não trabalham.

A Tabela 53 mostra que crianças que trabalham permanecem, praticamente, o mesmo tempo na escola do que as que não trabalham. Praticamente todas as crianças que estudam ficam, no máximo, 6 horas na escola, já que o sistema de ensino no Brasil é de meio período.

Tabela 53 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de horas por dia que permanecem na escola - Rio de Janeiro - 2001

Nº de horas/dia na escola	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
Até 4 horas	48,5	48,8
De 4 a 6 horas	50,2	49,3
Mais de 6 horas	0	1,4

Fonte: PNAD 2001.

A porcentagem de crianças trabalhadoras ou não que deixaram de comparecer às aulas em um período de dois meses anterior à pesquisa é maior para as crianças que trabalham. Os dados mostram que 47,0% das crianças que trabalham faltaram pelo menos um dia, enquanto a porcentagem para crianças que não trabalham foi de 36,4% (tabela 54).

Tabela 54 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia, em um período de dois meses - Rio de Janeiro - 2001

Pelo menos 1 dia ausente da escola, de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
Sim	47,0	36,4
Não	53,0	63,6

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 55 é semelhante à anterior, porém especifica o número de dias em que a criança se ausentou da escola. Pode-se observar que as crianças trabalhadoras se ausentam por um período mais longo do que as não trabalhadoras, mas a diferença é pequena. A porcentagem de crianças que trabalham e que não comparecem às aulas por um período de 1 a 5 dias é de 79,6% e por um período de 6 a 10 dias é de 15,0%. No caso de crianças que não trabalham, as porcentagens são 82,8% e 10,8%, respectivamente.



Tabela 55 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de dias que deixaram de comparecer à escola, em um período de dois meses - Rio de Janeiro - 2001

N. de dias que deixaram de comparecer à escola, de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
1 a 5 dias	79,6	82,8
6 a 10 dias	15,0	10,8
11 a 20 dias	0	4,6
Mais de 20 dias	5,4	1,5

Fonte: PNAD 2001.

Quando perguntado o motivo por que não freqüentam a escola, a maioria respondeu que simplesmente não quis comparecer, conforme Tabela 56 (37,6% das crianças trabalhadoras e 25,8% das não trabalhadoras)<sup>6</sup>. Outro motivo apontado pelas crianças trabalhadoras foi por trabalhar ou procurar trabalho (29,8%), mostrando que o trabalho das crianças as impede de freqüentar a escola. Uma alta porcentagem de crianças não trabalhadoras respondeu que doenças ou incapacidade as impediam de ir à escola, o que parece uma desculpa, uma vez que as proporções são bem diferentes das de crianças que trabalham. Falta de vaga e não existência de escola perto da casa foram também motivos importantes apontados pelas crianças. É interessante observar que poucas crianças que não estudam responderam que a causa principal é ajudar nos afazeres domésticos, algo sempre apontado na literatura.

Tabela 56 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola em um período de dois meses - Rio de Janeiro - 2001

Motivo para não freqüentarem a escola	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
Ajuda nos afazeres domésticos	4,6	3,3
Trabalhar ou procurar trabalho	29,8	3,9
Falta de transporte escolar	0	2,0
Falta de dinheiro	0	7,4
Falta de documentação	0	3,3
Não existe escola perto de casa	0	3,8
Falta vaga na escola	7,8	16,2
Concluiu a série desejada	0	1,6
Não tem quem o leve	0	0,6
Doença ou incapacidade	0	13,3
Não quis freqüentar a escola	37,6	25,8
Os pais não querem que freqüentem	0	2,5
Os pais não querem que trabalhem	9,2	0

Fonte: PNAD 2001.

Nota: "Outro motivo" foi omitido da tabela.

<sup>6</sup> Esta pergunta foi feita às crianças que não freqüentam a escola; não para as que freqüentam, mas faltaram.

Se dividida a amostra entre cinco categorias, para as crianças de 7 a 15 anos que: (i) só estudam, (ii) só trabalham, (iii) estudam e trabalham, (iv) não trabalham, não estudam, nem cuidam de afazeres domésticos e (v) só cuidam de afazeres domésticos, observa-se que há uma porcentagem elevada de crianças que só estudam (93,7%) e relativamente baixa das que estudam e trabalham (2,3%). A menor proporção é a da categoria que só trabalha (0,6%), mas existem 2% de crianças que não estudam, não trabalham nem cuidam de afazeres domésticos, sendo que 1,4% só cuida de afazeres domésticos. A Tabela 57 também estratifica os dados por sexo e situação do domicílio. No meio rural, a proporção de crianças que estudam e trabalham é elevada, e a proporção de meninos que só trabalham (1,0%) é inferior a dos que não estudam nem trabalham (2,1% que não cuidam de afazeres domésticos mais 2,0% que não estudam nem trabalham, mas são responsáveis por atividades no domicílio). No caso das meninas da área rural, a grande maioria (93,8%) só estuda, 2,9% estudam e trabalham e 3,3% só cuidam de afazeres domésticos,

Tabela 57 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos, em diferentes categorias – Rio de Janeiro - 2001

Atividade	Total	Meninos		Meninas	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano
Só estudam	93,7	84,4	93,3	93,8	94,7
Só trabalham	0,6	1,0	0,9	0	0,2
Estudam e trabalham	2,3	10,6	2,5	2,9	1,6
Não trabalham, não estudam nem cuidam de afazeres domésticos	2,0	2,1	2,7	0	1,4
Só cuidam de afazeres domésticos	1,4	2,0	0,7	3,3	2,0

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 58 apresenta porcentagens de crianças que trabalham, de acordo com o salário mensal recebido. Apesar de haver um salário mínimo legal no Brasil, quase todas as crianças de 5 a 11 anos recebem metade ou menos. Os melhores remunerados são os meninos de 12 a 15 anos que têm residência urbana, pois 11,8% deles recebem mais de 1 salário mínimo mensal.

Tabela 58 - Porcentagem de crianças que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificada pelo salário mínimo mensal, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Rio de Janeiro - 2001

Salário mínimo mensal*	Crianças 5-11				Crianças 12-15			
	Meninos		Meninas		Meninos		Meninas	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
(0,0 - 0,5]	87,3	100	100	100	57,5	79,1	66,9	49,9
(0,5 - 1,0]	12,7	-	-	-	30,6	20,9	30,1	50,1
(1,0 - 2,0]	-	-	-	-	10,4	-	3,0	-
(2,0 - 3,0]	-	-	-	-	1,4	-	-	-

\*Foi considerado o salário mínimo de R\$200,00 por mês, em setembro de 2001.  
Fonte: PNAD 2001.

Algumas crianças brasileiras trabalham mais de 44 horas semanais, o que não é permitido por lei. Os dados mostram que 34,1% dos meninos de 12 a 15 anos da área rural e 25,5% das meninas da área urbana trabalham mais de 40 horas por semana, sendo que, em geral, a maioria das crianças trabalha de 20 a 40 horas semanais. A última linha da Tabela 59 apresenta o número médio de horas semanais de trabalho das crianças. Meninos trabalham maior número de horas do que meninas entre os mais velhos, e crianças da área urbana trabalham maior número de horas do que as da área rural, em qualquer faixa etária. Os dados mostram ainda que, à medida que a criança cresce, maior é o número de horas trabalhadas.

Tabela 59 - Porcentagem de crianças trabalhando, estratificada pelo número de horas semanais de trabalho, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Rio de Janeiro - 2001

Horas/semana	Crianças 5 a 11 anos				Crianças 12 a 15 anos			
	Menino		Menina		Menino		Menina	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
(1 - 5]	15,0	33,4	50,0	-	3,5	-	5,7	
(5 - 10]	37,5	16,6	-	49,9	8,4	-	7,0	
(10 - 20]	18,3	16,7	12,9	-	13,9	38,0	19,8	
(20 - 40]	21,6	33,3	18,5	50,1	56,7	27,9	42,0	100,0
(40 - mais]	7,5	-	18,6		17,6	34,1	25,5	
Média	16,8	15,3	17,1	15,5	30,7	29,5	28,3	28,0

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 60 mostra a frequência de famílias brasileiras com crianças trabalhando cujos rendimentos contribuem para certa porcentagem da renda familiar. Em 45,2% das famílias urbanas e em 36,8% das rurais, a contribuição das crianças para a renda familiar é de mais de 20%, sendo que, em quase 10% das famílias, ultrapassa os 40%.

Tabela 60 - Porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por situação dos domicílios - Rio de Janeiro - 2001

Contribuição (%) dos rendimentos das crianças de 5 a 15 anos na renda familiar	Porcentagem de domicílios	
	Urbano	Rural
(0 - 10]	27,5	31,6
(10 - 20]	27,3	31,6
(20 - 30]	23,3	27,6
(30 - 40]	10,9	-
(40 - 100]	11,0	9,2

\* Inclui somente crianças com rendimento positivo.

Fonte: PNAD 2001

A Tabela 61 mostra que a grande maioria das crianças empregadas estava satisfeita com o trabalho. Na área rural, 95,9% das crianças responderam que gostavam do emprego que tinham; na área urbana, 89,5% das crianças declararam-se satisfeitas com o emprego.

Tabela 61 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a satisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Rio de Janeiro - 2001

Satisfeita com o emprego?	Crianças trabalhando	
	Rural	Urbano
Sim	95,9	89,5
Não	4,1	10,5

Fonte: PNAD 2001.

Tabela 62 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal da insatisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Rio de Janeiro - 2001

Motivo principal da insatisfação com o emprego	Crianças trabalhando	
	Rural	Urbano
Ganhava pouco	-	42,6
Não tinha tempo para estudar	-	19,3
Trabalho cansativo	-	30,4
Não tinha um bom relacionamento com o empregador	-	7,8
Outros	100	-

Fonte: PNAD 2001.

Às crianças que não estavam satisfeitas com o emprego, foi perguntado o motivo para tal, e os resultados encontram-se na Tabela 62. O motivo principal na área urbana foi porque não eram bem remuneradas (42,6%), seguido do trabalho cansativo (30,4%). Como a percentagem dos insatisfeitos na área rural foi muito pequena, a amostra não foi significativa para o motivo da insatisfação. A maioria das crianças trabalha porque quer (67,6%, no rural, e 80,1%, no urbano). Entretanto, é grande a percentagem que trabalha porque os pais ou responsáveis impõem que trabalhem, conforme pode ser visto na Tabela 63.

Tabela 63 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal para trabalhar, nos meios urbano e rural - Rio de Janeiro - 2001

Motivo principal para trabalhar	Rural	Urbano
Querer trabalhar	67,6	80,1
Pais querem que trabalhem	32,4	19,9

Fonte: PNAD 2001.

Outro determinante importante do trabalho infantil discutido na literatura é o número de membros dos domicílios. Analisando-se domicílios de baixa renda, observa-se que 10% daqueles que contêm crianças que não trabalham têm, em média, sete ou mais membros, enquanto essa percentagem, em domicílios com crianças trabalhando, chega a 26,7% (Tabela 64).

Tabela 64 - Porcentagem de domicílios com crianças trabalhando ou não, com renda mensal de R\$ 400,00 ou menos, de acordo com o tamanho da família - Rio de Janeiro - 2001

Número de pessoas	Domicílios com crianças que trabalham	Domicílios com crianças que não trabalham
2	2,4	9,0
3	4,7	17,2
4	24,3	33,1
5	19,9	21,3
6	19,6	9,2
7 ou mais	26,7	10,0

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 65 mostra a percentagem de crianças, de acordo com o nível educacional da mãe. A percentagem de crianças trabalhadoras cujas mães têm baixo nível de escolaridade (máximo de quatro anos) é maior do que a de crianças que não trabalham. No meio rural, há maior percentagem de crianças cujas mães têm menor escolaridade (zero a quatro anos), em comparação ao urbano.

Ademais, quando as mães têm nove ou mais anos de escolaridade, é observado maior número de crianças que não trabalham, em relação às que trabalham.

Tabela 65 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não trabalhando, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por situação do domicílio - Rio de Janeiro - 2001

Anos de escolaridade da mãe	Crianças que trabalham		Crianças que não trabalham	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
0 - 4	39,7	73,2	28,2	62,6
5 - 8	46,3	26,8	36,6	25,9
9 - mais	14,0	-	35,2	11,6

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 66 apresenta o número de crianças e jovens de 5 a 17 anos envolvidos em ocupações de risco. Essas ocupações foram escolhidas com base nas pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (“Guidelines for classifying forms of child labour”) e onde há atuação do PETI para a retirada de crianças do trabalho. De acordo com a Tabela 66, a grande maioria é trabalhadora doméstica, em seguida, estão os mecânicos, os ambulantes e os cozinheiros e garçons; há também uma elevada proporção trabalhando na construção civil. No estado do Rio de Janeiro, existem aproximadamente 82 mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade envolvidos em ocupações de risco, de acordo com os dados declarados na PNAD.



Tabela 66 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco, por ocupação  
- Rio de Janeiro - 2001

Ocupações	No. indivíduos	%
Emprego doméstico	14.175	17,3
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	8.535	10,4
Comércio ambulante	8.256	10,1
Cozinheiro/garçom	6.641	8,1
Construção civil	5.490	6,7
Afiador/ferramenteiro/cunhador	3.764	4,6
Acondicionador	3.647	4,4
Indústria metalúrgica	3.502	4,3
Extrativismo vegetal e mineral	3.462	4,2
Costureira/bordadeira	3.228	3,9
Militar/guarda de segurança	3.208	3,9
Tapeteiro/tecelão	3.070	3,7
Marcenaria	2.214	2,7
Atividades agrícolas*	2.079	2,5
Marmorista	1.439	1,8
Encanador	1.401	1,7
Draguista	1.335	1,6
Eletricista	1.199	1,5
Ind. papel, borracha, plástico	1.015	1,2
Encanador	832	1,0
Doceiro/padeiro	600	0,7
Indústrias diversas	600	0,7
Lixeiro	600	0,7
Borracheiro	416	0,5
Indústria de couro	416	0,5
Produção de cerâmica/olaria	416	0,5
Indústria de vidros/vidraceiro	416	0,5

\*Inclui somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores.

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 67 mostra a proporção de indivíduos que se machucaram, no período de um ano anterior à pesquisa, em cada uma das ocupações selecionadas. Está apresentado também na tabela o número de observações na amostra para cada ocupação. A análise deve ser feita com cuidado, pois, em todos os casos, o número de observações é muito pequeno e pode não refletir a realidade devido à falta de representatividade dos dados.

Tabela 67 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco que declararam ter se machucado na atividade que exerciam e número de casos na amostra - Rio de Janeiro - 2001

Ocupações	Machucou-se no trabalho (%)	Total de casos na amostra
Ind. papel, borracha, plástico	50,0	1
Extrativismo vegetal e mineral	14,3	1
Construção civil	10,0	1
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	6,3	1

Fonte: PNAD 2001.

Para aqueles que declararam ter se machucado, foi perguntado o tipo de ferimento que tiveram devido ao trabalho. Enquanto o trabalho como mecânico na montagem e manutenção de equipamentos é responsável por dores musculares; nas atividades de extrativismo, indústria de papel e construção civil, é comum a ocorrência de cortes. Novamente, essa análise deve ser tomada com cuidado, pois a amostra obtida por meio da PNAD não pode ser considerada representativa no caso de acidentes de trabalho (Tabela 68).

Tabela 68 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos com determinados machucados, no período de um ano anterior à pesquisa, por ocupação - Rio de Janeiro - 2001

Ocupações	Dor muscular	Corte
Montagem e manutenção equipamentos (mecânico)	100	-
Extrativismo vegetal e mineral	-	100
Indústria de papel, borracha e plástico	-	100
Construção civil	-	100

Fonte: PNAD 2001.

#### 4. Rio Grande do Sul

A Tabela 69 mostra que há mais de duzentas mil crianças entre 5 e 15 anos trabalhando, em aproximadamente 2 milhões, no estado do Rio Grande do Sul, o que representa 10,5%. Entretanto, somente 29,7% das crianças que trabalham recebem pagamentos pelas suas atividades.

Tabela 69 - Total de crianças de 5 a 15 anos, número de crianças trabalhando e número de crianças recebendo pagamento na população, por situação do domicílio e sexo - Rio Grande do Sul - 2001

Número de crianças	Total	Meninos		Meninas	
		Urbano	Rural	Urbano	Rural
Total	1.988.937	791.573	199.514	808.520	189.330
Trabalhando	208.627	58.718	75.134	31.301	43.474
	10,5%	47,4%	37,7%	3,9%	23,0%
Recebendo pagamento	61.913	35.822	7.402	17.655	1.034
	29,7%	61,0%	9,9%	56,4%	2,4%

Fonte: PNAD 2001.

A tabela 70 mostra o número e a porcentagem de meninos e meninas que trabalham de acordo com a idade. Há um aumento de crianças empregadas conforme a idade avança. Enquanto 10% dos meninos de 10 anos trabalham, quase 40% dos de 15 anos estão empregados.

Tabela 70 - Porcentagem e total de meninos e meninas trabalhando, por idade - Rio Grande do Sul - 2001

Idade	Meninos trabalhando	Meninas trabalhando
5	207	0
	0,25%	
6	1.130	772
	1,3%	0,8%
7	3.033	772
	2,9%	0,8%
8	4.576	2.109
	5,1%	2,6%
9	7.457	4.728
	10,0%	5,5%
10	11.259	5.347
	11,8%	6,4%
11	10.280	6.272
	11,8%	6,5%
12	16.349	9.455
	17,5%	9,7%
13	16.085	9.869
	18,5%	10,6%
14	24.633	14.102
	27,0%	14,8%
15	38.843	21.349
	39,5%	22,9%

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 71 apresenta as atividades mais desenvolvidas pelas crianças. Há grande porcentagem de crianças que não são pagas, principalmente no meio rural. Enquanto a maioria dos meninos é empregada sem carteira, na área urbana, a maioria das meninas exerce trabalho não remunerado ou é trabalhadora doméstica (27,8% e 26,3%, respectivamente).

Tabela 71 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, estratificada pela posição na ocupação, por situação do domicílio e sexo - Rio Grande do Sul - 2001

Atividades	Meninos		Meninas	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Empregado com carteira	10,4	1,5	6,1	0,5
Outros empregados sem carteira	41,6	5,8	20,7	2,7
Trabalhador doméstico com carteira	-	-	-	-
Trabalhador doméstico sem carteira	1,0	-	26,3	0,5
Conta própria	8,3	2,5	7,6	-
Trabalho não remunerado	31,5	65,2	27,8	79,0
Trabalha na produção para próprio consumo ou construção p/ próprio uso	7,1	25	11,5	17,4

Fonte: PNAD 2001.

Classificando-se por ramo de atividade, a maior porcentagem de crianças no estado do Rio Grande do Sul trabalha no setor agrícola, seguido por serviços, manufaturados e comércio, como pode ser observado na Tabela 72.

Tabela 72 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por ramo de atividade - Rio Grande do Sul - 2001

Ramo de Atividade	% crianças de 5 a 15 anos
Agricultura	59,5
Serviços	13,1
Comércio	11,2
Indústria	12,0
Construção civil	2,1
Outros	2,1

Fonte: PNAD 2001.

Os dados da Tabela 73 mostrar que há, na escola, uma porcentagem maior de crianças de 13, 14 e 15 anos que não trabalham, em relação às que trabalham. As porcentagens elevadas, no caso de crianças mais novas trabalhando, devem-se ao fato de a amostra nesses casos ser pequena, devendo ser analisada com cuidado.

Tabela 73 - Porcentagem de crianças na escola, estratificada por idade e se trabalham ou não - Rio Grande do Sul - 2001

Idade	Crianças que trabalham	Crianças que não trabalham
9	100,0	99,1
10	98,8	98,8
11	100,0	98,8
12	97,8	97,5
13	92,7	97,4
14	89,4	93,6
15	80,8	92,4

Fonte: PNAD 2001.

Os dados da Tabela 74 indicam a proporção de crianças que estão em séries inferiores à série que seria correta para a idade. Uma criança de 14 anos, por exemplo, se iniciasse os estudos com 7 anos e não fosse reprovada em nenhuma série, deveria estar na oitava série. Entretanto, os dados mostram que 52,8% das que trabalham e 40,9% das que não trabalham estão em séries inferiores à oitava.

Tabela 74 - Porcentagem de crianças trabalhando ou não que estão em séries inferiores, em relação à idade - Rio Grande do Sul - 2001

Idade	Defasagem Escolar*	
	Crianças que trabalham	Crianças que não trabalham
8	5,6	9,8
9	5,3	13,5
10	19,1	17,7
11	19,8	21,5
12	43,3	29,6
13	42,9	31,6
14	52,8	40,9
15	45,3	44,3

\* Foi considerada na idade correta para a série toda criança que tinha idade adequada enquanto cursando a série ou que tinha idade inferior. Por exemplo, toda criança que durante a 2ª série tinha 8 anos ou mais em um dos meses do ano letivo foi considerada com idade adequada.

Fonte: PNAD 2001.

A diferença na porcentagem de crianças em série inferior à correta não é tão pequena entre crianças que trabalham e não trabalham, sendo que até os 10 anos de idade a proporção dos atrasados é menor entre os que trabalham, provavelmente, devido ao tamanho pequeno da amostra que pode não representar adequadamente a população.

A Tabela 75 mostra que a maioria das crianças permanece, no máximo, 4 horas na escola. No caso do

Rio Grande do Sul, as crianças que trabalham permanecem mais tempo na escola do que as que não trabalham. Enquanto 28,1% das crianças trabalhadoras permanecem de 4 a 6 horas na escola, 23,2% das não trabalhadoras ficam na escola pelo mesmo período, o que é um resultado inesperado. Entretanto, nenhum dos grupos de crianças despende muito tempo na escola. Praticamente todas as crianças que estudam ficam, no máximo, 6 horas na escola, já que o sistema escolar no Brasil é de meio período.

Tabela 75 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de horas por dia que permanecem na escola - Rio Grande do Sul - 2001

Nº de horas/dia na escola	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
Até 4 horas	71,1	75,8
De 4 a 6 horas	28,1	23,2
Mais de 6 horas	0,8	1,0

Fonte: PNAD 2001.

A porcentagem de crianças trabalhadoras ou não que deixaram de comparecer às aulas em um período de dois meses anterior à pesquisa, é muito semelhante. Parece que o trabalho não é a grande causa da ausência da escola. Os dados mostram que 47,1% das crianças que trabalham faltaram pelo menos um dia, enquanto a porcentagem para crianças que não trabalham foi de 45,7% (Tabela 76).

Tabela 76 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia, em um período de dois meses - Rio Grande do Sul - 2001

Pelo menos 1 dia ausente da escola, de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
Sim	47,1	45,7
Não	52,9	54,3

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 77 é semelhante à anterior, porém especifica o número de dias em que a criança se ausentou da escola. Pode-se observar que as crianças trabalhadoras se ausentam por um período mais curto do que as não trabalhadoras, o que também é um resultado inesperado, apesar de a diferença ser pequena. A porcentagem de crianças que trabalham e não comparecem às aulas, por um período de 1 a 5 dias, é de 86,1% e, por um período de 6 a 10 dias, é de 10,9%. No caso de crianças que não trabalham, as porcentagens são 83,3% e 11,7%, respectivamente.

Tabela 77 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de dias que deixaram de comparecer à escola, em um período de dois meses - Rio Grande do Sul - 2001

Nº de dias que deixaram de comparecer à escola, de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
1 a 5 dias	86,1	83,3
6 a 10 dias	10,9	11,7
11 a 20 dias	2,4	3,6
Mais de 20 dias	0,6	1,4

Fonte: PNAD 2001.

Quando perguntado o motivo por que não freqüentam a escola, a maioria das crianças trabalhadores apontou ser por trabalhar ou procurar trabalho (37,4%), mostrando que o trabalho das crianças as impede de freqüentar a escola. Uma alta porcentagem das crianças respondeu que simplesmente não quis comparecer, conforme Tabela 78 (26,9% das crianças trabalhadoras e 21,5% das não trabalhadoras)<sup>7</sup>. Outro motivo constatado entre as crianças não trabalhadoras foi doença ou incapacidade. A falta de vagas também foi um motivo importante apontado pelas crianças.

Tabela 78 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, em um período de dois meses - Rio Grande do Sul - 2001

Motivo para não freqüentarem a escola	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
Ajuda nos afazeres domésticos	0	2,1
Trabalhar ou procurar trabalho	37,4	0,4
Falta de transporte escolar	3,0	0,4
Falta de dinheiro	2,2	3,5
Falta de documentação	1,1	0,4
Não existe escola perto de casa	2,2	0,9
Falta vaga na escola	7,5	10,6
Concluiu a série desejada	3,0	1,2
Não tem quem a leve	0	0,4
Doença ou incapacidade	10,2	31,0
Não quis freqüentar a escola	26,9	21,5
Os pais não querem que freqüentem	2,2	2,1
Os pais preferem que trabalhem	1,1	0

Fonte: PNAD 2001.

Nota: "Outro motivo" foi omitido da tabela.

Se dividida a amostra entre cinco categorias, para as crianças de 7 a 15 anos que: (i) só estudam, (ii) só trabalham, (iii) estudam e trabalham, (iv) não trabalham, não estudam, nem cuidam de afazeres

<sup>7</sup> Esta pergunta foi feita às crianças que não freqüentam a escola; não para as que freqüentam, mas faltaram.

domésticos e (v) só cuidam de afazeres domésticos, observa-se que há uma porcentagem elevada de crianças que só estudam (84,6%) e não tão baixa das que estudam e trabalham (11,5%). A menor proporção é a da categoria que só trabalha (1,1%), que é semelhante à porcentagem de crianças que não estudam nem trabalham (1,5%) e que só cuida de afazeres domésticos (1,3%). A Tabela 79 também estratifica os dados, por sexo e situação do domicílio. No meio rural, a proporção de crianças que estudam e trabalham é elevada, sendo 40,7%, para meninos, e 25,7%, para meninas.

Tabela 79 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos, em diferentes categorias – Rio Grande do Sul - 2001

	Total	Meninos		Meninas	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano
Só estudam	84,6	54,6	88,4	69,0	92,2
Só trabalham	1,1	2,4	1,1	2,1	0,6
Estudam e trabalham	11,5	40,7	7,9	25,7	4,0
Não trabalham, não estudam nem cuidam de afazeres domésticos	1,5	2,1	1,6	1,4	1,3
Só cuidam de afazeres domésticos	1,3	0,1	1,0	1,8	1,8

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 80 apresenta porcentagens de crianças que trabalham, de acordo com o salário mensal recebido. Apesar de haver um salário mínimo legal no Brasil, a grande maioria das crianças recebe metade ou menos. Os melhores remunerados são as meninas e meninos de 12 a 15 anos com residência urbana.

Tabela 80 - Porcentagem de crianças que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificada pelo salário mínimo mensal, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade – Rio Grande do Sul - 2001

Salário mínimo mensal*	Crianças 5-11				Crianças 12-15			
	Meninos		Meninas		Meninos		Meninas	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
(0,0 – 0,5]	97,5	100	100	100	68,9	89,0	58,5	97,8
(0,5 – 1,0]	-	-	-	-	18,0	7,6	29,8	0,7
(1,0 – 2,0]	2,5	-	-	-	13,1	2,5	10,8	1,5
(2,0 – 3,0]	-	-	-	-	-	-	0,8	-

\* Foi considerado o salário mínimo de R\$200,00 por mês, em setembro de 2001.  
Fonte: PNAD 2001.

Algumas crianças brasileiras trabalham muito, apesar de ser proibida por lei uma carga de mais de 44 horas semanais. Os dados mostram que, na área urbana, 2,5% dos meninos de 5 a 11 anos e 18,0%

dos de 12 a 15 anos trabalham mais de 40 horas por semana. Semelhantemente, cerca de 15% das crianças de 5 a 11 anos e mais de 37% das de 12 a 15 anos trabalham entre 20 e 40 horas semanais. A última linha da Tabela 81 apresenta o número médio de horas semanais de trabalho das crianças. Meninos geralmente trabalham maior número de horas do que meninas (exceto na área urbana, onde meninas de 12 a 15 anos trabalharam, em média, um período mais longo), e crianças da área urbana trabalham maior número de horas do que as da área rural.

Tabela 81 - Porcentagem de crianças trabalhando, estratificada pelo número de horas de trabalho semanais, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - Rio Grande do Sul - 2001

Horas/semana	Crianças 5 a 11 anos				Crianças 12 a 15 anos			
	Menino		Menina		Menino		Menina	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
(1 - 5]	11,7	8,3	40,1	11,1	10,7	6,2	7,2	6,0
(5 - 10]	41,0	33,4	8,7	40,7	8,8	16,6	12,4	22,0
(10 - 20]	19,0	42,3	38,1	40,7	28,7	30,3	22,5	29,5
(20 - 40]	25,8	16,0	13,1	7,4	33,7	37,8	40,9	38,8
(40 - mais]	2,5	-	-	-	18,0	9,0	17,1	3,7
Média	15,3	14,4	12,2	12,5	24,8	22,7	25,8	18,8

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 82 mostra a freqüência de famílias brasileiras com crianças trabalhando cujos rendimentos contribuem para certa porcentagem da renda familiar. Em 33,3% das famílias urbanas e em 37,5% das rurais, a contribuição das crianças para a renda familiar é de mais de 20%, e em mais de 5% das famílias, ultrapassa os 40%.

Tabela 82 - Porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por situação dos domicílios - Rio Grande do Sul\* - 2001

Contribuição (%) dos rendimentos das crianças de 5 a 15 anos na renda familiar	Porcentagem de domicílios	
	Urbano	Rural
(0 - 10]	34,0	23,1
(10 - 20]	32,9	39,4
(20 - 30]	17,6	16,2
(30 - 40]	9,7	16,3
(40 - 100]	6,0	5,0

\* Inclui somente crianças com rendimento positivo.  
Fonte: PNAD 2001

A Tabela 83 mostra que a grande maioria das crianças empregadas estava satisfeita com o trabalho. Mais de 80% das crianças responderam que gostavam do emprego que tinham, tanto na área rural, quanto na urbana.

Tabela 83 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a satisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Rio Grande do Sul - 2001

Satisfeito com o emprego?	Crianças trabalhando	
	Rural	Urbano
Sim	85,2	84,5
Não	14,8	15,5

Fonte: PNAD 2001.

Às crianças que não estavam satisfeitas com o emprego, foi perguntado o motivo para tal, os resultados encontram-se na Tabela 84. No meio urbano, os motivos principais foram que o trabalho era cansativo (34,3%) e porque ganhava pouco (32,1%); na área rural, porque não eram bem remuneradas (45,2%). Trabalho cansativo significa esforço extra que pode trazer danos à saúde e problemas ergonômicos para os menores.

Tabela 84 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal da insatisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - Rio Grande do Sul - 2001

Motivo principal da insatisfação com o emprego	Crianças trabalhando	
	Rural	Urbano
Ganhava pouco	45,2	32,1
Não tinha tempo para estudar	-	5,5
Trabalho cansativo	19,4	34,3
Não gostava de trabalhar	22,6	4,4
Não tinha um bom relacionamento com o empregador	-	4,5
Outros	12,9	19,6

Fonte: PNAD 2001.

A maioria das crianças trabalha porque quer (58,2%, no meio rural e 83,4%, no meio urbano). Entretanto, é grande a porcentagem que trabalha porque os pais ou responsáveis impõem que trabalhem, conforme pode ser visto na Tabela 85.

Tabela 85 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal para trabalhar, nos meios urbano e rural - Rio Grande do Sul - 2001

Motivo principal para trabalhar	Rural	Urbano
Querer trabalhar	58,2	83,4
Pais querem que trabalhem	41,8	16,6

Fonte: PNAD 2001.

Analisando-se domicílios de baixa renda, observa-se que pouco mais 10% têm sete ou mais membros, tanto naqueles que contêm crianças que trabalham, quanto naqueles em que as crianças não são trabalhadoras (Tabela 86). Portanto, a indicação de que famílias pobres e de tamanho grande requerem mais trabalho infantil, provavelmente como forma de ter um pouco mais de renda para a sobrevivência de seus membros, não se verifica no estado do Rio Grande do Sul.

Tabela 86 - Porcentagem de domicílios com crianças trabalhando ou não, com renda mensal de R\$ 400,00 ou menos, de acordo com o tamanho da família - Rio Grande do Sul - 2001

Número de pessoas	Domicílios com crianças que trabalham	Domicílios com crianças que não trabalham
2	5,0	6,2
3	15,4	17,9
4	30,6	29,4
5	28,4	23,6
6	10,2	12,4
7 ou mais	10,4	10,5

Fonte: PNAD 2001.

Tabela 87 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando e não trabalhando, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por situação do domicílio - Rio Grande do Sul - 2001

Anos de escolaridade da mãe	Crianças que trabalham		Crianças que não trabalham	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
0 - 4	37,1	54,1	29,9	51,0
5 - 8	43,9	43,1	40,7	41,6
9 - mais	19,0	2,8	29,4	7,4

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 87 mostra a porcentagem de crianças, de acordo com o nível educacional da mãe. A porcentagem de crianças trabalhadoras cujas mães têm baixo nível de escolaridade (máximo de quatro anos) é maior do que a de crianças que não trabalham. No meio rural, há maior porcentagem de crianças cujas mães têm menor escolaridade (zero a quatro anos), em comparação ao urbano. Ademais, quando as mães têm nove ou mais anos de escolaridade, é observado maior número de crianças que não trabalham, em relação às que trabalham.

A Tabela 88 apresenta o número de crianças e jovens de 5 a 17 anos envolvidos em ocupações de risco. Essas ocupações foram escolhidas com base nas pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (“Guidelines for classifying forms of child labour”) e onde há atuação do PETI para a retirada de crianças do trabalho. De acordo com a Tabela 88, a grande maioria trabalha em plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores (atividades agrícolas), em seguida, está o emprego doméstico, a fabricação de calçados e a construção civil, considerados de extremo risco para crianças e adolescentes. Também é elevado o número de condicionadores, mecânicos, cozinheiros e garçons. No Rio Grande do Sul, foram detectados quase 170 mil crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos envolvidos em atividades de risco, segundo os dados da PNAD.



Tabela 88 - Número e porcentagem de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco, por ocupação  
- Rio Grande do Sul - 2001

Ocupações	Nº indivíduos	%
Atividades agrícolas*	54.059	31,8
Emprego doméstico	24.533	14,4
Fabricação de calçados	17.878	10,5
Construção civil	13.536	8,0
Acondicionador	11.932	7,0
Cozinheiro/garçom	9.992	5,9
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	8.224	4,8
Comércio ambulante	4.949	2,9
Costureira/bordadeira	3.858	2,3
Marcenaria	3.501	2,1
Indústrias diversas	3.034	1,8
Doceiro/padeiro	2.731	1,6
Eletricista	2.523	1,5
Extrativismo vegetal e mineral	1.696	1,0
Indústria de couro	1.338	0,8
Ind. papel, borracha, plástico	1.185	0,7
Draguista	1.130	0,7
Lixeiro	772	0,5
Indústria de vidros/vidraceiro	772	0,5
Borracheiro	565	0,3
Afiador/ferramenteiro/cunhador	565	0,3
Militar/guarda de segurança	565	0,3
Encanador	413	0,2
Produção de cerâmica/olaria	207	0,1

\*Inclui somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores.

Fonte: PNAD 2001.



Tabela 89 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco no Brasil que declararam ter se machucado na atividade que exerciam e número de casos na amostra - Rio Grande do Sul - 2001

Ocupações	Machucou-se no trabalho (%)	Total de casos na amostra
Acondicionador	1,7	1
Atividades agrícolas	5,2	5
Fabricação de calçados	5,5	3
Draguista	50,0	1
Eletricista	22,4	1
Emprego doméstico	4,6	2
Extrativismo vegetal e mineral	66,7	2
Afiador/ferramenteiro/cunhador	100,0	1
Lixeiro	26,8	1
Marcenaria	22,1	2
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	9,4	2
Militar/guarda de segurança	100,0	1
Produção de cerâmica/olaria	100,0	1
Construção civil	9,9	3

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 90 mostra a proporção de indivíduos que se machucaram, no período de um ano anterior à pesquisa, em cada uma das ocupações selecionadas. Está apresentado também na tabela o número de observações na amostra para cada ocupação. A análise deve ser feita com cuidado, quando o número de observações é muito pequeno, pois pode não refletir a realidade, devido à falta de representatividade dos dados. As atividades agrícolas selecionadas, a construção civil e a fabricação de calçados foram as ocupações com maior número de casos.

Para aqueles que declararam ter se machucado, foi perguntado o tipo de ferimento que tiveram devido ao trabalho. Na grande maioria das ocupações, a maior proporção de pessoas feridas foi com a ocorrência de cortes e fratura, como pode ser visualizado na Tabela 90. Também ocorreram problemas respiratórios, dor muscular, queimadura e irritação nos olhos. As porcentagens somam 100, dentro de cada ocupação.

Tabela 90 - Proporção de pessoas de 5 a 17 anos com determinados machucados, no período de um ano anterior à pesquisa, por ocupação - Rio Grande do Sul - 2001

Ocupações	Irritação nos olhos	Problemas respiratórios	Dor muscular	Fratura ou entorse	Corte	Queimadura	Outro machucado
Atividades agrícolas	-	-	-	20,0	60,0	-	20,0
Emprego doméstico	-	-	50,0	-	-	-	50,0
Construção civil	-	-	15,4	42,3	-	-	42,3
Montagem/manutenção equipamentos (mecânico)	100,0	-	-	-	-	-	-
Acondicionador	-	-	-	100,0	-	-	-
Marcenaria	73,2	-	-	-	-	26,8	-
Fabricação de calçados	-	21,2	57,8	-	21,0	-	-
Eletricista	-	-	-	-	100,0	-	-
Produção de cerâmica/trabalho em olaria	-	-	-	100,0	-	-	-
Afiador/ferramenteiro/cunhador	-	-	-	-	100,0	-	-
Serviço militar/Guarda de Segurança	-	-	-	100,0	-	-	-
Lixeiro	-	-	-	-	-	-	100
Draguista	-	100,0	-	-	-	-	-

\* Inclui somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores.  
Fonte: PNAD 2001.

## 5. São Paulo

A Tabela 91 mostra que há quase trezentas mil crianças entre 5 e 15 anos trabalhando, em um total de sete milhões no estado de São Paulo, o que representa 3,7%. Aproximadamente 67% das crianças que trabalham recebem pagamentos pelas suas atividades.

Tabela 91 - Total de crianças de 5 a 15 anos, número de crianças trabalhando e número de crianças recebendo pagamento, por situação do domicílio e sexo - São Paulo - 2001

Número de crianças	Total	Meninos		Meninas	
		Urbano	Rural	Urbano	Rural
Total	7.238.439	3.453.104	257.025	3.295.047	233.263
Trabalhando	267.428	143.502	25.394	85.855	12.677
	3,7%	4,2%	9,9%	2,6%	5,4%
Recebendo pagamento	179.990	92.559	14.390	67.111	5.930
	67,3%	64,5%	56,7%	78,2%	46,8%

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 92 mostra o número e a porcentagem de meninos e meninas que trabalham, de acordo com a idade. Há um aumento de crianças empregadas, conforme a idade avança. Enquanto menos de 1% dos meninos de 10 anos trabalha, quase 20% dos de 15 anos estão empregados. Ademais, o número de meninos trabalhadores é bem maior do que o de meninas.

Tabela 92 – Porcentagem e total de meninos e meninas trabalhando, por idade – São Paulo – 2001

Idade	Meninos trabalhando	Meninas trabalhando
6	844	-
	0,3%	
7	2.571	-
	0,8%	
8	2.558	857
	0,8%	0,3%
9	-	857
		0,3%
10	1.687	2.557
	0,5%	0,9%
11	8.488	2.530
	2,6%	0,8%
12	8.461	6.787
	2,5%	1,9%
13	25.476	11.861
	7,2%	3,6%
14	47.554	28.823
	12,8%	8,1%
15	71.257	44.260
	19,9%	12,3%

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 93 apresenta as atividades mais desenvolvidas pelas crianças. Há grande porcentagem de crianças que não são pagas trabalhando para outros membros da família, ou produzindo para o próprio consumo, ou na construção para o próprio uso, principalmente no meio rural. A maioria dos meninos e meninas é empregada sem carteira, mas há também uma alta porcentagem de meninas trabalhadoras domésticas sem carteira.

Tabela 93 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, estratificada pela posição na ocupação, por situação do domicílio e sexo - São Paulo - 2001

Atividades	Meninos		Meninas	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Empregado com carteira	2,37	-	2,96	-
Outros empregados sem carteira	54,43	56,67	41,60	26,72
Trabalhador doméstico com carteira	-	-	0,98	-
Trabalhador doméstico sem carteira	-	-	24,71	20,06
Conta própria	10,68	-	9,90	-
Trabalho não remunerado	29,55	33,37	19,84	39,92
Trabalha na produção para próprio consumo ou construção p/ próprio uso	2,97	9,96	-	13,30

Fonte: PNAD 2001.

Classificando-se por ramo de atividade, a maior porcentagem de crianças em São Paulo trabalha no ramo de serviços, seguido por comércio, setor agrícola e indústria, como pode ser observado na Tabela 93.

Tabela 94 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, por ramo de atividade - São Paulo - 2001

Ramo de Atividade	% crianças de 5 a 15 anos
Agricultura	14,82
Serviços	34,29
Comércio	23,35
Indústria	13,27
Construção civil	4,86
Social	5,52
Outros	3,90

Fonte: PNAD 2001.

A porcentagem de crianças nas escolas é elevada, mesmo quando estas trabalham, com mais de 90%, em média. De acordo com a Tabela 95, a diferença entre a proporção de crianças na escola que trabalham ou não aumenta conforme a idade aumenta. As porcentagens elevadas, no caso de crianças trabalhando, devem-se ao fato de a amostra nesses casos ser pequena e, por isso devem ser analisadas com cuidado.

Tabela 95 - Porcentagem de crianças na escola, estratificada por idade e se trabalham ou não - São Paulo - 2001

Idade	Crianças que trabalham	Crianças que não trabalham
9	100,0	99,8
10	100,0	98,8
11	92,3	98,8
12	100,0	97,9
13	91,0	97,8
14	90,0	96,1
15	83,8	92,1

Fonte: PNAD 2001.

Para observar se o trabalho infantil reduz o aproveitamento nos estudos, a defasagem escolar entre crianças que trabalham e não trabalham está apresentado na Tabela 96. Os dados da tabela indicam a proporção de crianças que estão em séries inferiores à série que seria correta para a idade. Uma criança de 14 anos, por exemplo, se iniciasse os estudos com 7 anos e não fosse reprovada em nenhuma série, deveria estar na oitava série. Entretanto, os dados mostram que 29% das que trabalham ou não estão em séries inferiores à oitava. A diferença na porcentagem de crianças em série inferior à correta praticamente inexiste, entre crianças que trabalham e não trabalham. É bom lembrar que essas diferenças não podem ser atribuídas somente ao fato de as crianças trabalharem ou não, uma vez que muitos outros fatores estão envolvidos, tais como: renda familiar, nível educacional dos pais, tamanho da família, local de residência etc.

Tabela 96 - Porcentagem de crianças trabalhando ou não que estão em séries inferiores, em relação à idade - São Paulo - 2001

Idade	Defasagem Escolar*	
	Crianças que trabalham	Crianças que não trabalham
8	-	2,9
9	-	7,9
10	23,1	9,6
11	18,4	12,8
12	13,5	15,2
13	24,2	20,7
14	29,3	29,2
15	35,6	35,3

\* Foi considerada na idade correta para a série toda criança que tinha idade adequada enquanto cursando a série ou que tinha idade inferior. Por exemplo, toda criança que durante a 2ª série tinha 8 anos ou mais em um dos meses do ano letivo foi considerada com idade adequada.

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 97 mostra que crianças que trabalham permanecem menos tempo na escola do que as que não trabalham. Enquanto 72% das crianças trabalhadoras permanecem de 4 a 6 horas na escola, 79% das não trabalhadoras ficam nesse período na escola. Por outro lado, 27% das crianças trabalhadoras e 20% das não trabalhadoras, respectivamente, permanecem no máximo 4 horas na escola. Observa-se, entretanto, que nenhum dos grupos de crianças despense muito tempo na escola. Praticamente todas as crianças que estudam ficam, no máximo, 6 horas na escola, já que o sistema escolar no Brasil é de meio período.

Tabela 97 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de horas por dia que permanecem na escola - São Paulo - 2001

Nº de horas/dia na escola	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
Até 4 horas	27,4	20,5
De 4 a 6 horas	72,2	78,6
Mais de 6 horas	0,4	0,9

Fonte: PNAD 2001.

A porcentagem de crianças trabalhadoras ou não que deixaram de comparecer às aulas, em um período de dois meses anterior à pesquisa, é maior para as crianças trabalhadoras. Os dados mostram que 63,2% das crianças que trabalham faltaram pelo menos um dia, enquanto a porcentagem para crianças que não trabalham foi de 49% (Tabela 98).

Tabela 98 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não que deixaram de comparecer à escola pelo menos um dia, em um período de dois meses - São Paulo - 2001

Pelo menos 1 dia ausente da escola, de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
Sim	63,2	49,0
Não	36,8	51,0

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 99 é semelhante à anterior, porém especifica o número de dias em que a criança se ausentou da escola. Pode-se observar que as crianças trabalhadoras se ausentam por um período mais longo do que as não trabalhadoras. A porcentagem de crianças que trabalham e não comparecem às aulas por um período de 1 a 5 dias é de 78% e por um período de 6 a 10 dias é de 17%. No caso de crianças que não trabalham, as porcentagens são 85% e 11%, respectivamente.

Tabela 99 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o número de dias que deixaram de comparecer à escola, em um período de dois meses - São Paulo - 2001

Nº de dias que deixaram de comparecer à escola, de 1 de agosto a 30 de setembro de 2001	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
1 a 5 dias	77,7	84,6
6 a 10 dias	17,1	10,7
11 a 20 dias	3,4	3,5
Mais de 20 dias	1,7	1,1

Fonte: PNAD 2001.

Quando perguntado o motivo por que não freqüenta a escola, a maioria das crianças trabalhadoras apontou ser por trabalhar ou procurar trabalho (37,8%), mostrando que o trabalho das crianças as impede de freqüentar a escola. Uma alta porcentagem de crianças respondeu que simplesmente não quis comparecer, conforme Tabela 100 (33% das crianças não trabalhadoras e 24% das trabalhadoras)<sup>4</sup>. Outro motivo constatado foi doença ou incapacidade, o que parece uma desculpa, uma vez que as proporções entre as crianças que trabalham e não trabalham são bem diferentes. Falta de vaga foi também motivo importante apontado pelas crianças. É interessante observar que uma proporção pequena de crianças que não estudam respondeu que a causa principal é ajudar nos afazeres domésticos, algo sempre apontado na literatura.

Tabela 100 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos trabalhando ou não, de acordo com o motivo principal para não freqüentarem a escola, em um período de dois meses - São Paulo - 2001

Motivo para não freqüentarem a escola	Crianças trabalhando	Crianças que não trabalham
Ajuda nos afazeres domésticos	0	2,4
Trabalhar ou procurar trabalho	37,8	2,4
Falta de transporte escolar	2,7	2,4
Falta de dinheiro	0	2,4
Falta de documentação	0	0,6
Não existe escola perto de casa	2,7	-
Falta vaga na escola	10,9	12,1
Concluiu a série desejada	2,7	0,6
Doença ou incapacidade	5,4	18,7
Não quis freqüentar a escola	24,2	33,1
Os pais não querem que freqüentem	2,7	3,6
Os pais preferem que trabalhem	2,7	0

Fonte: PNAD 2001.

Nota: "Outro motivo" foi omitido da tabela.

<sup>4</sup> Esta pergunta foi feita às crianças que não freqüentam a escola; não para as que freqüentam, mas faltaram.

Apesar de uma das críticas com relação ao trabalho infantil ser a de que ele impede a criança de estudar, existe uma grande porcentagem de crianças que pode conciliar o trabalho e o estudo. Se dividida a amostra entre cinco categorias, para as crianças de 7 a 15 anos que: (i) só estudam, (ii) só trabalham, (iii) estudam e trabalham, (iv) não trabalham, não estudam, nem cuidam de afazeres domésticos e (v) só cuidam de afazeres domésticos, observa-se que há uma porcentagem elevada de crianças que só estudam (93,2%) e não tão baixa das que estudam e trabalham (3,9%). A menor proporção é a da categoria que só trabalha (0,5%), mas existe um número significativo de crianças que não estudam nem trabalham (2,4%), sendo que 1% só cuida de afazeres domésticos. A Tabela 101 também estratifica os dados por sexo e situação do domicílio. No meio rural, a proporção de crianças que estudam e trabalham é bem elevada (11,5% dos meninos e 5,7% das meninas).

Tabela 101 - Porcentagem de crianças de 7 a 15 anos em diferentes categorias - São Paulo - 2001

Atividade	Total	Meninos		Meninas	
		Rural	Urbano	Rural	Urbano
Só estudam	93,2	85,1	92,9	88,6	94,4
Só trabalham	0,5	1,3	0,5	0,9	0,4
Estudam e trabalham	3,9	11,5	4,5	5,7	2,7
Não trabalham, não estudam nem cuidam de afazeres domésticos	1,3	2,1	1,6	2,2	0,8
Só cuidam de afazeres domésticos	1,1	0	0,5	2,6	1,6

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 102 apresenta porcentagens de crianças que trabalham, de acordo com o salário mensal recebido. Apesar de haver um salário mínimo legal no Brasil, a grande maioria das crianças recebe metade ou menos. Os melhores remunerados são os meninos que têm residência na área urbana e os com idades mais avançadas, mas mesmo esses têm remunerações muito baixas.



Tabela 102 - Porcentagem de crianças que estão trabalhando e recebendo pagamentos, estratificada pelo salário mínimo mensal, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - São Paulo - 2001

Salário mínimo mensal*	Crianças 5-11				Crianças 12-15			
	Meninos		Meninas		Meninos		Meninas	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
(0,0 - 0,5]	93,7	100	100	100	65,5	70,5	60,0	92,3
(0,5 - 1,0]	-	-	-	-	24,3	18,5	24,2	7,7
(1,0 - 2,0]	6,3	-	-	-	8,8	11,1	14,7	-
(2,0 - 3,0]	-	-	-	-	1,4	-	1,1	-

\*Foi considerado o salário mínimo de R\$200,00 por mês, em setembro de 2001.

Fonte: PNAD 2001.

Algumas crianças brasileiras trabalham muito, apesar de ser proibida por lei uma carga de mais de 44 horas semanais. Os dados mostram que em torno de 20% das crianças trabalha mais de 40 horas por semana, e mais de 60% trabalham mais de 20 horas por semana. A última linha da Tabela 102 apresenta o número médio de horas semanais de trabalho das crianças. Meninos geralmente trabalham maior número de horas do que meninas (exceto na área urbana, onde meninas de 12 a 15 anos trabalharam, em média, um período mais longo), e crianças da área urbana em geral trabalham maior número de horas do que as da área rural. Ademais, os dados mostram que, à medida que a criança cresce, maior é o número de horas trabalhadas.

Tabela 103 - Porcentagem de crianças trabalhando, estratificada pelo número de horas de trabalho semanais, por situação do domicílio, sexo e grupo de idade - São Paulo - 2001

Horas/semana	Crianças 5 a 11 anos				Crianças 12 a 15 anos			
	Menino		Menina		Menino		Menina	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural
(1 - 5]	18,8	-	33,2	-	6,6	7,4	5,3	-
(5 - 10]	12,4	-	50,0	100,0	7,2	-	7,4	-
(10 - 20]	25,0	100,0	16,8	-	24,2	22,3	18,9	38,4
(20 - 40]	18,7	-	-	-	41,2	40,7	45,2	46,2
(40 - mais]	25,1	-	-	-	20,8	29,6	22,0	15,5
Média	25,6	18,3	10,8	8,5	27,8	31,7	31,0	30,0

Fonte: PNAD 2001.

Observa-se ainda, com base nos dados da PNAD 2001, que a contribuição dos rendimentos das crianças para a renda familiar pode ser importante, porque, em muitas famílias em que filhos menores trabalham, a renda per capita é muito baixa. A Tabela 104 mostra a frequência de famílias brasileiras com crianças trabalhando cujos rendimentos contribuem para certa porcentagem da renda familiar.

Em 36% das famílias da área rural, a contribuição das crianças para a renda familiar é de mais de 10%. Além disso, em 10% das famílias urbanas e 9% das rurais, a contribuição ultrapassa os 40%.

Tabela 104 - Porcentagem de famílias em que os rendimentos das crianças contribuem para certa porcentagem da renda familiar, estratificada por situação dos domicílios - São Paulo\* - 2001

Contribuição (%) dos rendimentos das crianças de 5 a 15 anos na renda familiar	Porcentagem de domicílios	
	Urbano	Rural
(0 - 10]	36,5	27,4
(10 - 20]	27,6	36,4
(20 - 30]	18,8	13,6
(30 - 40]	7,1	13,6
(40 - 100]	10,0	9,1

\* Inclui somente crianças com rendimento positivo.

Fonte: PNAD 2001

De acordo com os dados da Tabela 105, pode-se inferir que a grande maioria das crianças empregadas estava satisfeita com o trabalho. Entretanto, essa pergunta não foi respondida pelas crianças, na maioria das vezes. 90% das respostas, aproximadamente, foram dadas por outras pessoas moradoras do domicílio e não pela própria pessoa.

Tabela 105 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com a satisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - São Paulo - 2001

Satisfeita com o emprego?	Crianças trabalhando	
	Rural	Urbano
Sim	84,3	83,3
Não	15,7	16,7

Fonte: PNAD 2001.

Aos que responderam que não estavam satisfeitos com o emprego, foi perguntado o motivo para tal, e os resultados encontram-se na Tabela 106. No meio rural, o motivo principal foi que o trabalho era cansativo (43%) e que ganhava pouco (43%). Na área urbana, o motivo foi que as crianças não eram bem remuneradas (35%). Trabalho cansativo significa esforço extra que pode trazer danos à saúde e problemas ergonômicos para os menores.

Tabela 106 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal da insatisfação com o emprego, nos meios urbano e rural - São Paulo - 2001

Motivo principal da insatisfação com o emprego	Crianças trabalhando	
	Rural	Urbano
Ganhava pouco	42,7	37,8
Não tinha tempo para estudar	-	13,3
Trabalho cansativo	42,9	24,4
Não gostava de trabalhar	14,4	6,7
Não tinha um bom relacionamento com o empregador	-	4,4
Outros	-	13,4

Fonte: PNAD 2001.

A maioria das crianças trabalha porque quer. Entretanto, é grande a porcentagem que trabalha porque os pais ou responsáveis impõem que trabalhe, conforme pode ser visto na Tabela 107.

Tabela 107 - Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando, de acordo com o motivo principal para trabalhar, nos meios urbano e rural - São Paulo - 2001

Motivo principal que tinha para trabalhar	Rural	Urbano
Querer trabalhar	62,2	83,4
Pais querem que trabalhem	37,8	16,6

Fonte: PNAD 2001.

Outro determinante importante do trabalho infantil discutido na literatura é o número de membros dos domicílios. Analisando-se domicílios de baixa renda em São Paulo, observa-se que 11% daqueles que contêm crianças que não trabalham têm, em média, sete ou mais membros, enquanto essa porcentagem, em domicílios com crianças trabalhando, é de 13,4% (Tabela 108).

Tabela 108 – Porcentagem de domicílios com crianças de 5 a 15 anos trabalhando ou não, com renda mensal de R\$ 400,00 ou menos, de acordo com o tamanho da família - São Paulo - 2001

Número de pessoas	Domicílios com crianças que trabalham	Domicílios com crianças que não trabalham
2	8,0	5,8
3	14,7	17,7
4	26,6	29,3
5	27,9	24,1
6	9,3	12,2
7 ou mais	13,4	10,9

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 109 mostra a porcentagem de crianças, trabalhando ou não, de acordo com o nível educacional da mãe. A porcentagem de crianças trabalhadoras cujas mães têm baixo nível de escolaridade (máximo de quatro anos) é maior do que a de crianças que não trabalham. No meio rural, há maior porcentagem de crianças cujas mães têm menor escolaridade (zero a quatro anos), em comparação ao urbano. Ademais, quando as mães têm nove ou mais anos de escolaridade, é observado maior número de crianças que não trabalham, em relação às que trabalham.

Tabela 109 – Porcentagem de crianças de 5 a 15 anos trabalhando e não trabalhando, com relação ao número de anos de escolaridade da mãe, por situação do domicílio - São Paulo - 2001

Anos de escolaridade da mãe	Crianças que trabalham		Crianças que não trabalham	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
0 - 4	51,5	62,8	33,8	58,8
5 - 8	30,8	27,9	34,6	30,1
9 - mais	17,8	9,3	31,5	11,1

Fonte: PNAD 2001.

É importante lembrar que mães com maior escolaridade provavelmente pertencem a famílias com maior nível de renda, em que as crianças não precisam trabalhar para garantir o sustento da família, mas, no máximo, para satisfazer necessidades próprias de consumo.

A Tabela 110 apresenta o número de crianças e jovens de 5 a 17 anos envolvidos em ocupações de risco. Estas ocupações foram escolhidas com base nas pesquisas da Organização Internacional do Trabalho (“Guidelines for classifying forms of child labour”) e onde há atuação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), para a retirada de crianças do trabalho. As atividades agrícolas incluem somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores. De acordo com a Tabela 110, a grande maioria das crianças e

é trabalhadora doméstica, em seguida está o trabalho na construção civil, condicionador e cozinheiro/garçom. Também é elevado o número de crianças que exercem a profissão de mecânico e que trabalham em atividades agrícolas de risco. No estado de São Paulo, há quase trezentas e dezenove mil crianças e adolescentes de 5 a 17 anos envolvidas em ocupações de risco.

Tabela 110 – Número e proporção de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco, por ocupação, selecionando algumas atividades agrícolas - São Paulo - 2001

Ocupações	No. indivíduos	%
Emprego doméstico	69.587	21,8
Construção civil	44.952	14,1
Acondicionador	33.922	10,6
Cozinheiro/garçom	29.678	9,3
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	27.140	8,5
Atividades agrícolas*	21.084	6,6
Eletricista	16.116	5,1
Fabricação de calçados	16.022	5,0
Costureira/bordadeira	13.617	4,3
Comércio ambulante	11.073	3,5
Indústrias diversas	11.032	3,5
Doceiro/padeiro	5.101	1,6
Marcenaria	5.058	1,6
Indústria metalúrgica	2.571	0,8
Extrativismo vegetal e mineral	2.544	0,8
Tecelagem	2.529	0,8
Borracheiro	1.700	0,5
Indústria de papel, borracha, plástico	1.700	0,5
Indústria de couro	857	0,3
Produção de cerâmica/olaria	857	0,3
Indústria de vidros/vidraceiro	857	0,3
Afiador/ferramenteiro/cunhador	843	0,3

\*Inclui somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar fumo, na criação de animais e no corte de árvores.

Fonte: PNAD 2001.

A Tabela 111 mostra a proporção de indivíduos que se machucaram, no período de um ano anterior à pesquisa, em cada uma das ocupações selecionadas. Está apresentado também na tabela o número de observações na amostra para cada ocupação. A análise deve ser feita com cuidado, nos casos em que o número de observações é muito pequeno, pois pode não refletir a realidade, devido à falta de representatividade dos dados. Ocorreram casos de acidente de trabalho, na fabricação de calçados, nas atividades agrícolas – plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores – e na construção civil. Há outras ocupações com altas porcentagens de pessoas feridas, na Tabela 111, mas não foram mencionadas devido ao fato de o tamanho da amostra ser muito pequeno (1 ou 2).

Tabela 111 – Proporção de pessoas de 5 a 17 anos em atividades de risco que declararam ter se machucado na atividade que exerciam e número de casos na amostra - São Paulo - 2001

Ocupações	Machucou no trabalho (%)	Total de casos na amostra
Atividades agrícolas*	16,0	4
Fabricação de calçados	26,3	5
Construção civil	7,6	4
Cozinheiro/garçom	2,8	1
Doceiro/padeiro	16,8	1
Emprego doméstico	1,2	1
Montagem/manutenção equip. (mecânico)	3,2	1
Indústria metalúrgica	33,3	1

\*Inclui somente o trabalho nas plantações de sisal, algodão, café, cana-de-açúcar, fumo, na criação de animais e no corte de árvores.

Fonte: PNAD 2001.

Para aqueles que declararam ter se machucado, foi perguntado o tipo de ferimento que tiveram devido ao trabalho. Na grande maioria das ocupações, a maior proporção de pessoas feridas foi com a ocorrência de cortes, como pode ser visualizado na Tabela 112. Também ocorreram fratura, problemas respiratórios e queimadura. As porcentagens somam 100, dentro de cada ocupação.

Tabela 112 – Proporção de pessoas de 5 a 17 anos com determinados machucados, no período de um ano anterior à pesquisa, por ocupação - São Paulo - 2001

Ocupações	Problemas respiratórios	Fratura ou entorse	Corte	Queimadura	Outro machucado
Atividades agrícolas*	25,0	25,0	50,0	-	-
Emprego doméstico	-	-	100,0	-	-
Construção civil	-	-	100,0	-	-
Cozinheiro/garçom	-	-	-	100,0	-
Montagem e manutenção equipamentos (mecânico)	-	-	100,0	-	-
Indústria metalúrgica	-	-	100	-	-
Fabricação de calçados	-	20,0	40,0	-	40,0
Doceiro/padeiro	-	-	100,0	-	-

Fonte: PNAD 2001.

# Análise estatística dos dados sobre o trabalho infantil perigoso, com base no Censo de 2000, nos cinco estados selecionados

## 1. Maranhão

De acordo com os microdados do Censo 2000, os três municípios maranhenses que têm a maior proporção de crianças e adolescentes em ocupações de risco em relação ao total do estado são, na ordem em que aparecem, São Luís, Imperatriz e Açailândia, que, em conjunto, concentram aproximadamente 20% do total de indivíduos entre dez e 17 anos que exercem esse tipo de trabalho. Os três municípios em que os dados do Censo são analisados também constam do Mapa de Indicativos, bem como as principais atividades exercidas pelas crianças nessas localidades. Em São Luís, 98% das crianças e mais de 95% dos adolescentes engajados em trabalho perigoso estão na área urbana, como pode ser visto na Tabela 113. Nesse caso, é natural que a maior parte das ocupações exercidas seja predominantemente urbana, o que será visto na tabela seguinte.

Tabela 113 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - São Luís, Maranhão - 2000

Área	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Rural	Frequência	8	17	-	20	25	71
	%	2,11	5,25	-	2,32	2,01	2,04
Urbano	Frequência	390	310	634	862	1.199	3.395
	%	97,89	94,75	100,00	97,68	97,98	97,96
Total	Frequência	398	327	634	883	1.224	3.466
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

As principais ocupações exercidas por crianças e adolescentes envolvidos no trabalho perigoso no município de São Luís estão na Tabela 114. Nota-se o forte predomínio do emprego doméstico (42%), seguido de construção civil (14%), comércio ambulante (10%) e montagem e manutenção de equipamentos (10%), quando considerados crianças e adolescentes em conjunto. Analisando-se os grupos de idade separadamente, nota-se que entre as crianças a proporção de empregados domésticos cai para 20%, enquanto as de ambulantes, mecânicos e marceneiros sobem para 20%, 18% e 10%, respectivamente. Entre os adolescentes de 14 anos, a queda no percentual de empregados domésticos, que passa para 33%, é compensada pelo aumento no percentual de ambulantes, mecânicos e pedreiros, que passam a ser 16%, 13% e 11%. Entre os indivíduos que têm entre 15 e 17 anos, nota-se que, quanto mais velho o adolescente, maior a proporção de empregados domésticos e trabalhadores da construção civil.



Tabela 114 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - São Luís, Maranhão - 2000

Ocupação	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Acondicionador	Frequência	-	19	9	10	21	58
	%	-	5,68	1,37	1,14	1,72	1,68
Atividades agrícolas	Frequência	8	-	-	21	13	42
	%	2,00	-	-	2,32	1,09	1,21
Comércio ambulante	Frequência	81	52	50	72	107	362
	%	20,31	16,00	7,94	8,12	8,76	10,46
Costureira/bordadeira	Frequência	-	-	-	9	9	18
	%	-	-	-	1,02	0,71	0,51
Cozinheiro/garçom	Frequência	21	-	32	24	18	95
	%	5,22	-	5,13	2,70	1,45	2,74
Doceiro/padeiro	Frequência	19	-	13	18	29	78
	%	4,65	-	2,05	1,99	2,37	2,26
Eletricista	Frequência	10	9	-	-	12	31
	%	2,45	2,69	-	-	1,01	0,89
Emprego doméstico	Frequência	107	108	353	369	548	1.484
	%	26,75	33,17	55,68	41,75	44,77	42,83
Encanador	Frequência	-	11	-	-	11	23
	%	-	3,45	-	-	0,93	0,65
Afiador/ferramenteiro/ cunhador	Frequência	-	-	-	11	-	11
	%	-	-	-	1,24	-	0,32
Indústria de couro	Frequência	15	-	-	-	13	28
	%	3,78	-	-	-	1,07	0,81
Indústrias diversas	Frequência	-	20	37	7	20	85
	%	-	6,13	5,88	0,84	1,65	2,45
Marcenaria	Frequência	40	23	23	42	51	179
	%	10,12	6,95	3,64	4,74	4,19	5,17
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	Frequência	74	43	44	114	102	377
	%	18,50	13,31	6,98	12,90	8,34	10,89
Indústria metalúrgica	Frequência	-	-	9	26	21	56
	%	-	-	1,38	2,96	1,70	1,61
Serviço militar/ guarda de segurança	Frequência	9	6	-	15	8	38
	%	2,38	1,84	-	1,66	0,68	1,11
Construção civil	Frequência	15	35	63	147	240	500
	%	3,84	10,79	9,96	16,62	19,57	14,43
Total	Frequência	398	327	634	883	1.224	3.346
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

No município de Imperatriz, 77% das crianças, 88% dos indivíduos com 14 anos e mais de 90% dos adolescentes de 15 a 17 anos envolvidos com trabalho perigoso moram na área urbana, como mostra a Tabela 115.

Tabela 115 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Imperatriz, Maranhão - 2000

Área	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Rural	Frequência	70	32	36	29	12	178
	%	22,30	11,90	7,13	5,23	1,62	7,57
Urbano	Frequência	242	237	473	520	704	2.177
	%	77,70	88,10	92,87	94,77	98,38	92,43
Total	Frequência	312	269	510	549	716	2.355
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

Em relação às ocupações de risco mais frequentes em Imperatriz, a Tabela 116 mostra o predomínio do emprego doméstico (29%), seguido da construção civil (12%) e montagem e manutenção de equipamentos (11%). O comércio ambulante aparece em quarto lugar, com aproximadamente 8% e atividades agrícolas, em quinto, com 5,87% das pessoas de 10 a 17 anos.

Da mesma forma que a porcentagem de crianças no meio rural é maior do que a de adolescentes, as atividades agrícolas têm maior destaque no grupo que tem entre 10 e 13 anos, ocupando cerca de 20% das crianças. O comércio ambulante, que ocupa 8% do total da amostra, emprega 17% das crianças e cerca de 11% dos adolescentes de 17 anos.

A porcentagem de indivíduos com emprego doméstico é maior entre os adolescentes, principalmente os de 14 e 16 anos, ocupando mais de 40% das pessoas com essas idades. Nota-se também que até os 16 anos, quanto mais velhos, maior a porcentagem de indivíduos ocupados na construção civil, o mesmo ocorrendo com os adolescentes empregados na montagem e manutenção de equipamentos.

Tabela 116 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Imperatriz, Maranhão - 2000

Ocupação	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Acondicionador	Frequência	10	-	12	10	-	32
	%	3,36	-	2,39	1,76	-	1,37
Atividades agrícolas	Frequência	62	11	36	8	22	138
	%	19,88	4,01	7,13	1,38	3,01	5,87
Comércio ambulante	Frequência	54	5	37	13	77	186
	%	17,28	1,97	7,30	2,29	10,70	7,88
Fabricação de calçados	Frequência	11	12	-	-	11	34
	%	3,62	4,34	-	-	1,58	1,46
Catador de sucata	Frequência	-	-	-	-	10	10
	%	-	-	-	-	1,45	0,44
Costureira/bordadeira	Frequência	-	9	-	11	10	29
	%	-	3,17	-	1,96	1,41	1,25
Cozinheiro/garçom	Frequência	24	50	67	9	36	185
	%	7,65	18,58	13,05	1,60	5,04	7,87
Doceiro/padeiro	Frequência	8	7	-	24	7	46
	%	2,42	2,67	-	4,45	0,97	1,96
Eletricista	Frequência	12	11	-	6	8	37
	%	3,86	4,01	-	1,12	1,12	1,57
Emprego doméstico	Frequência	34	108	129	230	201	702
	%	10,97	40,03	25,29	41,87	28,05	29,78
Encanador	Frequência	-	-	20	-	-	20
	%	-	-	3,90	-	-	0,84
Afiador/ferramenteiro/cunhador	Frequência	-	-	-	13	-	13
	%	-	-	-	2,45	-	0,57
Indústria de couro	Frequência	-	8	-	-	-	8
	%	-	3,15	-	-	-	0,36
Indústrias diversas	Frequência	9	7	21	15	9	62
	%	3,03	2,76	4,17	2,80	1,21	2,64
Teceragem	Frequência	-	-	-	12	-	12
	%	-	-	-	2,11	-	0,49
Lixeiro	Frequência	-	-	-	-	13	13
	%	-	-	-	-	1,77	0,54
Marcenaria	Frequência	11	-	53	50	74	188
	%	3,48	-	10,32	9,12	10,40	7,98
Marmorista	Frequência	12	-	9	-	-	21
	%	3,75	-	1,80	-	-	0,89
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	Frequência	39	16	43	60	115	273
	%	12,55	5,95	8,43	10,92	16,11	11,61
Indústria metalúrgica	Frequência	-	-	8	8	17	33
	%	-	-	1,59	1,41	2,36	1,39
Serviço militar/guarda de segurança	Frequência	-	-	10	-	10	19
	%	-	-	1,92	-	1,33	0,82
Construção civil	Frequência	25	25	65	81	89	285
	%	8,14	9,35	12,69	14,74	12,47	12,12
Ind. de vidros/vidraceiro	Frequência	-	-	-	-	7	7
	%	-	-	-	-	1,02	0,31
Total	Frequência	312	269	510	549	716	2.355
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

Em Açailândia, a porcentagem de crianças e adolescentes envolvidos com trabalho perigoso que moram na área rural é bem maior que em São Luís e Imperatriz. Segundo a Tabela 117, 50% das crianças e mais de 30 % dos adolescentes que exercem atividades de risco no município estão na área rural.

Tabela 117 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Açailândia, Maranhão - 2000

Área	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Rural	Frequência	89	41	110	123	108	470
	%	50,84	33,86	45,15	47,55	30,54	40,88
Urbano	Frequência	86	80	133	135	245	680
	%	49,16	66,14	54,85	52,45	69,46	59,12
Total	Frequência	175	121	243	258	353	1.150
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

Apesar da maior porcentagem de crianças na área rural, a ocupação de risco mais freqüente entre crianças e adolescentes continua sendo o emprego doméstico, com 35% dos indivíduos, como mostra a Tabela 118. Em seguida, estão as atividades agrícolas (21%), montagem e manutenção de equipamentos (9%), marcenaria e construção civil (ambas ocupando 8% das pessoas de 10 a 17 anos).

Entre as crianças, o emprego doméstico dá lugar às atividades agrícolas (34%), comércio ambulante (23%), à montagem e manutenção de equipamentos (19%) e aos empregos de cozinheiro/garçom (13%). Considerando os adolescentes de 14 anos, destacam-se a marcenaria (24%) e o comércio ambulante (16%), além do emprego doméstico e das atividades agrícolas, que juntas empregam quase 60% dos indivíduos. A Tabela 118 também aponta para a importância das ocupações de marceneiro (13%) e de cozinheiro/garçom (11%), entre os adolescentes de 16 anos de idade.



Tabela 118 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco segundo ocupação e idades - Açailândia, Maranhão - 2000

Ocupação	Número e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Atividades agrícolas	Frequência	60	31	42	61	54	247
	%	34,16	25,71	17,13	23,55	15,18	21,47
Comércio ambulante	Frequência	40	20	-	9	-	69
	%	23,04	16,41	-	3,53	-	6,03
Cozinheiro/garçom	Frequência	24	-	7	30	10	70
	%	13,94	-	2,68	11,46	2,80	6,12
Doceiro/padeiro	Frequência	-	-	10	-	16	25
	%	-	-	3,99	-	4,41	2,20
Emprego doméstico	Frequência	8	41	110	66	180	405
	%	4,68	33,56	45,37	25,65	50,83	35,19
Tecelagem	Frequência	-	-	-	-	12	12
	%	-	-	-	-	3,44	1,06
Lixeiro	Frequência	8	-	11	-	-	19
	%	4,82	-	4,42	-	-	1,67
Marcenaria	Frequência	-	29	-	36	34	99
	%	-	24,31	-	13,84	9,70	8,64
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	Frequência	34	-	30	33	11	107
	%	19,37	-	12,30	12,79	3,03	9,34
Construção civil	Frequência	-	-	34	24	37	95
	%	-	-	14,11	9,19	10,61	8,30
Total	Frequência	175	121	243	258	353	1.150
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

## 2. Paraíba

Os microdados do Censo 2000 mostram que os municípios da Paraíba onde está a maior parte dos casos de trabalho infantil perigoso do estado são João Pessoa, Campina Grande e Patos, que juntos abrigam mais de 24% das crianças e adolescentes em ocupações de risco. Tanto os municípios quanto as ocupações identificadas por meio do Censo apresentam denúncias de trabalho infanto-juvenil sob risco, segundo o Mapa de Indicativos do MTE.

De acordo com a Tabela 119, em João Pessoa, todos os casos de trabalho perigoso encontrados referem-se a crianças e adolescentes residentes na área urbana, e as principais ocupações são o emprego doméstico (30%), cozinheiro/garçom (18%), construção civil (13%) e ambulantes (11%). Entre as pessoas de 10 a 13 anos, a porcentagem de cozinheiros/garçons (28%) e ambulantes (22%) é maior que a de empregados domésticos (17%). Considerando-se apenas as pessoas de 14 anos, o comércio ambulante (31%) e o trabalho doméstico (20%) empregam a maior parte dos adolescentes em atividades de risco. Entre os indivíduos com 16 anos, cerca de 25% são cozinheiros/garçons e

aproximadamente 18% são pedreiros. A maior porcentagem de empregados domésticos ocorre entre as crianças de 15 e 17 anos de idade, 39% e 34%, respectivamente.

Tabela 119 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - João Pessoa, Paraíba - 2000

Ocupação	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Acondicionador	Frequência	13	7	10	-	18	48
	%	3,48	3,19	2,27	-	1,79	1,76
Atividades agrícolas	Frequência	21	7	-	-	33	61
	%	5,56	3,28	-	-	3,23	2,21
Comércio ambulante	Frequência	81	66	50	30	89	316
	%	22,02	31,10	10,88	4,33	8,67	11,50
Catador de sucata	Frequência	20	-	-	9	16	46
	%	5,47	-	-	1,36	1,59	1,67
Costureira/bordadeira	Frequência	-	-	-	8	-	8
	%	-	-	-	1,19	-	0,30
Cozinheiro/garçom	Frequência	103	20	83	169	125	499
	%	27,78	9,24	18,09	24,74	12,19	18,16
Doceiro/padeiro	Frequência	-	-	26	30	24	80
	%	-	-	5,75	4,35	2,36	2,92
Eletricista	Frequência	21	18	8	-	37	84
	%	5,73	8,20	1,76	-	3,65	3,06
Emprego doméstico	Frequência	66	44	178	196	349	833
	%	17,86	20,52	38,90	28,70	34,03	30,29
Extrativismo vegetal e mineral	Frequência	9	-	9	-	-	18
	%	2,44	-	1,98	-	-	0,66
Indústrias diversas	Frequência	-	9	-	10	-	19
	%	-	4,21	-	1,49	-	0,70
Marcenaria	Frequência	-	-	16	-	39	55
	%	-	-	3,48	-	3,85	2,01
Marmorista	Frequência	-	9	-	-	-	9
	%	-	4,19	-	-	-	0,33
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	Frequência	26	11	29	85	78	229
	%	6,95	5,38	6,28	12,51	7,56	8,33
Indústria metalúrgica	Frequência	-	-	-	-	12	12
	%	-	-	-	-	1,14	0,42
Serviço militar/guarda de segurança	Frequência	-	-	-	-	41	41
	%	-	-	-	-	4,04	1,51
Construção civil	Frequência	10	23	43	123	163	362
	%	2,71	10,70	9,37	17,97	15,90	13,15
Indústria de vidros/vidraceiro	Frequência	-	-	6	23	-	29
	%	-	-	1,24	3,36	-	1,04
Total	Frequência	370	214	458	683	1.024	2.749
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

Por meio da Tabela 120, nota-se que, em Campina Grande, 9% das crianças e dos adolescentes que trabalham em ocupações de risco moram na área rural, sendo que este percentual é de apenas 1,75%, quando considerados somente os adolescentes com 15 anos de idade. Nota-se também que a porcentagem dos que moram na área rural é menor do que a média entre os menores de 14 anos e mais elevada entre os que têm 16 e 17 anos.

Tabela 120 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Campina Grande, Paraíba - 2000

Área	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Rural	Frequência	28	9	5	49	91	184
	%	6,19	7,33	1,75	11,69	12,46	9,02
Urbano	Frequência	430	120	288	373	642	1.853
	%	93,81	92,67	98,25	88,31	87,54	90,98
Total	Frequência	458	129	294	423	733	2.037
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

A Tabela 121 mostra que as principais atividades dos indivíduos que têm de 10 a 17 anos de idade que trabalham em ocupações de risco são o emprego doméstico (19%), a construção civil (18%) e o comércio ambulante (12%). A construção civil emprega 10% das crianças e de 17% a 23% dos jovens de 14 a 17 anos; no comércio ambulante, estão empregados 20%, aproximadamente, das crianças e dos adolescentes de 14 anos, 7,63% dos que têm 15 anos e aproximadamente 10% das pessoas com 16 e 17 anos de idade. Além disso, 15% das crianças são catadores de sucata e 10%, aproximadamente, dos jovens de 15 e 17 anos são mecânicos.

Tabela 121 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Campina Grande, Paraíba - 2000

Ocupação		Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Acondicionador	Frequência	10	-	10	31	47	98
	%	2,09	-	3,41	7,43	6,36	4,79
Atividades agrícolas	Frequência	16	-	-	29	7	52
	%	3,43	-	-	6,92	1,01	2,57
Comércio ambulante	Frequência	95	26	22	43	70	257
	%	20,76	20,31	7,63	10,08	9,61	12,61
Fabricação de calçados	Frequência	27	8	18	21	50	123
	%	5,80	6,09	6,01	4,99	6,83	6,05
Catador de sucata	Frequência	71	9	-	9	-	89
	%	15,40	7,20	-	2,20	-	4,38
Costureira/bordadeira	Frequência	12	-	9	-	-	21
	%	2,61	-	2,96	-	-	1,01
Cozinheiro/garçom	Frequência	32	12	34	50	40	167
	%	6,97	9,20	11,45	11,74	5,49	8,22
Doceiro/padeiro	Frequência	-	-	17	8	34	60
	%	-	-	5,74	1,98	4,68	2,92
Draguista	Frequência	-	-	-	-	8	8
	%	-	-	-	-	1,11	0,40
Eletricista	Frequência	-	-	11	25	13	49
	%	-	-	3,77	5,90	1,72	2,38
Emprego doméstico	Frequência	87	16	67	48	163	382
	%	19,03	12,48	22,81	11,37	22,30	18,74
Extrativismo vegetal e mineral	Frequência	5	-	-	5	14	23
	%	1,06	-	-	1,12	1,86	1,14
Afiador/ ferramenteiro/ cunhador	Frequência	-	-	-	-	8	8
	%	-	-	-	-	1,07	0,39
Indústria de couro	Frequência	-	-	14	9	-	24
	%	-	-	4,89	2,22	-	1,16
Indústrias diversas	Frequência	10	10	-	13	9	43
	%	2,26	8,04	-	3,14	1,21	2,11
Teceragem	Frequência	9	-	-	8	-	17
	%	1,93	-	-	1,82	-	0,81
Marcenaria	Frequência	12	9	13	14	24	72
	%	2,72	6,81	4,48	3,40	3,23	3,56
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	Frequência	27	9	29	26	76	166
	%	5,79	6,92	9,76	6,25	10,30	8,15
Serviço militar/guarda de segurança	Frequência	-	-	-	-	10	10
	%	-	-	-	-	1,30	0,47
Construção civil	Frequência	47	30	50	82	161	369
	%	10,14	22,95	17,11	19,46	21,92	18,13
Total	Frequência	458	129	294	423	733	2.037
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

Em Patos, apenas 1,12% das pessoas entre 10 e 17 anos que exercem atividades de risco reside na área rural, sendo que todas as observações referentes às crianças localizam-se na área urbana, como pode ser visualizado na Tabela 122.

Tabela 122 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Patos, Paraíba - 2000

Área	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Rural	Frequência	-	9	-	-	4	13
	%	-	4,56	-	-	1,22	1,12
Urbano	Frequência	200	187	148	287	361	1.183
	%	100,00	95,44	100,00	100,00	98,78	98,88
Total	Frequência	200	196	148	287	365	1.196
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

Conforme pode ser observado na Tabela 123, as principais atividades que empregam trabalho infanto-juvenil sob risco no município de Patos são a fabricação de calçados (28%), o emprego doméstico (18%), o comércio ambulante (13%) e a construção civil (12%). Entre as crianças, mais de 30% estão empregadas na fabricação de calçados, 23%, no comércio ambulante e 9%, em atividades agrícolas. Considerando-se os adolescentes, 31% dos que têm 15 anos são ambulantes e 20% são mecânicos; cerca de 12% dos que estão com 16 e 17 anos são doceiros/padeiros e praticamente 9% dos que têm 14 anos estão empregados em atividades agrícolas.



Tabela 123 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Patos, Paraíba - 2000

Ocupação	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Acondicionador	Frequência	-	13	-	-	-	13
	%	-	6,39	-	-	-	1,05
Atividades agrícolas	Frequência	19	17	-	16	10	63
	%	9,39	8,92	-	5,74	2,86	5,28
Comércio ambulante	Frequência	46	19	46	25	20	156
	%	23,09	9,69	30,89	8,58	5,52	13,02
Fabricação de calçados	Frequência	61	65	34	69	111	340
	%	30,58	33,33	22,65	24,01	30,31	28,39
Costureira/bordadeira	Frequência	-	-	-	21	6	27
	%	-	-	-	7,40	1,56	2,25
Cozinheiro/garçom	Frequência	-	8	9	29	22	67
	%	-	4,17	5,76	9,93	5,96	5,60
Doceiro/padeiro	Frequência	-	-	-	35	42	77
	%	-	-	-	12,14	11,44	6,41
Eletricista	Frequência	-	-	-	8	-	8
	%	-	-	-	2,85	-	0,68
Emprego doméstico	Frequência	33	45	25	44	69	217
	%	16,66	22,99	17,15	15,18	19,03	18,12
Indústria de couro	Frequência	-	-	-	-	11	11
	%	-	-	-	-	3,09	0,94
Lixeiro	Frequência	-	-	-	-	13	13
	%	-	-	-	-	3,67	1,12
Marcenaria	Frequência	-	11	-	-	8	19
	%	-	5,50	-	-	2,26	1,59
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	Frequência	14	-	30	-	-	44
	%	7,04	-	20,44	-	-	3,71
Construção civil	Frequência	26	18	5	41	52	142
	%	13,24	9,00	3,11	14,17	14,30	11,84
Total	Frequência	200	196	148	287	365	1.196
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

### 3. Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, os municípios que mais se destacaram por apresentar maior concentração de crianças e adolescentes trabalhando em ocupações de risco foram Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Nova Iguaçu, com 36% desses trabalhadores, em relação ao total do estado. Comparando-se com o Mapa de Indicativos, o município do Rio de Janeiro tem registros em diversas atividades econômicas daquele relatório, enquanto Duque de Caxias teve denúncias nas atividades de confecções de roupas, além de serviço e comércio de alimentos, e Nova Iguaçu, no comércio varejista.

Na cidade do Rio de Janeiro, o total de crianças e adolescentes exercendo ocupações de risco reside

no setor urbano. A Tabela 124 apresenta a proporção desses indivíduos, segundo a ocupação e a faixa etária, confirmando a baixa participação do setor agropecuário, dado que apenas 0,71% do total de trabalhadores desempenha atividades agrícolas. Ainda em relação ao total de trabalhadores, percebe-se a maior frequência das ocupações de cozinheiro/garçom (19%), comércio ambulante (14%), emprego doméstico (12%) e montagem e manutenção de equipamentos (10%).



Tabela 124 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - 2000

Ocupação	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Acondicionador	Frequência	69	44	95	284	365	858
	%	6,60	6,02	5,60	11,17	8,18	8,18
Atividades agrícolas	Frequência	21	-	34	19	-	74
	%	1,98	-	2,01	0,76	-	0,71
Comércio ambulante	Frequência	432	138	346	225	361	1.502
	%	41,28	18,73	20,31	8,85	8,09	14,31
Fabricação de calçados	Frequência	-	-	-	9	9	18
	%	-	-	-	0,35	0,21	0,17
Catador de sucata	Frequência	55	-	23	19	8	105
	%	5,29	-	1,36	0,74	0,18	1,00
Costureira/bordadeira	Frequência	14	-	-	60	170	244
	%	1,33	-	-	2,37	3,80	2,32
Cozinheiro/garçom	Frequência	124	138	308	406	1.026	2.002
	%	11,86	18,74	18,12	15,94	22,98	19,08
Doceiro/padeiro	Frequência	22	17	48	75	168	329
	%	2,07	2,25	2,82	2,95	3,77	3,14
Eletricista	Frequência	-	4	67	98	213	382
	%	-	0,56	3,96	3,85	4,77	3,65
Emprego doméstico	Frequência	54	153	199	396	553	1.356
	%	5,19	20,84	11,69	15,57	12,40	12,93
Encanador	Frequência	-	-	-	9	20	29
	%	-	-	-	0,35	0,45	0,27
Afiador/ferramenteiro/ cunhador	Frequência	-	-	-	38	24	61
	%	-	-	-	1,48	0,53	0,59
Indústria de couro	Frequência	-	-	15	38	29	81
	%	-	-	0,86	1,48	0,65	0,77
Indústrias diversas	Frequência	51	12	36	17	88	204
	%	4,91	1,68	2,09	0,68	1,96	1,95
Tecelagem	Frequência	-	-	-	10	21	31
	%	-	-	-	0,39	0,47	0,29
Lixeiro	Frequência	-	-	10	-	11	21
	%	-	-	0,60	-	0,24	0,20
Marcenaria	Frequência	-	-	11	43	100	154
	%	-	-	0,64	1,69	2,24	1,47
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	Frequência	79	115	146	377	399	1.116
	%	7,53	15,62	8,58	14,80	8,94	10,63
Indústria metalúrgica	Frequência	-	-	22	32	44	98
	%	-	-	1,27	1,25	0,99	0,93
Serviço militar/guarda de segurança	Frequência	22	27	8	19	138	214
	%	2,06	3,70	0,48	0,75	3,09	2,04
Indústria de papel, borracha e plástico	Frequência	-	-	-	-	45	45
	%	-	-	-	-	1,01	0,43
Construção civil	Frequência	104	87	313	344	640	1.488
	%	9,91	11,85	18,39	13,52	14,35	14,19
Tapeceiro/tecelão	Frequência	-	-	-	9	22	31
	%	-	-	-	0,36	0,49	0,29
Indústria de vidros/vidraceiro	Frequência	-	-	12	10	10	31
	%	-	-	0,70	0,37	0,22	0,30
Total	Frequência	1.047	736	1.701	2.545	4.463	10.492
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

A análise por faixa etária permite observar que a função de cozinheiro/garçom mantém um percentual expressivo entre os adolescentes de 17 anos, correspondendo a quase 23% dos trabalhadores naquela faixa etária. Entre os trabalhadores de 16 anos, essa ocupação cai para 15%, havendo um aumento do emprego doméstico, também para 15% de frequência. O emprego doméstico também se destaca, entre os adolescentes de 14 anos, com uma frequência de 20%, enquanto o comércio ambulante representa 20% dos trabalhadores de 15 anos. Percebe-se um percentual bastante expressivo de crianças trabalhando no comércio ambulante, com uma proporção de 41% em relação ao total dessa faixa etária. Em Duque de Caxias, das crianças e adolescentes que trabalham em ocupações de risco, um percentual relativamente pequeno reside na área rural, havendo ocorrências somente nos extratos de 15 anos (1,17%) e 17 anos (0,12%). Em função disso, 99% do total de crianças e adolescentes residem na área urbana (Tabela 125).

Tabela 125 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Duque de Caxias, Rio de Janeiro - 2000

Área	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Rural	Frequência	-	-	5	-	2	7
	%	-	-	1,17	-	0,12	0,23
Urbano	Frequência	217	266	449	778	1.310	3.020
	%	100,00	100,00	98,83	100,00	99,88	99,77
Total	Frequência	217	266	454	778	1.311	3.026
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

Com os dados da Tabela 126, é possível visualizar as ocupações em que havia pessoas trabalhando, com idade entre 10 e 17 anos, em Duque de Caxias. Quando se analisa o total das observações, à exceção do comércio ambulante (14%), as ocupações com maior incidência de trabalho infantil sob risco giram em torno de 12%, sendo elas a função de cozinheiro/garçom, o emprego doméstico e a construção civil. Além dessas, a montagem e manutenção de equipamentos aparece com 8% e a marcenaria, com 7% de frequência. Analisando-se os grupos de idade separadamente, nota-se que, entre as crianças de 10 e 13 anos, assim como no Rio de Janeiro, a ocupação de comércio ambulante tem uma grande porcentagem de trabalhadores, com 44%, vindo, em seguida, a construção civil, com uma frequência de 19%. Para os adolescentes com idade de 14 anos, é a função de cozinheiro/garçom que apresenta maior destaque, com 23% desses trabalhadores. Tanto o emprego doméstico, quanto o comércio ambulante apresentam percentuais de 14% entre os indivíduos de 15 anos. Na construção civil (15%), encontra-se um expressivo percentual de adolescentes de 16 anos. Entre as pessoas de 17 anos, existem 17% de trabalhadores exercendo a função de costureira/bordadeira.

Tabela 126 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Duque de Caxias, Rio de Janeiro - 2000

Ocupação	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Acondicionador	Frequência	-	29	12	10	41	91
	%	-	10,91	2,57	1,25	3,12	3,02
Atividades agrícolas	Frequência	1	-	12	-	-	13
	%	0,60	-	2,63	-	-	0,44
Comércio ambulante	Frequência	97	34	65	125	106	427
	%	44,77	12,62	14,21	16,11	8,10	14,10
Fabricação de calçados	Frequência	-	-	-	6	33	39
	%	-	-	-	0,82	2,52	1,30
Catador de sucata	Frequência	13	17	26	12	29	97
	%	6,06	6,30	5,72	1,58	2,20	3,21
Costureira/bordadeira	Frequência	-	16	9	81	227	333
	%	-	5,95	1,96	10,41	17,31	10,99
Cozinheiro/garçom	Frequência	-	61	60	103	167	391
	%	-	23,09	13,16	13,26	12,71	12,92
Doceiro/padeiro	Frequência	-	10	15	54	68	147
	%	-	3,75	3,34	6,93	5,16	4,85
Eletricista	Frequência	7	7	-	-	37	52
	%	3,45	2,81	-	-	2,80	1,71
Emprego doméstico	Frequência	6	29	64	108	160	368
	%	2,91	10,94	14,20	13,88	12,24	12,17
Extrativismo vegetal e mineral	Frequência	-	-	-	-	9	9
	%	-	-	-	-	0,68	0,30
Afiador/ferramenteiro/cunhador	Frequência	-	-	-	7	6	13
	%	-	-	-	0,85	0,46	0,42
Indústria de couro	Frequência	-	-	-	-	8	8
	%	-	-	-	-	0,58	0,25
Indústrias diversas	Frequência	10	13	19	28	37	107
	%	4,73	4,82	4,08	3,61	2,83	3,53
Teceragem	Frequência	-	-	-	8	6	14
	%	-	-	-	1,03	0,47	0,47
Lixeiro	Frequência	-	-	-	-	11	11
	%	-	-	-	-	0,85	0,37
Marcenaria	Frequência	17	-	42	64	99	221
	%	7,64	-	9,25	8,20	7,52	7,30
Marmorista	Frequência	-	-	-	-	6	6
	%	-	-	-	-	0,43	0,19
Montagem e manutenção de equip. (mecânico)	Frequência	23	43	62	51	91	270
	%	10,81	16,08	13,69	6,51	6,93	8,92
Indústria metalúrgica	Frequência	-	7	-	4	-	11
	%	-	2,76	-	0,47	-	0,36
Serviço militar/guarda de segurança	Frequência	-	-	9	-	10	19
	%	-	-	2,05	-	0,73	0,62
Construção civil	Frequência	41	-	60	117	155	373
	%	19,04	-	13,14	15,10	11,79	12,33
Indústria de vidros/vidraceiro	Frequência	-	-	-	-	8	8
	%	-	-	-	-	0,58	0,25
Total	Frequência	217	266	454	778	1.311	3.026
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

Assim como no Rio de Janeiro, todas as crianças e adolescentes exercendo ocupações de risco do município de Nova Iguaçu residem no setor urbano. A Tabela 127 permite visualizar as ocupações em que havia pessoas trabalhando, com idade entre 10 e 17 anos. Quando se analisa o total das observações, a construção civil destaca-se com 24% dos trabalhadores nessa faixa etária, seguido do emprego doméstico, com 15%, bem como das funções de comércio ambulante, com 11% e montagem e manutenção de equipamentos, com 9%.

A análise desagregada por idade mostra que, na faixa etária de 15 anos, reduz-se a proporção de trabalhadores na construção civil, havendo um aumento percentual das ocupações montagem e manutenção de equipamentos (28%) e comércio ambulante (18%). Entre as crianças, também ocorre uma redução, na construção civil, e um aumento no número de pessoas trabalhando, no comércio ambulante (21%). Nas outras faixas etárias, a construção civil apresenta a maior proporção de trabalhadores, sendo que, para os adolescentes de 15 e 16 anos, os percentuais são 31% e 26%, respectivamente. Outra ocupação que se destaca é o emprego doméstico, com 16% da proporção de trabalhadores na faixa etária de 14 anos.



Tabela 127 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Nova Iguaçu, Rio de Janeiro - 2000

Ocupação	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Acondicionador	Frequência	15	9	7	53	63	147
	%	6,40	3,71	1,74	6,60	6,66	5,59
Atividades agrícolas	Frequência	-	-	-	15	10	25
	%	-	-	-	1,85	1,04	0,94
Comércio ambulante	Frequência	52	30	76	64	72	294
	%	21,74	12,68	18,69	8,10	7,56	11,19
Fabricação de calçados	Frequência	-	-	-	-	9	9
	%	-	-	-	-	0,92	0,33
Costureira/bordadeira	Frequência	11	15	11	-	7	43
	%	4,43	6,34	2,59	-	0,73	1,64
Cozinheiro/garçom	Frequência	21	17	17	66	83	203
	%	8,95	6,92	4,08	8,28	8,71	7,72
Doceiro/padeiro	Frequência	13	11	33	49	33	138
	%	5,48	4,40	8,04	6,11	3,52	5,26
Eletricista	Frequência	-	-	-	45	56	101
	%	-	-	-	5,71	5,84	3,84
Emprego doméstico	Frequência	25	40	32	160	156	412
	%	10,39	16,72	7,83	20,12	16,38	15,68
Extrativismo vegetal e mineral	Frequência	-	9	-	-	-	9
	%	-	3,71	-	-	-	0,34
Afiador/ferramenteiro/cunhador	Frequência	-	-	14	11	-	24
	%	-	-	3,41	1,33	-	0,93
Indústria de couro	Frequência	5	-	11	-	18	34
	%	2,16	-	2,72	-	1,88	1,30
Indústrias diversas	Frequência	-	18	9	39	51	117
	%	-	7,30	2,12	4,95	5,41	4,45
Teceragem	Frequência	-	-	-	9	32	42
	%	-	-	-	1,16	3,40	1,58
Marcenaria	Frequência	8	15	11	10	41	84
	%	3,50	6,20	2,61	1,26	4,27	3,21
Montagem e manutenção de equip. (mecânico)	Frequência	34	22	117	23	56	252
	%	14,45	9,22	28,96	2,84	5,85	9,59
Indústria metalúrgica	Frequência	-	7	27	-	-	35
	%	-	3,11	6,69	-	-	1,32
Serviço militar/guarda de segurança	Frequência	8	-	5	-	-	13
	%	3,43	-	1,22	-	-	0,50
Indústria de papel, borracha e plástico	Frequência	-	-	-	-	10	10
	%	-	-	-	-	1,01	0,36
Construção civil	Frequência	45	47	38	248	255	633
	%	19,07	19,69	9,29	31,11	26,82	24,07
Indústria de vidros/vidraceiro	Frequência	-	-	-	5	-	5
	%	-	-	-	0,59	-	0,18
Total	Frequência	237	240	405	796	950	2.629
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

#### 4. Rio Grande do Sul

Há um percentual de 9% de crianças e adolescentes trabalhando em ocupações de risco, nos municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul e Novo Hamburgo. No Mapa de Indicativos, são citados os municípios de Porto Alegre e Caxias do Sul, com denúncias de trabalho infantil, na agricultura de subsistência e nos serviços de rua. Não há informações sobre Novo Hamburgo, no Mapa de Indicativos.

Tabela 128 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Porto Alegre, Rio Grande do Sul - 2000

Área	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Rural	Frequência	9	-	19	56	121	205
	%	3,73	-	2,80	4,36	7,21	4,81
Urbano	Frequência	243	390	645	1.228	1.564	4.070
	%	96,27	100,00	97,20	95,64	92,79	95,19
Total	Frequência	252	390	664	1.284	1.686	4.276
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

Em Porto Alegre, a Tabela 128 mostra que 95% das pessoas, com idade entre 10 e 17 anos são residentes do setor urbano, sendo que, entre os adolescentes de 14 anos, todos estão morando nesse setor. Dos moradores do setor rural, a maior frequência está na faixa etária de 17 anos, com uma proporção correspondente a 7% desses trabalhadores.

Com os dados da Tabela 129, é possível visualizar as ocupações em que havia pessoas trabalhando, com idade entre 10 a 17 anos, em Porto Alegre. Quando se analisa o total das observações, a ocupação de cozinheiro/garçom destaca-se, com 22% dos trabalhadores, seguida da função de condicionador com 16%, da construção civil, com 13%, e do emprego doméstico, com 10%.

Analisando-se os grupos de idade separadamente, nota-se que, entre as crianças de 10 a 13 anos, a ocupação de cozinheiro/garçom aumenta para 33% e o trabalho de condicionador reduz-se para 11% de frequência, ocorrendo uma expressiva proporção de pessoas trabalhando como catadores de sucata (16%). A função de cozinheiro/garçom também corresponde à maior porcentagem de trabalhadores entre todos os adolescentes de 14 a 17 anos, cabendo destacar o comércio ambulante (23%) na faixa etária de 14 anos, e a construção civil (16%), para a idade de 17 anos.

Tabela 129 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Porto Alegre, Rio Grande do Sul - 2000

Ocupação	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Acondicionador	Frequência	29	30	42	279	305	686
	%	11,55	7,61	6,36	21,75	18,11	16,03
Atividades agrícolas	Frequência	9	-	-	-	-	9
	%	3,51	-	-	-	-	0,21
Comércio ambulante	Frequência	8	92	76	69	97	343
	%	3,27	23,58	11,51	5,34	5,78	8,02
Fabricação de calçados	Frequência	-	-	12	-	-	12
	%	-	-	1,86	-	-	0,29
Catador de sucata	Frequência	41	22	23	52	51	189
	%	16,40	5,52	3,50	4,08	3,01	4,43
Costureira/bordadeira	Frequência	-	-	13	9	48	70
	%	-	-	1,99	0,68	2,86	1,64
Cozinheiro/garçom	Frequência	86	103	138	259	362	947
	%	33,94	26,38	20,73	20,16	21,48	22,15
Doceiro/padeiro	Frequência	11	18	20	23	-	72
	%	4,36	4,56	2,98	1,79	-	1,68
Eletricista	Frequência	-	-	37	68	37	142
	%	-	-	5,57	5,32	2,17	3,32
Emprego doméstico	Frequência	24	40	78	114	171	427
	%	9,64	10,20	11,82	8,84	10,16	10,00
Encanador	Frequência	-	-	-	11	10	21
	%	-	-	-	0,85	0,61	0,49
Indústria de couro	Frequência	-	-	-	-	10	10
	%	-	-	-	-	0,59	0,23
Indústrias diversas	Frequência	16	-	26	25	31	97
	%	6,19	-	3,87	1,94	1,83	2,27
Tecelagem	Frequência	-	-	9	12	8	29
	%	-	-	1,41	0,91	0,49	0,69
Lixeiro	Frequência	9	-	-	35	53	97
	%	3,48	-	-	2,70	3,17	2,27
Marcenaria	Frequência	10	-	48	32	55	146
	%	3,95	-	7,25	2,52	3,27	3,41
Marmorista	Frequência	-	-	-	19	-	19
	%	-	-	-	1,48	-	0,44
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	Frequência	-	18	46	74	101	239
	%	-	4,58	6,94	5,77	5,98	5,59
Indústria metalúrgica	Frequência	-	-	-	-	27	27
	%	-	-	-	-	1,59	0,63
Serviço militar/guarda de segurança	Frequência	9	-	13	32	19	73
	%	3,71	-	1,95	2,46	1,13	1,71
Indústria de papel, borracha e plástico	Frequência	-	-	-	-	12	12
	%	-	-	-	-	0,70	0,28
Construção civil	Frequência	-	59	81	150	278	568
	%	-	15,07	12,27	11,65	16,51	13,28
Indústria de vidros/vidraceiro	Frequência	-	10	-	23	9	42
	%	-	2,50	-	1,77	0,54	0,97
Total	Frequência	252	390	664	1.284	1.686	4.276
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

Nos resultados da Tabela 130, estão contidos a freqüência e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco em Caxias do Sul. Segundo essas informações, 93% desses indivíduos residem na área urbana. Dos moradores da área rural, a faixa etária com maior proporção de trabalhadores é a de 16 anos (11%), vindo em seguida a idade de 14 anos (8%).

Tabela 130 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Caxias do Sul, Rio Grande do Sul - 2000

Área	Freqüência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Rural	Freqüência	7	16	7	81	52	163
	%	6,10	8,69	2,41	11,89	4,30	6,57
Urbano	Freqüência	103	172	289	598	1.151	2.314
	%	93,90	91,31	97,59	88,11	95,70	93,43
Total	Freqüência	110	188	296	679	1.203	2.476
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

A Tabela 131 mostra que, apesar de 6% das crianças e adolescentes de Caxias do Sul residirem no setor rural, existe um percentual inferior a 2% trabalhando em atividades agrícolas, podendo significar que essas pessoas deslocam-se para o setor urbano, em busca de trabalho. Além disso, nota-se 17% desses indivíduos trabalhando na construção civil; 15%, na ocupação de condicionador; 10% como afiador/ferramenteiro/cunhador; e 9%, na montagem e manutenção de equipamentos. A análise por idades mostra que, entre os adolescentes de 17 anos, a construção civil representa 20% e tanto a montagem e manutenção de equipamentos, quanto a função de afiador/ ferramenteiro/cunhador correspondem a 10% da freqüência desses trabalhadores. Entre os adolescentes de 16 anos, 23% são condicionadores e 11% estão no emprego doméstico. A ocupação de construção civil (28%) aparece com maior freqüência também entre os indivíduos de 15 anos. Quanto à faixa etária de 14 anos, destaca-se a freqüência das ocupações de condicionador, com 24% e afiador/ ferramenteiro/cunhador, com 19% de trabalhadores. Dentre as crianças de 10 a 13 anos, 44% trabalham na construção civil e 19%, na marcenaria.

Tabela 131 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Caxias do Sul, Rio Grande do Sul - 2000

Ocupação	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Acondicionador	Frequência	16	47	20	162	127	373
	%	14,48	24,95	6,86	23,92	10,60	15,07
Atividades agrícolas	Frequência	-	13	-	9	18	41
	%	-	6,93	-	1,37	1,53	1,65
Comércio ambulante	Frequência	-	10	20	-	-	31
	%	-	5,47	6,87	-	-	1,24
Catador de sucata	Frequência	-	-	-	24	11	35
	%	-	-	-	3,53	0,91	1,41
Costureira/bordadeira	Frequência	-	18	22	-	30	70
	%	-	9,74	7,34	-	2,48	2,82
Cozinheiro/garçom	Frequência	12	-	4	32	100	148
	%	11,36	-	1,24	4,75	8,29	5,98
Doceiro/padeiro	Frequência	-	9	9	29	18	65
	%	-	4,73	3,14	4,28	1,47	2,62
Eletricista	Frequência	-	-	15	33	67	116
	%	-	-	5,19	4,93	5,58	4,68
Emprego doméstico	Frequência	-	-	11	81	74	166
	%	-	-	3,65	11,95	6,12	6,69
Encanador	Frequência	-	-	-	-	8	8
	%	-	-	-	-	0,66	0,32
Afiador/ferramenteiro/cunhador	Frequência	-	36	31	50	152	269
	%	-	19,07	10,53	7,37	12,61	10,86
Indústria de couro	Frequência	-	-	14	-	15	29
	%	-	-	4,82	-	1,23	1,17
Indústrias diversas	Frequência	-	-	10	19	24	54
	%	-	-	3,43	2,84	2,03	2,18
Teceragem	Frequência	-	13	9	9	29	60
	%	-	6,93	2,97	1,33	2,41	2,42
Marcenaria	Frequência	22	-	7	47	40	115
	%	19,71	-	2,41	6,86	3,33	4,66
Marmorista	Frequência	-	-	10	-	7	17
	%	-	-	3,48	-	0,57	0,69
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	Frequência	-	10	17	58	151	236
	%	-	5,22	5,87	8,60	12,51	9,54
Indústria metalúrgica	Frequência	-	-	-	58	59	116
	%	-	-	-	8,48	4,88	4,69
Serviço militar/guarda de segurança	Frequência	11	-	-	-	-	11
	%	10,15	-	-	-	-	0,45
Indústria de papel, borracha e plástico	Frequência	-	-	10	29	31	70
	%	-	-	3,29	4,27	2,61	2,83
Construção civil	Frequência	49	32	86	26	243	435
	%	44,31	16,95	28,92	3,85	20,21	17,58
Indústria de vidros/vidraceiro	Frequência	-	-	-	11	-	11
	%	-	-	-	1,66	-	0,45
Total	Frequência	110	188	296	679	1.203	2.476
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

A análise de Novo Hamburgo permite verificar que 99% das crianças e adolescentes trabalhando em ocupações de risco residem na área urbana. Há ocorrências de moradores na área rural, somente na faixa etária de 10 a 13 anos, correspondendo à uma proporção de quase 13% dessas crianças (Tabela 132).

Tabela 132 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul - 2000

Área	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Rural	Frequência	8	-	-	-	-	8
	%	12,98	-	-	-	-	0,38
Urbano	Frequência	56	170	282	723	986	2.217
	%	87,02	100,00	100,00	100,00	100,00	99,62
Total	Frequência	65	170	282	723	986	2.225
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

As principais ocupações exercidas por crianças e adolescentes envolvidos no trabalho perigoso no município de Novo Hamburgo estão na Tabela 133. Nota-se um grande predomínio da fabricação de calçados, com quase metade do total de trabalhadores exercendo essa ocupação (46%). Após essa, aparecem a construção civil (8%), a ocupação de condicionador (7%) e cozinheiro/garçom (7%). Desagregando-se por grupos de idade, nota-se que a fabricação de calçados permanece com a maior proporção de trabalhadores, entre todos os extratos de adolescentes. A segunda ocupação de destaque foi a construção civil, nas faixas etárias de 15 e 16 anos (17% e 11%, respectivamente), a ocupação de condicionador (10%), entre os trabalhadores de 17 anos, e a indústria de papel, borracha e plástico, com uma proporção de 23% dos adolescentes de 14 anos. Entre as crianças, a proporção dos que trabalham como condicionadores chega a 36%, merecendo referência também as ocupações de cozinheiro/garçom (17%) e emprego doméstico (15%).

Tabela 133 – Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Novo Hamburgo, Rio Grande do Sul - 2000

Ocupação	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Acondicionador	Frequência	24	12	-	42	100	178
	%	36,81	6,83	-	5,80	10,17	7,98
Atividades agrícolas	Frequência	-	-	9	9	-	18
	%	-	-	3,26	1,21	-	0,81
Comércio ambulante	Frequência	-	-	-	9	-	9
	%	-	-	-	1,23	-	0,40
Fabricação de calçados	Frequência	19	66	161	385	407	1.038
	%	29,74	38,68	56,86	53,30	41,26	46,62
Catador de sucata	Frequência	-	7	-	-	-	7
	%	-	4,29	-	-	-	0,33
Costureira/bordadeira	Frequência	-	11	-	10	4	25
	%	-	6,31	-	1,42	0,44	1,14
Cozinheiro/garçom	Frequência	12	12	16	43	57	141
	%	17,91	7,36	5,82	5,98	5,76	6,32
Doceiro/padeiro	Frequência	-	-	-	23	-	23
	%	-	-	-	3,12	-	1,01
Eletricista	Frequência	-	-	20	8	18	47
	%	-	-	7,23	1,14	1,83	2,10
Emprego doméstico	Frequência	10	-	26	28	57	122
	%	15,55	-	9,36	3,90	5,83	5,49
Afiador/ferramenteiro/cunhador	Frequência	-	9	-	5	61	75
	%	-	5,20	-	0,71	6,24	3,39
Indústria de couro	Frequência	-	-	-	9	37	47
	%	-	-	-	1,27	3,79	2,09
Indústrias diversas	Frequência	-	8	-	10	11	29
	%	-	4,73	-	1,44	1,11	1,32
Teceragem	Frequência	-	-	-	-	20	20
	%	-	-	-	-	2,01	0,89
Marcenaria	Frequência	-	-	-	9	56	65
	%	-	-	-	1,24	5,67	2,91
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	Frequência	-	5	-	24	23	52
	%	-	3,06	-	3,25	2,37	2,34
Indústria metalúrgica	Frequência	-	-	-	26	21	48
	%	-	-	-	3,64	2,16	2,14
Serviço militar/guarda de segurança	Frequência	-	-	-	-	12	12
	%	-	-	-	-	3,64	1,22
Indústria de papel, borracha e plástico	Frequência	-	40	-	-	24	64
	%	-	23,53	-	-	2,43	2,87
Construção civil	Frequência	-	-	49	82	66	197
	%	-	-	17,48	11,32	6,65	8,84
Indústria de vidros/vidraceiro	Frequência	-	-	-	-	10	10
	%	-	-	-	-	1,05	0,47
Total	Frequência	65	170	282	723	986	2.225
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

## 5. São Paulo

As análises das informações por municípios demonstram que o maior percentual de crianças e adolescentes trabalhando em ocupações de risco no estado de São Paulo está nos municípios de São Paulo, Franca e Guarulhos que juntos concentram 15% dos trabalhadores de 10 a 17 anos. Desses municípios, somente São Paulo não foi citado no Mapa de Indicativos, tendo havido denúncias de trabalho infantil na agricultura canavieira e na cultura do café, para o município de Franca. Guarulhos, por sua vez, foi citado no comércio varejista.

A Tabela 134 evidencia que 90% das crianças e adolescentes trabalhando em ocupações de risco, no município de São Paulo, são moradores do setor urbano. Do total de crianças e adolescentes de 14 anos, 14% moram no setor rural e entre os adolescentes de 15 anos, 10% estão nesse setor. Entre os adolescentes de 16 e 17 anos, um percentual menor de 10% está em áreas rurais.

Tabela 134 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - São Paulo, São Paulo - 2000

Área	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Rural	Frequência	207	212	240	460	588	1.707
	%	14,30	14,28	10,04	9,70	8,18	9,89
Urbano	Frequência	1.239	1.272	2.153	4.283	6.600	15.546
	%	85,70	85,73	89,96	90,30	91,82	90,11
Total	Frequência	1.446	1.483	2.393	4.743	7.187	17.252
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

Na análise segundo as ocupações perigosas, para São Paulo, a Tabela 135 permite verificar que a proporção de trabalho infantil entre as ocupações com maior frequência está entre 10% e 15%, citando-se a função de condicionador (13%), o comércio ambulante (11%), o trabalho de cozinheiro/garçom (11%), o emprego doméstico (12%) e a montagem e manutenção de equipamentos (10%). Separando-se por idades, vemos que, entre as crianças de 10 a 13 anos, o emprego doméstico cai para 10% e o trabalho de condicionador reduz-se para 6%, aumentando o percentual de trabalhadores no comércio ambulante para 28%. Na faixa etária de 14 anos, o percentual de adolescentes trabalhando no comércio ambulante e na montagem e manutenção de equipamentos é mais expressivo, com 16% e 15%, respectivamente. O mesmo ocorre com adolescentes de 15 anos, idade na qual o comércio ambulante tem 13% e a montagem e manutenção de equipamentos tem 14% da proporção de trabalhadores. Entre os adolescentes de 16 a 17 anos, entretanto, a ocupação de condicionador aparece com maior frequência, correspondendo a 17% e 14% dos totais de trabalhadores (ver Tabela 135).

Tabela 135 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - São Paulo, São Paulo - 2000

Ocupação	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Acondicionador	Frequência	91	156	249	835	1.035	2.365
	%	6,27	10,49	10,40	17,60	14,40	13,71
Atividades agrícolas	Frequência	-	-	22	12	7	41
	%	-	-	0,91	0,25	0,10	0,24
Comércio ambulante	Frequência	416	242	333	464	603	2.059
	%	28,79	16,35	13,92	9,79	8,40	11,94
Fabricação de calçados	Frequência	7	9	19	42	49	125
	%	0,46	0,60	0,79	0,88	0,68	0,73
Catador de sucata	Frequência	63	7	13	30	30	143
	%	4,37	0,46	0,54	0,62	0,42	0,83
Costureira/bordadeira	Frequência	72	134	173	168	396	944
	%	4,98	9,06	7,22	3,55	5,51	5,47
Cozinheiro/garçom	Frequência	143	169	260	549	858	1.979
	%	9,87	11,41	10,88	11,58	11,93	11,47
Doceiro/padeiro	Frequência	39	35	46	66	72	257
	%	2,69	2,33	1,90	1,40	1,00	1,49
Draguista	Frequência	-	-	-	10	-	10
	%	-	-	-	0,21	-	0,06
Eletricista	Frequência	53	57	133	262	409	913
	%	3,64	3,83	5,55	5,53	5,68	5,29
Emprego doméstico	Frequência	148	178	251	611	1.004	2.191
	%	10,21	11,98	10,48	12,87	13,97	12,70
Encanador	Frequência	-	-	-	10	9	20
	%	-	-	-	0,22	0,13	0,11
Afiador/ferramenteiro/cunhador	Frequência	16	41	-	99	184	339
	%	1,09	2,78	-	2,08	2,55	1,97
Indústria de couro	Frequência	9	47	36	17	79	188
	%	0,61	3,16	1,49	0,37	1,1	1,09
Indústrias diversas	Frequência	67	13	81	92	240	493
	%	4,62	0,89	3,38	1,95	3,34	2,86
Tecelagem	Frequência	-	21	65	113	118	317
	%	-	1,39	2,72	2,38	1,64	1,84
Lixeiro	Frequência	-	-	-	-	10	10
	%	-	-	-	-	0,14	0,06
Marcenaria	Frequência	-	22	94	216	290	621
	%	-	1,49	3,92	4,55	4,03	3,6
Marmorista	Frequência	13	-	8	60	74	155
	%	0,89	-	0,34	1,26	1,04	0,9
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	Frequência	146	199	341	541	618	1.844
	%	10,07	13,42	14,23	11,4	8,6	10,69
Indústria metalúrgica	Frequência	34	21	48	26	160	290
	%	2,37	1,39	2,02	0,55	2,23	1,68
Serviço militar/guarda de segurança	Frequência	18	26	17	61	128	250
	%	1,21	1,76	0,71	1,29	1,78	1,45
Indústria de papel, borracha e plástico	Frequência	9	18	32	23	41	122
	%	0,61	1,2	1,36	0,48	0,56	0,71

Ocupação	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Construção civil	Frequência	105	89	113	401	696	1.404
	%	7,24	6,03	4,73	8,46	9,68	8,14
Tapeceiro/tecelão	Frequência	-	-	15	27	34	76
	%	-	-	0,64	0,57	0,48	0,44
Indústria de vidros/vidraceiro	Frequência	-	-	44	8	43	95
	%	-	-	1,86	0,16	0,59	0,55
Total	Frequência	1.446	1.483	2.393	4.743	7.187	17.252
	%	100	100	100	100	100	100

Fonte: Censo 2000

Em relação ao município de Franca, a Tabela 136 mostra que 97% das crianças que trabalham em ocupações de risco residem no setor urbano, havendo 3% de adolescentes com 16 anos morando no setor rural. Verifica-se, ainda, que todas as crianças de 10 a 13 anos são residentes do setor urbano.

Tabela 136 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Franca, São Paulo - 2000

Área	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Rural	Frequência	-	9	7	36	26	78
	%	-	2,68	1,39	3,04	1,81	2,12
Urbano	Frequência	199	312	521	1.150	1.404	3.586
	%	100	97,32	98,61	96,96	98,19	97,88
Total	Frequência	199	321	528	1.186	1.430	3.663
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

A Tabela 137 mostra que em Franca mais da metade das crianças e adolescentes que exercem ocupações de risco está concentrada na fabricação de calçados (66%), enquanto, nas outras ocupações, as proporções são todas inferiores a 10%.

A análise por idades mostra que essa situação persiste, havendo destaque para outras ocupações na faixa etária de 14 anos, citando-se a função de condicionador com 14%, as atividades agrícolas e o trabalho de marmorista, ambos com 8% do total desses trabalhadores. Percebe-se, ainda, que a ocupação de indústria diversos tem 10% da proporção de trabalhadores na faixa de 15 anos.

Tabela 137 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Franca, São Paulo - 2000

Ocupação	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Acondicionador	Frequência	-	44	6	65	36	151
	%	-	13,74	1,15	5,45	2,50	4,11
Atividades agrícolas	Frequência	-	28	7	61	22	119
	%	-	8,71	1,39	5,18	1,55	3,25
Fabricação de calçados	Frequência	150	163	344	737	1.051	2.445
	%	75,33	50,87	65,20	62,15	73,47	66,73
Catador de sucata	Frequência	-	-	-	5	-	5
	%	-	-	-	0,44	-	0,14
Costureira/bordadeira	Frequência	-	-	19	-	-	19
	%	-	-	3,53	-	-	0,51
Cozinheiro/garçom	Frequência	5	18	4	61	53	141
	%	2,47	5,68	0,78	5,15	3,67	3,84
Doceiro/padeiro	Frequência	13	10	8	18	14	63
	%	6,71	2,99	1,51	1,55	0,96	1,72
Eletricista	Frequência	-	-	14	12	10	36
	%	-	-	2,68	0,99	0,72	0,99
Emprego doméstico	Frequência	9	10	-	17	24	60
	%	4,48	3,19	-	1,41	1,68	1,64
Encanador	Frequência	-	9	-	-	-	9
	%	-	2,68	-	-	-	0,23
Afiador/ferramenteiro/cunhador	Frequência	11	-	-	46	10	67
	%	5,53	-	-	3,90	0,67	1,82
Indústria de couro	Frequência	-	-	7	18	16	41
	%	-	-	1,27	1,55	1,12	1,12
Indústrias diversas	Frequência	-	-	53	18	21	92
	%	-	-	10,01	1,56	1,44	2,51
Tecelagem	Frequência	-	-	-	18	1	19
	%	-	-	-	1,53	0,07	0,52
Marmorista	Frequência	-	29	-	-	-	29
	%	-	8,94	-	-	-	0,78
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	Frequência	11	10	21	50	69	161
	%	5,49	3,21	3,97	4,18	4,82	4,39
Indústria metalúrgica	Frequência	-	-	12	19	24	54
	%	-	-	2,25	1,56	1,68	1,49
Indústria de papel, borracha e plástico	Frequência	-	-	9	-	-	9
	%	-	-	1,68	-	-	0,24
Construção civil	Frequência	-	-	24	29	81	133
	%	-	-	4,57	2,42	5,64	3,64
Tapeceiro/tecelão	Frequência	-	-	-	12	-	12
	%	-	-	-	0,98	-	0,32
Total	Frequência	199	321	528	1.186	1.430	3.663
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

No município de Guarulhos, percebe-se que 6% dos adolescentes de 14 anos que exercem ocupações de risco residem na área rural, enquanto entre os adolescentes de 17 anos, 3% estão nesse setor. Nas outras faixas etárias, todas as proporções de residentes na área rural são inferiores a 3% e, do total de crianças e adolescentes observados, 96% estão na área urbana (Tabela 138).

Tabela 138 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo situação de domicílio e idades - Guarulhos, São Paulo - 2000

Área	Número e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Rural	Frequência	4	20	15	25	51	115
	%	1,20	6,92	2,76	2,97	3,57	3,34
Urbano	Frequência	343	269	531	802	1.384	3.327
	%	98,80	93,08	97,24	97,03	96,43	96,66
Total	Frequência	347	289	546	826	1.435	3.442
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

Na Tabela 139, do total de crianças e adolescentes exercendo ocupações de risco na cidade de Guarulhos, percebe-se uma concentração de 16% na montagem e manutenção de equipamentos, havendo 13% no comércio ambulante, 11% na construção civil e percentuais de 10%, tanto para cozinheiro/garçom, quanto no emprego doméstico.

Separando-se por faixa etária, nota-se que, no emprego doméstico, está o maior número de trabalhadores entre as crianças e adolescentes de 10 a 15 anos, ocorrendo uma redução da proporção, conforme aumenta a idade. Na faixa etária de 16 anos, há uma maior proporção de trabalhadores na montagem e manutenção de equipamentos (14%), seguida do emprego doméstico, com 12% de frequência. Entre os adolescentes de 17 anos, o maior número de indivíduos exercendo trabalhos perigosos está na construção civil (18%).

Tabela 139 - Número e porcentagem de crianças trabalhando em ocupações de risco, segundo ocupação e idades - Guarulhos, São Paulo - 2000

Ocupação	Frequência e %	Idades					Total
		10 a 13	14	15	16	17	
Acondicionador	Frequência	14	34	74	96	110	328
	%	3,99	11,89	13,57	11,58	7,65	9,52
Atividades agrícolas	Frequência	-	-	-	-	11	11
	%	-	-	-	-	0,75	0,31
Comércio ambulante	Frequência	122	76	131	55	81	466
	%	35,23	26,17	24,03	6,71	5,68	13,53
Fabricação de calçados	Frequência	-	7	-	-	-	7
	%	-	2,57	-	-	-	0,22
Catador de sucata	Frequência	23	-	7	18	10	57
	%	6,61	-	1,23	2,13	0,68	1,66
Costureira/bordadeira	Frequência	-	21	26	68	142	257
	%	-	7,14	4,79	8,21	9,89	7,45
Cozinheiro/garçom	Frequência	11	32	90	78	147	358
	%	3,16	11,18	16,49	9,46	10,23	10,40
Doceiro/padeiro	Frequência	-	-	-	21	9	31
	%	-	-	-	2,57	0,65	0,89
Eletricista	Frequência	8	8	11	65	108	200
	%	2,34	2,76	2,02	7,85	7,53	5,81
Emprego doméstico	Frequência	67	10	35	106	131	350
	%	19,23	3,34	6,49	12,88	9,16	10,16
Encanador	Frequência	-	-	-	9	-	9
	%	-	-	-	1,14	-	0,27
Afiador/ferramenteiro/cunhador	Frequência	10	-	12	43	56	121
	%	3,01	-	2,21	5,20	3,90	3,53
Indústria de couro	Frequência	-	-	-	12	-	12
	%	-	-	-	1,47	-	0,35
Indústria diversos	Frequência	-	-	-	16	29	45
	%	-	-	-	1,96	2,02	1,31
Marcenaria	Frequência	-	31	-	42	63	136
	%	-	10,79	-	5,10	4,38	3,95
Montagem e manutenção de equipamentos (mecânico)	Frequência	49	61	97	116	229	552
	%	14,16	21,01	17,83	14,01	15,98	16,04
Indústria metalúrgica	Frequência	-	-	-	-	14	14
	%	-	-	-	-	0,99	0,41
Serviço militar/guarda de segurança	Frequência	-	-	-	13	8	21
	%	-	-	-	1,59	0,57	0,62
Indústria de papel, borracha e plástico	Frequência	9	9	12	11	21	62
	%	2,70	3,16	2,13	1,36	,45	1,80
Construção civil	Frequência	33	-	43	43	265	384
	%	9,57	-	7,85	5,23	18,48	11,17
Indústria de vidros/vidraceiro	Frequência	-	-	7	13	-	20
	%	-	-	1,36	1,55	-	0,59
Total	Frequência	347	289	546	826	1.435	3.442
	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Censo 2000

## Conclusão

Analisando-se os dados da PNAD 2001, observa-se que, enquanto a maioria das crianças de 5 a 15 anos trabalhando recebe pagamentos nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, nos demais estados, é uma minoria que é paga pelos serviços prestados, destacando-se o Maranhão, onde somente 3,8% das crianças trabalhadoras auferem rendimentos, o que pode indicar que o fator determinante do trabalho infantil é mais cultural do que econômico, especialmente nas regiões mais pobres. No Rio Grande do Sul, Maranhão e Paraíba, mais de 50% das crianças trabalham no setor agrícola, mas, em São Paulo e Rio de Janeiro, a maioria está engajada no setor serviços, vindo, em seguida, o comércio, e só então a agricultura.

A defasagem escolar foi maior para as crianças que trabalham, quando comparadas, às que não trabalham, em todos os estados, mas a proporção de crianças que não estão na série adequada para a idade foi muito maior no Maranhão e na Paraíba do que nos demais estados, destacando-se São Paulo com a menor taxa. Simplesmente não querer ir à escola foi o motivo dado pela maioria das crianças que trabalham e não freqüentam a escola no Rio de Janeiro, Maranhão e Paraíba, enquanto, em São Paulo e Rio Grande do Sul, foi por estarem trabalhando. Em todos os estados, a grande proporção de crianças de 5 a 15 anos só estuda, e uma pequena proporção só trabalha. Porém, nos estados do Rio Grande do Sul, do Maranhão e da Paraíba, é alta a porcentagem dos que estudam e trabalham (19,8% no Maranhão; 11,5% no Rio Grande do Sul; e 10,6%, na Paraíba). No Maranhão e na Paraíba, os rendimentos das crianças contribuem com mais de 40% da renda familiar para cerca de 30% e 20%, respectivamente, das famílias com filhos de 5 a 15 anos trabalhando e recebendo salário. Nos demais estados, a proporção de famílias cujos rendimentos das crianças contribuem com mais de 40% da renda familiar cai para menos de 10%. As crianças que não estavam satisfeitas com o trabalho que tinham apresentaram como motivo principal da insatisfação o fato de ganharem pouco e de o trabalho ser cansativo, o que, devido ao esforço extra, pode causar sérios danos à saúde.

A literatura discute, como um dos fatores que levam a criança a trabalhar, o grande número de membros do domicílio. Corroborando essa hipótese, observa-se, no Rio de Janeiro, no Maranhão e na Paraíba, que a proporção de famílias com sete membros ou mais é duas vezes maior nos domicílios em que há crianças trabalhando, com relação aos que não têm crianças trabalhando, já controlando a renda. Entretanto, em São Paulo e principalmente Rio Grande do Sul, não há diferença entre essas proporções. Analisando-se as ocupações de maior risco exercidas pelas crianças e pelos jovens de 5 a 17 anos, observa-se uma variação entre os estados. Em São Paulo, a maioria trabalha como empregada doméstica e na construção civil; no Rio de Janeiro, como empregada doméstica, mecânico e ambulantes; no Rio Grande do Sul, em atividades agrícolas selecionadas, como empregada doméstica

e na fabricação de calçados; no Maranhão, como empregada doméstica e ambulante; e, na Paraíba, em atividades agrícolas e como empregada doméstica. As ocupações com maior registro de casos de ferimento ou que causaram qualquer problema de saúde aos trabalhadores foram: fabricação de calçados, atividades agrícolas, construção civil e extrativismo vegetal e mineral, sendo que o maior problema registrado foi a ocorrência de cortes e fraturas.

As observações do Censo 2000 corroboraram essas informações, mostrando alguns municípios onde a situação do trabalho infantil é mais grave, uma vez que há uma maior concentração de trabalhadores infantis em diferentes ocupações de risco.

Um dos grandes problemas enfrentados pelos gestores de políticas públicas no que se refere ao combate e à eliminação do trabalho infantil é localizar as crianças e os adolescentes trabalhando, principalmente quando se trata de atividades de risco ou ilícitas. Barros e Camargo (2003) notam que a política social brasileira, apesar de ser diversificada e descentralizada e o volume de gastos ser significativo, possui um grau de coordenação insuficiente para garantir a eficácia das ações. Os autores apontam ainda algumas deficiências na política social brasileira, dentre elas: i) falta de atendimento integrado, que significa não apenas dar ao beneficiário uma cesta de programas, mas adequar essa cesta às necessidades do beneficiário; ii) divulgação insuficiente da oferta de programas, que leva à existência de muitos pobres que sequer sabem que têm direito a determinados benefícios – além da necessidade de, muitas vezes, o beneficiário ter que se dirigir a locais de atendimento diferentes para obter informações sobre cada programa; iii) homogeneidade regional, uma vez que os programas federais geralmente são padronizados, mesmo que as características das regiões brasileiras sejam marcadamente diferentes; iv) pouca coordenação entre as políticas sociais federais, estaduais e municipais, além da ausência de um cadastro nacional de políticas que possa identificar melhores práticas e trocar experiências, já que, muitas vezes, programas parecidos levam nomes muito distintos; v) necessidade de maior participação comunitária, bem como do envolvimento mais efetivo do setor privado na produção da infra-estrutura social colocada à disposição da população pobre; e vi) falta de “um cadastro fidedigno da população pobre”, que é “a maior dificuldade enfrentada pela nova geração de programas sociais de transferência de renda (...) que se vem tentando superar com a criação, por parte do governo federal, do cadastro único”.

Os dados disponibilizados pelo IBGE, embora de grande utilidade no mapeamento e na caracterização desses indivíduos de forma geral, têm limitações no que se refere à localização das crianças. Primeiro, por se tratar geralmente de pesquisa domiciliar por amostragem, podem ser considerados apenas indicativos da situação de trabalho da criança e muita atenção deve ser dada à representatividade dos dados obtidos nas tabulações. Além disso, nem sempre é possível desagregar os dados em nível de município, muito menos de bairros, o que dificulta a localização do trabalho infantil, por parte do poder público municipal e estadual.

Em segundo lugar, as informações são confidenciais, como forma de garantir a veracidade das informações. Mesmo assim, os dados podem estar subestimados, dependendo de quem responde

ao questionário, de como as perguntas estão ordenadas e até mesmo da empatia entre o pesquisador e o pesquisado.

Embora a PNAD 2001 tenha um suplemento especial sobre o trabalho infantil, a amostra só pode ser desagregada para estados e regiões metropolitanas, o que dificulta sua utilização pelos municípios. Os dados do Censo, que têm representatividade para os municípios, por sua vez, não possuem a riqueza de informações sobre o trabalho das crianças – tais como local e acidentes de trabalho, utilização de equipamentos de proteção, motivo pelo qual a criança trabalha etc.

Sendo assim, conclui-se que, embora os dados fornecidos pelo IBGE, tais como Censo e a PNAD, sejam importantes na caracterização das crianças e adolescentes que trabalham, bem como de suas famílias, o nível de desagregação geográfica e a característica amostral das pesquisas limitam o uso de tais fontes, na localização e identificação das famílias afetadas pelo trabalho infantil penoso. Para que a sociedade se organize em torno da proteção da criança e do adolescente, é preciso, antes de tudo, que os poderes públicos municipal e estadual incentivem a formação e atuação efetiva dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, nacional, estaduais e municipais, que são os fóruns mais apropriados para discutir e/ou auxiliar a implementação de ações que visam a erradicação do trabalho infantil.

De igual maneira, é necessário que o trabalho infantil seja amplamente discutido não apenas nos meios acadêmicos e políticos, mas envolvendo também escolas, igrejas, organizações não-governamentais e meios de comunicação, mobilizando a sociedade, com o objetivo de conscientizar as famílias sobre o que é trabalho infantil e quais suas conseqüências, bem como apresentando alternativas factíveis para as crianças e os adolescentes trabalhadores ou com risco de trabalho. O papel do Conselho Nacional da Criança e do Adolescente (CONANDA) é fundamental nesse contexto. Cabe a esse Conselho formular a política de atendimento das crianças e dos adolescentes, controlar e acompanhar as ações públicas, governamentais ou não-governamentais, além de mobilizar a sociedade em favor dos direitos estabelecidos pelo ECA. Os Fóruns Estaduais de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, assim como o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI) também têm um papel fundamental, pois atuam em parceria com o CONANDA e com os Conselhos estaduais e municipais.

## Referências bibliográficas

Anker, R. **Conceptual and research frameworks for the economics of child labour and its elimination.** Genebra: ILO, 2000. 48p. (ILO/IPEC Working Paper)

Barros, R.P; Carvalho, M. **Desafios para a política social brasileira.** Rio de Janeiro: IPEA, 2003. 17p. (Texto para discussão, 985)

Alotra, S. **Is child work necessary?** Londres: LSE Suntory Toyota, Development Economics Research Programme, 2001. 40p. (Paper Series, 26)

Bourguignon, F.; Ferreira, F.H.G.; LEITE, P.G. **Ex-ante evaluation of conditional cash transfer programs: the case of bolsa escola.** Michigan: The William Davidson Institute, 2002. 31p. (Working Paper, 516)

Brasil. **Leis, decretos, etc. Lei 8.069 de 13 de julho de 1990.**

[http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm) (12 nov. 2003)

Brasil. Ministério da Assistência e Promoção Social. **Relatório de gestão.**

[http://www.assistenciasocial.gov.br/iframe/downloads/publicacoes/relatorio\\_2001/Rel2001\\_01a30.pdf](http://www.assistenciasocial.gov.br/iframe/downloads/publicacoes/relatorio_2001/Rel2001_01a30.pdf)  
(16 abr. 2003)

Brasil. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.** Legislação. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm) (12.Nov.2003).

Cardoso, E.; Souza, A.P. **The impact of income transfers on child labor and school attendance in Brazil.** São Paulo: USP, 2003. <http://www.econ.fea.usp.br/elianacardoso/ECONBRAS/cardoso-souza.pdf> (22 out. 2003)

Cartwright, K. 1998. "Child Labor in Colombia" in *The Policy Analysis of Child Labor: A Comparative Study*, ed. Grootaert C. and H. Patrinos. World Bank, Washington, DC, pp. 245.

Cartwright, K and H. Patrinos. 1998. "Child Labor in Urban Bolivia" in *The Policy Analysis of Child Labor: A Comparative Study*, ed. Grootaert C. and H. Patrinos. World Bank, Washington, DC, pp. 245.

Fassa, A. 2002. *Consultancy on the Health Effects of Child Labour*, ILO Genebra (mimeo.).

Ferro, A. R. Avaliação dos impactos do programa Bolsa Escola no trabalho infantil no Brasil. Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo (mimeog.) 2003.

Fundação João Pinheiro (FJP). Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH-M) 1991 – 2000. <http://www.fjp.gov.br/arquivos/ide.php> (13.10.2003).

Forastieri, V. Children at Work. Health and Safety risks. ILO, Geneva. 1997.

Fundação Abrinq. Programas e Projetos. <http://www.fundabrinq.org.br> (19.11.2003)

Galli, R. The economic impact of child labour. Geneva: ILO Decent Work Research Programme, 2001. (Discussion Paper, n. 128/2001)

Grootaert, C. 1998. “Child Labor in Côte d’Ivoire” in The Policy Analysis of Child Labor: A Comparative Study, ed. Grootaert C. and H. Patrinos. World Bank, Washington, DC, p. 245.

Grootaert, C. and H. Patrinos. 1998. The Policy Analysis of Child Labor: A Comparative Study. World Bank, Washington, DC, p. 245.

Hansen, B. 1969. “Employment and Wages in Rural Egypt”. American Economic Review. 59:2, p. 298-315.

Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento (IBRAD). Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): Relatório de validação. Brasília: Secretaria de Estado de Assistência Social (SEAS). Setembro, 2002.

International Labour Organization. Child labour: targeting the intolerable. Geneva: ILO, 1998. 123p.

International Labour Organization. Every child counts: new global estimates on child labour. Geneva: ILO, 2002. 51p.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional de amostra por domicílios: 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

Jafarey, S.; Lahiri, S. Child labor: theory, policy and evidence. World Economics, v.2, n.1, p.69-93, Jan./Mar. 2001.

Kassouf, A L. 2002. Aspectos Sócio-econômicos do Trabalho Infantil no Brasil. Unesco, Ministério da Justiça.

Kassouf, A L, P. Dorman e A N de Almeida. 2002. "Costs and Benefits of Eliminating Child Labor in Brazil." Projeto da ILO, Genebra.

Kassouf, A.L. Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil. Brasília: Ministério da Justiça, 2002. 124p.

Kassouf, A.L. Trabalho infantil: escolaridade x emprego. Economia, v.2, n.2, p.549-586, jul./dez. 2001.

Kassouf, A.L.; Almeida, A.N.; Ferro, A.R.; Pontili, R.M. Relatório de Pesquisa: Programas sociais no Brasil. Peru: OIT, 2003. (mimeo)

Kassouf, A.L.; Ferro, A.R.; Bezerra, M.E.G.; Pontili, R.M. Relatório de Pesquisa: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Brasil: OIT, 2003. (mimeo)

Patrinos, H. e Psacharopoulos, G. 1997. "Family Size, Schooling and Child Labor in Peru – An Empirical Analysis". Journal of Population Economics. 10:4, 387-406 p.

Peres, A.; Benedicto, N. A caminho da escola: 10 anos de luta pela erradicação do trabalho infantil no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2003. 132p.

Ravallion, M.; Wodon, Q. Does child labour displace schooling? evidence on behavioural responses to an enrollment subsidy. The Economic Journal, v.110, n.462, p.C158-C175, Mar. 2000.

Rocha, S. 2001. "Pobreza no Brasil: O que há de novo no limiar do século XXI?" Revista de Economia da ANPEC. v. 2 n.1, p. 73-106.

Rosenzweig, M. 1981. "Household and Non-household Activities of Youths: Issues of Modelling, Data and Estimation Strategies" in Child Work, Poverty and Underdevelopment. Ed. Gerry Rodgers and Guy Standing. ILO, Geneva.

Saboia, J.; Rocha, S. An evaluation methodology for minimum income programmes in Brazil. Genebra: ILO, 2002. 27p.

Silva, J.S.; Urani,A. Crianças no narcotráfico: um diagnóstico rápido. Brasília: OIT, 2002. 108p.  
Varella, S.F. O levantamento de informações sobre direitos violados de crianças e adolescentes no sistema de informações para a infância e adolescência (Sipia – Módulo 1): conteúdo e metodologia. Brasília: Ipea, 2004. 35p. (Texto para discussão, 1012).

Vilela, R.B.V. O trabalho infantil no mundo. Mercado de Trabalho. Conjuntura e Análise, n.8, p.9-11, jul. 1998.

World Bank. Brazil: as assessment of the Bolsa Escola programs. [http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2001/04/24/000094946\\_01041107221120/Rendered/PDF/multi0page.pdf](http://www-wds.worldbank.org/servlet/WDSContentServer/WDSP/IB/2001/04/24/000094946_01041107221120/Rendered/PDF/multi0page.pdf) (15 abr. 2003)

Yap, Y.; Sedlacek, G.; Orazem, P.F. Limiting child labor through behavior-based income transfers: an experimental evaluation of the PETI program in rural Brazil. [http://poverty.worldbank.org/files/11375\\_orazem-peti-brazil.pdf](http://poverty.worldbank.org/files/11375_orazem-peti-brazil.pdf) (17 Mar. 2003)











Organização Internacional do Trabalho  
Programa Internacional para Eliminação  
do Trabalho Infantil - IPEC

